



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 88

IV Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 27 de Novembro de 2007

**Presidente:** Deputado Fernando Menezes

**Secretários:** Deputados António Loura e Cláudio Lopes

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 15 minutos.*

Após a leitura da correspondência iniciou-se o debate das **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Anual Regional para 2008” e “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2008”**.

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*) seguindo-se a participação dos Srs. Deputados José Rego (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Alberto Costa (*PS*), Catarina Furtado (*PS*), António Gonçalves (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Maria José Duarte (*PSD*), do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*), Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente (Carlos Corvelo) e do Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Boa tarde, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para fazer a chamada dos Srs. Deputados.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados*

***Partido Socialista (PS)***

**Alberto da Silva Costa**

**Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**António José Tavares de Loura**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Fernanda Correia Garcia Trindade**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Hélder Guerreiro Marques Silva**

**Henrique Correia Ventura**

**Hernâni Hélio Jorge**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José de Sousa Rego**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Luís Paulo de Serpa Alves**

**Manuel Avelar Cunha Santos**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria Fernanda da Silva Mendes**

**Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Mariana Rego Costa de Matos**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral**

**Nuno André da Costa Soares Tomé**

**Osório Meneses da Silva**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**António Lima Cardoso Ventura**

**António Maria da Silva Gonçalves**

**António Pedro Rebelo Costa**

**Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**

**Jaime António da Silveira Jorge**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**José Manuel Cabral Dias Bolieiro**

**Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte**

**Mark Silveira Marques**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

**Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Artur Manuel Leal de Lima**

**Presidente:** Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Tem a palavra os Srs. Secretários da Mesa para apresentar a correspondência.

**Secretário** (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do PSD envio do Projecto de Resolução – “Contributo para uma política sustentável e competitiva de produção de leite nos Açores”.

Baixou à Comissão de Economia.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Presidência do Conselho de Ministros envio do Projecto de Decreto-Lei que “procede à primeira alteração ao Decreto 152/2005, de 31 de Agosto, que regula a aplicação, na Ordem Jurídica Interna do artigo 16º e do nº 1 do artigo 17º do Regulamento 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono”.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

**Secretário** (*António Loura*): Da Presidência do Conselho de Ministros envio do Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/89/CE da Comissão, de 3 de Novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico a Directiva n.º 94/55/CE do Conselho, de 21 de Novembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados Membros respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e, ainda, altera pela primeira vez o Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio, e o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada que constitui o seu anexo I”

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Assembleia da República envio das Propostas de alteração à Proposta de Lei 162/X – “Orçamento do Estado para 2008”.

**Secretário** (*António Loura*): Da Assembleia da República, pedido de parecer sobre a Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira, Proposta de Lei 166/X – “propõe a alteração do Decreto-Lei 465/77, de 11 de Novembro, tornando-se extensível aos elementos da Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Polícia Judiciária, Polícia Marítima, Serviços de Informações de Segurança, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e pessoal do corpo da Guarda Prisional colocados na Região Autónoma da Madeira, o disposto do artigo 1º do Decreto-Lei nº 38477, de 29 de Outubro de 1951”.

Baixou à Comissão de Política Geral.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Assembleia da República, pedido de parecer sobre a Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira, Proposta de Lei 165/X – “Atribuição de subsídio de insularidade aos funcionários públicos e elementos das forças de segurança a exercerem funções na Região Autónoma da Madeira”.

Baixou à Comissão de Política Geral.

**Secretário** (*António Loura*): Da Assembleia da República, pedido de parecer sobre a Proposta de Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira, Proposta de Lei 164/X – “Exercício do direito de voto para a eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira pelos eleitores recenseados na Região Autónoma da Madeira, deslocados da sua área de recenseamento no dia do acto eleitoral através do voto antecipado e do voto de meio electrónico.”

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Assembleia da República envio da Proposta de Lei 163/X – “altera a Lei 53/2006, de 7 de Dezembro e que torna extensível o regime de mobilidade especial aos trabalhadores, cria a protecção no desemprego de trabalhadores da Administração Pública e adopta medidas de ajustamento em matéria de aposentação dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações”.

Baixou à Comissão de Política Geral.

**Secretário** (*António Loura*): Da Assembleia da República, envio das Propostas de Alteração da Lei 162/X – “Orçamento do Estado para 2008”.

Baixou à Comissão de Economia.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Presidência do Conselho de Ministros o Projecto de Decreto-lei que “transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2006/89/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico a Directiva nº 94/55/CE, do Conselho, de 21 de Novembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e ainda altera pela primeira vez o Decreto-Lei 170/A/2007, de 4 de Maio, e o regulamento nacional do transporte de mercadorias perigosas por estrada, que constitui o seu Anexo I”,

Baixou à Comissão de Economia.

**Secretário** (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório elaborado ao abrigo do artigo 103º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório sobre o pedido de autorização para o Deputado António Gonçalves Toste Parreira prestar depoimento como testemunha nos autos do processo comum colectivo nº 56/03.4PEAGH a correr termos no Primeiro Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo”

**Secretário** (*António Loura*): Da Comissão Permanente de Política Geral relatório elaborado ao abrigo do artigo 103º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Sociais relatório elaborado ao abrigo do artigo 103º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**Secretário** (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Sociais, parecer sobre o Projecto de Lei nº 415/X/3ª – “Atribui o direito a subsídio de desemprego ao pessoal docente e investigador contratado por instituições públicas de ensino superior e de investigação”.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Economia, relatório elaborado ao abrigo do artigo 103º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**Secretário** (*António Loura*): Da Comissão Permanente de Economia, relatório e parecer final da Comissão de Economia sobre a Proposta de Plano Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2008.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Economia, relatório e parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2005.

**Secretário** (*António Loura*): Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia, relatório e parecer sobre o Projecto de Lei que “transpõe para ordem jurídica interna a Directiva nº 2006/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros no

domínio do material eléctrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão e revoga o Decreto-Lei nº 117/88, de 12 de Abril”.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Economia relatório e parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 154/2005, de 6 de Setembro, transpondo para ordem jurídica interna as Directivas nºs 2007/40/CE, e 2007/41/CE, da Comissão, de 28 de Junho, relativas ao reconhecimento de zonas protegidas na comunidade expostas aos riscos fitossanitários específicos”.

**Secretário** (*António Loura*): Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia, relatório e parecer sobre o Projecto de Lei que “estabelece a obrigatoriedade de certificação dos produtos em aço utilizados como armaduras em betão para efeitos da sua importação ou colocação no mercado e revoga o Decreto-Lei 128/99, de 21 de Abril.”

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Subcomissão da Comissão Permanente de Economia, relatório e parecer sobre a Proposta de Lei 162/X/2007, que “aprova o Orçamento do Estado para 2008”.

**Secretário** (*António Loura*): Da Comissão Permanente de Economia relatório e parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/89/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico a Directiva n.º 94/55/CE do Conselho, de 21 de Novembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados Membros respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e, ainda, altera pela primeira vez o Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio, e o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada que constitui o seu anexo I”

**Presidente:** Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, está apresentada a correspondência que está ao vosso dispor.

Passo agora a prestar os seguintes esclarecimentos.

Os nossos trabalhos relativamente ao Plano e Orçamento vão decorrer hoje, amanhã a partir das 10 horas e quinta-feira também a partir das 10 horas.

Os tempos globais deliberados pela Conferência são os seguintes:

Partido Socialista – 5 horas

Governo – 5 horas

PSD – 3 horas e 30 minutos

PP – 60 minutos

Dep. Independente – 10 minutos.

Terminado o debate, haverá declarações finais, como é costume. O Partido Socialista terá 30 minutos, o Governo 30 minutos, o PSD 20 minutos, o CDS/PP 15 minutos.

São estas as regras. Todas as intervenções, com excepção de uma ou outra, contam para os tempos globais.

Portanto, para iniciar este debate sobre o Plano e Orçamento para o ano de 2008, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente da Assembleia da Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos, hoje, a discussão da Proposta de Orçamento e do Plano de Investimentos da nossa Região para 2008.

Com a aprovação destes documentos estruturantes, concluímos a concretização das opções estratégicas de afectação de recursos públicos e quantificação das políticas sectoriais definidas para esta Legislatura, as quais, cumprem efectiva e integralmente os compromissos assumidos com os Açorianos.

A 5 de Abril de 2005, iniciámos, neste Parlamento, o debate sobre as orientações a Médio Prazo 2004/2008.

E, porque a memória de alguns, por vezes é curta, é bom lembrar as dúvidas que, nessa altura, foram levantadas sobre o rigor e realismo das previsões apresentadas.

Às críticas de excesso de optimismo e irresponsabilidade das propostas, estamos hoje aqui, a prestar contas perante todos os Açorianos.

Mais uma vez, o tempo veio dar-nos razão e desmentir aqueles que continuam a insistir em resumir a sua actividade política a um contínuo acto de maledicência e de antevisões catastróficas da realidade açoriana.

Felizmente, para os Açores e para os Açorianos, mais uma vez, estavam errados.

Estavam errados, quando afirmavam que as previsões de receitas eram excessivamente optimistas e irrealistas, porque hoje podemos confirmar que, afinal,



tínhamos razão: as receitas efectivas da Região orçamentadas para 2008, superam em 47 milhões de euros o valor previsto nas Orientações a Médio Prazo (2004/2008).

Estavam errados quando afirmaram que as previsões do investimento público eram excessivas, porque hoje podemos confirmar que, afinal, tínhamos razão: o investimento público financiado directamente pelo orçamento é superior em 74 milhões de euros ao valor previsto inicialmente nas Orientações a Médio Prazo, isto é, vamos investir mais 20% que o previsto no início desta Legislatura.

Estavam errados quando afirmavam que não iríamos conseguir uma contenção efectiva nas despesas de funcionamento, porque, hoje, propomos para 2008, um encargo em despesas de funcionamento da Administração Regional inferior em 27 milhões de euros ao valor previsto no referido documento, que havia sido aprovado no início de 2005. Conseguimos investir mais do que prevíamos e poupámos em gastos de administração corrente mais do que pensávamos ser possível.

Estavam também errados, quando em 5 de Abril de 2005, afirmavam, com toda a convicção, que seria o Governo dos “três quartos” e que não iríamos conseguir executar mais do que 75% do Plano de Investimentos, porque a execução do Plano foi, nesta Legislatura, sempre superior a 94%.

Estiveram novamente errados, quando em 20 de Novembro de 2006, afirmaram que a dívida pública regional mais os avales atingiriam, no final de 2007, 787 milhões de euros, e voltaram a enganar-se redondamente, porque o valor, nessa data, seria inferior em 94 milhões de euros ao previsto pelo PSD. Isto é, as previsões do maior partido da oposição, em apenas um ano, falharam – só neste aspecto – 94 milhões de euros.

Resta esperar que, agora, tenham a humildade de reconhecer que se enganaram e que participem neste debate com outra postura, mais construtiva e mais realista, até porque nunca é tarde para retomar o rumo certo.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A concretização das previsões orçamentadas efectuadas nos anteriores orçamentos é uma demonstração clara, da credibilidade e rigor dos documentos, cuja análise e debate iniciamos hoje.

O Plano e Orçamento são, para os empresários e parceiros sociais, indicadores seguros que constituem também instrumentos estruturantes na estratégia de desenvolvimento da nossa Região e que reforçam os índices de estabilidade e confiança que se vive na nossa Região.

O Orçamento e Plano da Região Autónoma dos Açores para 2008 consolidam e aprofundam uma política de rigor orçamental, que tem vindo a assegurar o equilíbrio pleno das contas públicas, que promove o crescimento sustentado do investimento e contribui para manter um clima de estabilidade social e económica que permite potenciar na Região o crescimento dos indicadores macroeconómicos reforçando a convergência efectiva, com as médias do continente português e da União Europeia.

Os Açores têm, nos últimos 10 anos, registado uma trajectória segura e consistente para atingir os níveis de rendimento e produção do País e da Europa, sendo mesmo destacados como uma das regiões do País com maior crescimento.

Entre 1996 e 2004, o crescimento do PIB per capita foi de 86%, isto é, em apenas 9 anos, quase duplicámos o nível de produção que nos foi deixado pelo anterior Governo, valor muito superior ao País, que se ficou pelos 60%.

Esta evolução positiva torna-se ainda mais acentuada nos últimos três anos, com resultados divulgados, (2002/2004).

Neste período, a economia dos Açores foi, entre as sete regiões do País, a que registou melhor resultado com uma taxa de crescimento de 8,3%, enquanto a média nacional se situou em 6,4% e, por exemplo, a Madeira, ficou-se pelos 7%, mesmo com a sua Zona Franca.

A nossa convergência para as médias nacionais é cada vez mais uma certeza.

Se, em 2002 deixámos de ser a região mais pobre do País, em 2004 já atingimos 88% do índice de produção nacional, ultrapassando em 9 pontos percentuais a Região Norte e em 3 pontos percentuais a Região Centro.

Nos últimos 8 anos o PIB Regional recuperou 19 pontos percentuais ao Norte, 10 pontos ao Centro, 7 pontos ao Alentejo, 15 a Lisboa, 7 ao Algarve, chegando mesmo, nos últimos 5 anos, a economia dos Açores a atingir um ritmo de crescimento três vezes superior à média nacional.

Se estes dados reforçam a convicção de que estamos no bom caminho, a comparação com os valores médios da União Europeia dão-nos essa certeza.

No período de 1996/2004, em termos de PIB per capita, em paridade do poder de compra, os Açores convergem 9 pontos percentuais em relação à União Europeia a 25 países, ou seja, o triplo do valor registado no País nesse período. Tendo, inclusive, em 2004, último ano de estatísticas conhecidas, os Açores atingido um crescimento superior aos países europeus da Zona Euro, ou seja, os mais desenvolvidos (2,2% nos Açores e 2% na Zona Euro).

Mas não é apenas no nível de produção que os Açores se têm distinguido e evoluído, o crescimento do rendimento disponível das famílias açorianas, quase duplicou no período 1996 a 2004 (+ 89,4%), aumento muito superior ao País, que cresceu 65,7%, atingindo os Açores já 96% da média nacional, acima do Norte (84%), Centro (92%) e Alentejo (95%).

Não é por isso, possível que nos venham, perante estes resultados, dizer que as famílias açorianas não sentem nas suas casas e na sua qualidade de vida, esta evolução.

Factos são factos, são estes os nossos resultados e, é esta a nossa realidade, de que nos orgulhamos e que nos incentiva a fazer cada vez mais e melhor, reforçando a nossa estratégia: Tornar os Açores uma Região com cada vez mais produção, mais rendimento e mais emprego.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As contas públicas da Região Autónoma dos Açores, para 2008, assentam em seis princípios estruturantes:

- Equilíbrio das Finanças Públicas Regionais, apresentando pelo sexto ano consecutivo, um deficit zero, isto é, a despesa pública é financiada sem qualquer recurso ao endividamento, assegurando-se uma consolidação e estabilidade orçamental plena, e uma redução significativa, pelo segundo ano consecutivo, nas responsabilidades dos avales concedidos pela Região que, terão em 2008, uma redução superior a 15 milhões de euros;

- Grande rigor e contenção das despesas do funcionamento da Administração Regional, permitindo poupar e disponibilizar todos os recursos disponíveis para o investimento, salientando-se a variação de apenas 0,6% da despesa corrente primária, após dedução das transferências para o Serviço Regional de Saúde, a diminuição nas despesas de bens e serviços (- 0,6%) e a redução de 0,3% nas transferências correntes para Fundos e Serviços Autónomos.

A despesa corrente representará, em 2008, 42,4% do total da despesa, quando em 2007 representava 46% (- 3,6 p.p.). As despesas correntes serão em 114, 8 milhões de euros inferior – repito inferior – às receitas correntes, isto é, o investimento público será significativamente financiado em 2008 pelo saldo corrente.

- Crescimento sustentado do Investimento Público que aumenta, em apenas um ano, 61,8 milhões de euros, mais 16,4%, como factor dinamizador da economia e do investimento privado;

- Aumento constante das receitas efectivas que tem um incremento de 81 milhões de euros (+8,7%), derivado do crescimento fiscal da matéria colectável (+ 51 milhões de euros), transferências da União Europeia (+ 27,4 milhões de euros) e transferências do Estado ao abrigo da Lei de Finanças Regionais (+ 7,1 milhões de euros);

- Manutenção dos níveis de autonomia financeira e sustentabilidade da Administração Regional, sendo as receitas próprias geradas pela Região, acrescidas da compensação pela nova fórmula de cálculo do IVA, superiores em 89,9 milhões de euros às despesas de funcionamento da Administração Regional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O cenário macroeconómico para 2008, tendo por base os dados estatísticos conhecidos, confirmam as perspectivas de evolução positiva dos principais

indicadores económicos dos Açores previstos e aprovados nas Orientações a Médio Prazo e que, mantemos como referência estável e com reforçadas condições de concretização, de forma a aumentarmos o nosso esforço de convergência para as médias nacionais e comunitárias de produção e rendimento.

A estratégia de desenvolvimento dos Açores assenta na consolidação de cinco vectores determinantes:

- Promover a coesão social, económica e territorial da Região;
- Incrementar os níveis de qualificação do tecido económico e social;
- Potenciar os factores determinantes da produtividade e competitividade;
- Promover a melhoria das redes estruturantes do território;
- Melhorar os níveis de eficiência do sistema de gestão pública;

Esta estratégia global de desenvolvimento privilegia o crescimento económico sustentado no crescimento de emprego e do rendimento das famílias, na coesão social e no equilíbrio das finanças públicas.

São estas as nossas prioridades, definidas com rigor, clareza e objectividade nos documentos que vos apresentamos e nos quais assentam as políticas de afectação do investimento público.

A Proposta de Orçamento para o ano de 2008, atinge 1.424 milhões de euros, que, deduzindo as contas de ordem e as operações de refinanciamento, representa a disponibilização de recursos financeiros no montante de 1.016 milhões de euros, mais 81 milhões de euros (+ 11,7%) que o orçamentado para o corrente ano.

As receitas próprias da Região atingirão em 2008, o valor de 551,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 46,6 milhões de euros (+ 9,2%), em relação a 2007, constituindo 54% do total das receitas.

As receitas fiscais constituem a maior componente das receitas próprias da Região e atingem, em 2008, uma previsão orçamental de 518,5 milhões de euros.

As receitas fiscais registam um aumento de 51 milhões de euros (+ 10,9%), o que demonstra um significativo crescimento da base tributável.

Neste contexto, destaca-se o acréscimo do IRC (+ 36,8%), IRS (+12%) e os impostos indirectos (+ 6,3%).

As transferências do Orçamento de Estado atingem, em 2008, um montante de 362,6 milhões de euros, valor que representa 36% do total da receita e um acréscimo de 7,1 milhões de euros. Este aumento, resulta da rigorosa e correcta aplicação da nova Lei de Finanças Regionais, conforme oportunamente exigido pelo Presidente do Governo Regional.

As transferências da União Europeia aumentam 27,3 milhões de euros, e representam 10,1% do total da receita (+ 2,1 p.p. que em 2007), resultante da operacionalização do novo Quadro Comunitário de Apoio (2007/2013).

As despesas orçamentadas, excluindo as contas de ordem e operações de refinanciamento, totalizam 1.016,2 milhões de euros, sendo 576,7 milhões de euros referentes a despesas de funcionamento e 439,5 milhões de euros destinados a financiar o Plano de Investimentos da Região.

As despesas de funcionamento, deduzindo a dotação previsional, são de 560 milhões de euros e representam apenas um crescimento de 2% em relação ao ano de 2007, e de apenas 0,6% na despesa corrente primária, sem as transferências para o Serviço Regional de Saúde.

No âmbito destas despesas, é importante salientar que apenas se registaram acréscimos relativamente a 2007 nos agrupamentos económicos referentes às transferências para o Serviço Regional de Saúde (+ 4%) e despesas com pessoal apenas 1,9%, observando-se reduções significativas nas restantes rubricas, designadamente nas aquisições de bens e serviços correntes (- 0,6%). Aquisições de bens de capital (- 10,2%), transferências correntes para fundos e serviços autónomos (- 6,3%).

Num sinal claro de contenção e rigor, o Orçamento para 2008 apresenta uma redução superior a 2,8 milhões de euros nas despesas correntes primária que não se destinam às áreas sociais e às despesas com pessoal.

As despesas correntes serão em 114,8 milhões de euros inferiores às receitas correntes, o que permite que este saldo corrente positivo contribua para o financiamento e reforço do investimento público.

As despesas correntes e de funcionamento, reduzem o seu peso relativo, no total da despesa, passando de 46% para 42,4% do total da despesa (- 3,6 p.p.). Em

contrapartida, o investimento passa a representar 33,4% do total da despesa (+ 1,7 p.p.).

Se deduzirmos as contas de ordem, o investimento representa já 44% do total da despesa pública.

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2008, ascendem a 692,2 milhões de euros, dos quais 439,5 milhões de euros, inscritos no Capítulo 40 do Orçamento da Região, o que representa um aumento de 16,4% em relação ao ano anterior.

Os sectores da Agricultura, Florestas, Pescas, Turismo, Indústria, Comércio, Exportação e Promoção do Investimento e da Coesão, áreas de intervenção que integram o objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia”, representam 34,9% do total do Plano, a que corresponde uma despesa prevista de 241,9 milhões de euros e constituem a principal prioridade do investimento público, com um reforço de 41,7 milhões de euros, mais 20% que no ano anterior.

Aos domínios dos Transportes Terrestres, Marítimos e Aéreos, Ambiente e Energia, que promovem o objectivo “Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das redes Estruturantes”, será afectada uma verba de 211,3 milhões de euros, o que corresponde a 30,5% do valor global do Plano Regional Anual.

O objectivo “Qualificar os Recursos Humanos Potenciando a Sociedade do Conhecimento”, que inclui a programação para o domínio da Educação, da Ciência e Tecnologia e da Inovação, da Juventude, Emprego e Formação Profissional, da Cultura e do Desporto, ascende a quase 155,2 milhões de euros, o que representa 22,4% do valor global do Plano e regista um aumento de 28,2 milhões de euros (+22,2%).

O “Reforço da Coesão Social e da Igualdade de Oportunidades”, dirigido aos sectores da Saúde, da Solidariedade Social, da Habitação e da Protecção Civil, é dotado com 72,3 milhões de euros, representa 10,4% do investimento.

A desagregação espacial do investimento público, permite concluir que nas ilhas de menor dimensão populacional (Corvo, Flores, S. Jorge, Graciosa e St<sup>a</sup>. Maria) se irá verificar um aumento do investimento de 35,4% em relação ao ano anterior e, de 151% em relação ao início da Legislatura, o que reafirma a aposta do Governo no

reforço da coesão regional como vector fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

A dívida pública regional mantém-se estável, tendo em 2007 verificado uma ligeira redução de 87.474 euros, resultante do refinanciamento de um dos empréstimos, totalizando, no final de 2007, 274.863.674 euros, valor que não teve qualquer aumento nos últimos 6 anos e representa menos de 9% do PIB Regional, quando (e também é bom lembrar) em 1996 era mais do dobro, 579.544.000 euros, ou seja, 38% do PIB. Isto é, em 2008, a dívida pública regional é, em relação ao PIB, quatro vezes inferior ao que era quando o Governo do PS iniciou funções.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**O Orador:** Os avales concedidos pela Região totalizam, no final de 2007, 418.390.442 euros, registando-se, pela primeira vez, uma redução efectiva de 3,6 milhões nas responsabilidades da Região.

Em 2007, a Região não só não utilizou a autorização legislativa para aumentar o volume de avales concedidos, como iniciou o processo de diminuição das suas responsabilidades líquidas em avales, invertendo a tendência dos anos anteriores, o que demonstra a sustentabilidade do sector público empresarial regional e a sua consolidação financeira.

Para 2008, o valor líquido de avales concedidos pela Região, irá continuar a diminuir, prevendo-se no próximo ano reduzir em mais 15 milhões de euros o volume das responsabilidades avalizadas pela Região.

Pelas razões profundamente debatidas nos últimos anos, não dizemos que ao reduzir os avales estamos a reduzir a dívida pública, mas aqueles que no passado afirmavam que a dívida pública estava a aumentar, porque os avales cresciam, agora em coerência, devem também neste mesmo Parlamento congratular-se pela redução dos avales e, conseqüentemente, afirmar que a dívida pública regional está a diminuir.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*



A consolidação da situação económica e financeira do sector público empresarial, contribuiu decisivamente para a redução dos avales da Região, aliás a análise das contas, em 2006, que engloba, essencialmente, três grupos empresariais e 11 empresas de capital exclusivamente público, reforça a evolução positiva que se tem verificado nos últimos anos, merecendo destaque, em relação ao conjunto do sector público empresarial:

- O aumento em 24,2% dos resultados líquidos do exercício das empresas, registando um lucro consolidado de 15,2 milhões de euros;
- Os resultados operacionais que aumentaram também 32,6% em relação ao ano anterior;
- Os capitais próprios das empresas públicas, que totalizaram 152,4 milhões de euros, mais 21,2 milhões de euros (+ 16,2%) que em 2005;
- O valor de verbas que aumentou 61,5 milhões de euros (+ 14%) e o valor acrescentado bruto gerado para a economia açoriana, pelas empresas do sector público empresarial, que atingiu, em 2006, 144,4 milhões de euros;
- Os activos totais do sector público empresarial regional valorizaram, só em 2006, 18,3%, atingindo, no final deste ano, 1.348 milhões de euros.

Sr. Presidente da Assembleia da Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fica, mais uma vez, também demonstrada, a gestão rigorosa e criteriosa das participações empresariais da Região, que permite consolidar e valorizar o sector público empresarial, aumentando o seu contributo para o desenvolvimento económico dos Açores, para a consolidação das Finanças Públicas Regionais e sua valorização patrimonial.

Em conclusão, o Orçamento e Plano de Investimentos para 2008 permitirá:

- Aumentar o investimento público;
- Reduzir o peso da despesa corrente e de funcionamento na estrutura de despesa e no PIB;
- Aumentar as receitas da Região;

- Assegurar um saldo corrente totalmente canalizado para o investimento;
- Garantir a manutenção de um reduzido nível de endividamento, inferior a 9% do PIB;
- Reduzir o montante de avales;
- Reforçar a sustentabilidade financeira da Região.

Em qualquer região da Europa e para qualquer analista independente, isto são motivos mais do que suficientes para apoiar e aprovar estes documentos, que constituem mais um contributo estrutural para continuar a mudar os Açores para melhor, reforçando a convicção de que os Açores são, cada vez mais, uma Região de futuro e uma Região com futuro.

Estou certo de que saberemos todos corresponder a esta oportunidade e a este desafio.

Disse. Muito obrigado

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

**(\*) Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Partido Socialista gostaria, nesta casa, de saudar o Governo do Partido Socialista que trouxe desta vez mais um orçamento que assegura uma política de rigor orçamental; mais um orçamento que constitui uma forma de contribuir para o equilíbrio das finanças públicas; mais um orçamento que irá permitir manter apoios sociais;...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** “O noivo gaba a noiva!”

**O Orador:** ... mais um orçamento que irá permitir um crescimento sustentado da nossa economia.

Por isso, em nosso entender há que saudar o Governo pois o investimento tem aumentado ano após ano permitindo que a Região seja melhor para as pessoas e para as empresas.

Por isso, este governo deve ser saudado porque consegue, ao fim e ao cabo reduzir a despesa corrente e de funcionamento em relação à sua estrutura financeira, porque este Governo consegue reformar, ano após ano, as receitas desta Região; porque este Governo consegue garantir, ao fim e ao cabo, um nível reduzido de endividamento que é 9% do PIB regional.

Por isso, em nosso entender, este é o orçamento credível e o orçamento com futuro para a Região Autónoma dos Açores. Gostaria de perguntar ao Sr. Vice-Presidente, em relação ao passado e já que estamos no final de uma legislatura, se as críticas do PSD, do maior partido da oposição, faziam sentido até agora e em relação ao documento que estamos aqui a discutir?

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** A pergunta é para o PSD ou é para o Governo?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Ouvi com atenção a sua intervenção e queria fazer algumas observações e também um ou dois esclarecimentos que gostaria que V. Exa. me desse.

Efectivamente assiste-se neste orçamento a um aumento da receita, a uma diminuição da despesa e isto é obviamente positivo, julgo eu, para qualquer economista, não sendo eu economista, nem especialista em orçamentos. Parece-me que é positivo quando se evolui nesse sentido.

Mas queria dizer que uma gestão rigorosa deve ser sinónimo de uma política responsável, de uma política verdadeira e de uma política que não crie falsas expectativas aos açorianos. Isto deve ser sempre um ponto a ter como objectivo: cumprir com aquilo a que se comprometem.

Gostaria de perguntar ao Sr. Vice-Presidente relativamente à inflação, que é 1% superior nos Açores do que no Continente, o que é o que Governo pensa fazer para diminuir este indicador negativo nos Açores que tem influência, obviamente, nas poupanças das famílias a vários níveis, até na poupança bancária e no aumento de ordenados?

Depois queria colocar-lhe mais uma questão, Sr. Vice-Presidente que julgo que falou na sua intervenção. É relativamente às transferências da República para a Região.

Relativamente à convergência do tarifário da EDA, como é que está este processo a nível de transferência desse dinheiro da República para a Região Autónoma dos Açores?

Permitiria, com certeza, havendo esse equilíbrio de contas, a República transferir o que é de direito para a nossa Região Autónoma, permitiria talvez uma diminuição dos preços da energia eléctrica nos Açores.

Para já era isto que eu tinha para lhe perguntar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente da Assembleia da Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço as perguntas formuladas e registo também que a minha intervenção foi suficientemente esclarecedora porque, pelos vistos, o PSD não teve qualquer dúvida sobre a mesma.

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Outra vez o PSD?! O PSD já vai fazer! Que fixação!

**O Orador:** De qualquer maneira, permita-me Sr. Deputado José Rego, de referir que as Orientações a Médio Prazo que foram discutidas a 5 de Abril de 2005, nesta Assembleia, e que balizavam aquilo que eram as nossas perspectivas de evolução ao longo desta legislatura, nós, quando confrontamos as nossas projecções com os resultados obtidos e particularmente com o Orçamento para 2008, temos que registar que efectivamente conseguimos ir mais longe daquilo que nos tínhamos comprometido nesta mesma Assembleia há pouco mais de 3 anos atrás.

Ir mais longe, porque conseguimos que o investimento público proposto para o Orçamento de 2008 é em 74 milhões de euros superior àquilo que nós próprios nos tínhamos proposto executar nas Orientações a Médio Prazo e no início de 2005. E porque conseguimos poupar que as despesas de funcionamento da Administração Regional fossem em 27 milhões de euros abaixo daquilo que nós próprios tínhamos previsto há 3 anos cumprir.

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Está tudo nas Sociedades Anónimas!

**O Orador:** Também conseguimos gerar receitas em 47 milhões de euros naquilo que nós próprios tínhamos previsto há 3 anos.

Evidentemente que quando na altura e na abordagem a estes documentos os mesmos foram considerados irrealistas, excessivamente optimistas, que tinham uma visão cor-de-rosa da realidade, mais uma vez a realidade prática, com o tempo, veio nos dar razão.

Nós temos conseguido e pretendemos manter sempre uma visão de rigor, de objectividade e uma consolidação plena das nossas contas públicas regionais de forma a que consigamos fazer aquilo que tem nos caracterizado neste mandato e mais uma vez ao contrário das previsões negras que alguns apontavam há 3 anos.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** Todos se lembram das grandes parangonas e títulos de jornais de que este seria o governo dos três quartos, que não teria capacidade e tenho aqui algumas dezenas de páginas devidamente datadas, de intervenções iniciais no Orçamento e dos últimos 3 anos. O tempo não me permite citar, mas terei oportunidade, ao longo deste debate, de demonstrar uma a uma, dia a dia, como eram erradas algumas previsões.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Também temos muitas declarações do Governo!

**O Orador:** Uma delas, só para dar exemplo, foi o Governo dos três quartos, que não teríamos capacidade financeira para executar mais do que 75% do Plano. Conseguimos ao longo destes anos ter uma taxa de execução entre os 94 e 95%.

No primeiro ano, a justificação, perante o facto, era que fosse a educação extraordinária, derivada de um conjunto de conjunturas que não se viria a repetir e que no ano seguinte o investimento público iria baixar. Afinal isso não aconteceu e assim sucessivamente.

Por isso, mais importante do que jogos de números, mais importante do que a discussão de percentagens é o sinal que este facto dá aos empresários e parceiros sociais açorianos.

Não nos interessa discutir aqui números, percentagens e apenas acertar por acertar. O que interessa é que os açorianos confiam. Confiam no Governo, confiam nas previsões do Governo, confiam nos números apresentados que sabem que são feitos

com rigor e são sem dúvida o principal indicador para projectar o desenvolvimento dos Açores e por isso também é que os parceiros sociais e os concelhos de ilha, na sua globalidade, apoiaram este mesmo plano de investimento para 2008.

É bom lembrar que mais do que nós estarmos aqui a defendê-lo, mais do que nós discutirmos essa matéria, a confiança que se sente do rigor destes documentos está perfeitamente transmitida de forma uniforme entre todos os parceiros sociais que tiveram oportunidade de dar o seu contributo e o seu parecer sobre este Plano, ou seja, dar apoio à política de desenvolvimento dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Com certeza que a vossa fixação pela falta de “oxigénio” da Região não vai levar ao ponto de dizer que todos os parceiros sociais já são filiados, ou instrumentos do Partido Socialista ou do Governo Regional.

**Deputado António Marinho (PSD):** O senhor é que está a dizer!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Ninguém diria melhor!

**O Orador:** Por isso mesmo, meus senhores, mais do que nós respondermos a estas situações, o que é importante é que efectivamente consolidámos nesta legislatura, o rigor, a segurança e a confiança que os parceiros sociais vêm na acção do Governo e, no fundo, todos os açorianos, os empresários, os investidores, os sindicatos e todas as entidades que connosco cooperam por uns Açores melhores!

Respondendo concretamente ao Sr. Deputado Artur Lima, e agradecendo também as suas questões, em matéria de inflação, evidentemente e como bem compreende, a inflação resulta da conjugação de um conjunto de variáveis bastante vastas que essencialmente passam por domínios da própria política monetária internacional, definida pelo âmbito do Banco Central Europeu, um conjunto de conjunturas de circulação de moeda, um conjunto de condições conjunturais que a grande maioria delas é externa à capacidade de decisão dos Açores e evidentemente de intervenção do Governo Regional e dos seus agentes económicos.

Mas não é só de inflação. É também das taxas de juro que sabemos e temos consciência que afecta o rendimento das famílias açorianas, mas é uma realidade completamente externa à Região, à adesão da Região e do próprio País.

Consequentemente também por essa via, o Governo Regional tem uma capacidade de intervenção extremamente reduzida nesta matéria. Tem-no feito no âmbito da estrutura de minimizar impactos na ordem do transporte de mercadorias, de bens e de circulação de serviços, mas, evidentemente, a grande componente que define as variáveis que definem a inflação é externa à Região, mas é sem dúvida uma preocupação do Governo Regional dos Açores ter um esforço pela inflação baixa, se bem que o senhor também sabe que um aumento da inflação pode também ser, num cenário macroeconómico, sinal de um maior poder de compra ou de uma maior capacidade de procura e é considerado um sinal de aquecimento da própria economia e também, neste caso concreto, um sinal positivo numa vertente, ou um indicador de um sinal positivo, mas que deve ser devidamente acompanhado naquilo que for a capacidade da Administração Regional reduzir.

Segunda questão, também extremamente pertinente.

Em relação à convergência do tarifário eléctrico há que dizer, em primeiro lugar, que o compromisso que foi assumido, mas que não foi executado por parte do Governo da República no que concerne ao financiamento de duas entidades regionais que suportaram durante um determinado período o esforço de convergência do tarifário eléctrico, nomeadamente a EDA e o Fundo Regional de Actividades Económicas, o facto de não ter acontecido essas transferências protocoladas, não prejudica em nada o preço da energia eléctrica nos Açores, porque o preço da energia eléctrica nos Açores é regulado e acordado pela entidade reguladora do sector eléctrico. Isto é, quem suportou num determinado período, e ainda suporta, os encargos decorrentes da energia eléctrica nos Açores (tem os valores que tem e tem tido a convergência igual em relação aos preços nacionais), ao contrário do que foi protocolado, que seria o Governo da República num determinado período, tem sido o Governo Regional dos Açores através do Fundo Regional de Actividades Económicas e Empresa de Electricidade dos Açores.

É esta a verdade, é esta a realidade, mas também quero dizer que o protocolo assinado em 2002 e que não tem sido efectivamente cumprido por parte do Governo da República é para nós uma questão de honra. Tudo faremos e tudo vamos fazer para que o mesmo seja cumprido, mas assegurando desde sempre o mais importante, é que enquanto esse cumprimento não for executado, os açorianos nunca serão prejudicados e o Governo Regional dos Açores irá assumir as suas responsabilidades para que o preço da energia eléctrica nos Açores continue a ter o valor que tem em relação ao valor nacional, assumindo nós esses encargos sem nunca deixar de exigir ao Governo da República, porque se assinaram um protocolo têm que o cumprir e tudo faremos para que o mesmo seja cumprido.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\*) **Deputado José Rego** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez de uma forma estranha está a decorrer um debate sobre um Plano e Orçamento desta Região e o PSD nada diz...

**Deputado Mark Marques** (*PSD*): Sr. Deputado, nós é que gerimos o nosso tempo!

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** ... não questiona na altura que deve questionar o Governo Regional dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Com alguma falta de humildade o PSD continua a pensar que é o centro das atenções desta Região.

O centro das atenções nesta Região é o Governo Regional dos Açores.



O PSD pensa que só se deve discutir o Plano quando fizer a sua intervenção nesta Assembleia. O Plano deve ser discutido agora,...

**Deputado Clélio Meses (PSD):** E vai ser!

**O Orador:** ... neste momento, quando o membro do Governo esteve na tribuna a apresentar os documentos importantes para a Região.

Por isso, eu deixava mais uma questão ao Sr. Vice-Presidente. Essa questão está relacionada com as despesas ...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Afinal tinha mais uma pergunta ensaiada!

**O Orador:** Agradecia que o ruído acabasse. Acho que toquei na “ferida” do PSD, na sua falta de humildade.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Sr. Vice-Presidente, as despesas correntes vão apresentar, na estrutura financeira do próximo ano, no orçamento, um peso de 42,4%, quando no ano transacto elas apresentavam 46%.

Eu queria que o Sr. Vice-presidente explicasse a esta câmara quais os custos que poderão acarretar para a administração havendo essa redução nas despesas correntes...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Vão cortar a luz e a água!

**O Orador:** ... se vai haver algum efeito na Administração Pública que se possa repercutir em melhores ganhos de eficiência desta Administração?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não sei se o Sr. Vice-Presidente vai conseguir responder a essa questão!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: É sem dúvida um dos aspectos estruturantes da nossa política orçamental e financeira, o esforço que temos feito e que temos conseguido na contenção das despesas correntes e de funcionamento da Administração Regional. Sem nunca deixar de concretizar as políticas de oportunidade e de rigor no âmbito da Administração

Pública Regional, temos conseguido, efectivamente, ao longo dos anos conter essas componentes da despesa.

Eu posso deixar ficar alguns números que são interessantes e também podia citar mais uma vez dúvidas nessa matéria, em relação a anos anteriores, de um dos partidos da oposição.

Por exemplo, de 2006 para 2007 as despesas com pessoal cresceram apenas 1%. Por isso mesmo, é que é possível também nós perspectivarmos para 2008 um crescimento da despesa com pessoal que será inferior ao que é o aumento previsto para a própria Administração Pública, porque precisamente temos conseguido ao longo dos anos que o aumento dos encargos decorrentes do aumento dos vencimentos, não tenha todo ele sido assimilado do ponto de vista do aumento das despesas por via objectiva da contenção da contratação de novos quadros. E essencialmente, com a aprovação dos quadros regionais de ilha, recentemente, demos um sinal claro de que a Administração Pública Regional do futuro é uma Administração Pública Regional especialmente dirigida para jovens e técnicos licenciados, qualificados, com um nível de habilitação significativo e que muitas das tarefas que neste momento ainda são efectuadas pela própria Administração devem progressivamente ser disponibilizadas à iniciativa privada de forma a criar mais mercado, mais empreendedorismo, mais desenvolvimento e mais promoção do investimento privado no contexto de ligação com a própria Administração Pública.

Por isto é realista, com grande esforço de toda a Administração, que em 2008 nos propusemos reduzir em 6,3% as transferências correntes para os Fundos e Serviços Autónomos. É reduzir em 0,6% as aquisições de bens e serviços correntes e reduzir em 10,2% as aquisições de bens e serviços de capital.

Nós pretendemos que a despesa de funcionamento e a despesa corrente da Administração Regional, tenha e continue a ter aquilo que tem sido o seu sinal claro, um sinal de rigor, um sinal de contenção para cada vez mais disponibilizarmos recursos para o investimento, para o investimento público estruturante, para o apoio à competitividade da economia regional, para o apoio à iniciativa privada, para o apoio ao investimento privado e ao empreendedorismo. É esta a nossa estratégia que tem dado bons resultados e queremos continuar para o futuro, cada vez gastarmos menos

com a nossa Administração, para que cada vez mais os açorianos possam usufruir de mais investimento público e de mais apoio ao investimento privado.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Quando me referi há pouco a essa verba, e agradeço o esclarecimento de que há o compromisso do Governo Regional de investir nesta questão do tarifário eléctrico, foi porque o preço da energia aos açorianos não diminui só por conta daquela factura que pagamos no fim do mês.

Nós, CDS, não descobrimos hoje, nem ontem, as energias renováveis. Tanto é que já fizemos uma proposta neste Parlamento para um maior investimento nessas energias renováveis, porque aí é que está grande parte do futuro dos Açores e destas ilhas.

Eu quando lhe faço essa pergunta, é para a EDA neste caso ter mais meios para disponibilizar, para investir em energias renováveis. Aí estamos a poupar duplamente, estamos a poupar eventualmente no preço da energia e estamos a poupar na tonelada de CO<sub>2</sub> que é muito importante. Estamos a poupar nesse sentido, porque a EDA também compra quota e tem quota nessa matéria.

Portanto, quando eu lhe digo que é necessário que a República cumpra essa dívida é exactamente para haver mais recursos financeiros nos Açores para nós podermos investir nas energias renováveis, porque temos capacidade para fazer. Era nessa perspectiva, não só no preço do quilovate hora que temos na factura da energia, mas disponibilizar para energia alternativas que é uma poupança em geral.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Quero dizer, Sr. Deputado Artur Lima, que o Governo Regional dos Açores não só partilha dessa efectiva preocupação como tem sido essa a prática recente e ao longo da actividade da política energética regional destes últimos 10 anos.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Então não é recente!

**O Orador:** Sr. Deputado, 10 anos numa história, num ciclo económico é um período recente.

Foi o Governo Regional do Partido Socialista que reabilitou a energia geotérmica; foi o Governo Regional do Partido Socialista que teve a coragem de apostar na energia geotérmica e demonstrar que a mesma era rentável, que os investimentos eram possíveis e não só duplicando a capacidade instalada como alargando a outras ilhas a intervenção nessa área, como é o caso concreto da Ilha Terceira.

Os resultados estão à vista. A percentagem de energias renováveis na estrutura produtiva do sector eléctrico regional tem aumentado de forma muito significativa e particularmente esse resultado será mais sentido este ano, em 2007, pela entrada em funcionamento de uma nova central, a segunda central em São Miguel, que irá permitir que a Ilha de São Miguel, tendencialmente, possa produzir um valor próximo dos 50% de energias renováveis. O mesmo acontecerá na Ilha Terceira com o início da produção da central geotérmica.

Mas mais importante do que isso é o sinal claro que demos em termos de financiamento comunitário e no âmbito do período de programação 2007/2013. Está definido e clarificado que não haverá financiamentos comunitários para participar investimento no sector de produção de energia que não seja utilizando energias renováveis. Ou seja, no sector tradicional que implica consumo de combustíveis não haverá qualquer financiamento do Governo através de Fundos Comunitários para esse mesmo investimento. É um sinal claro ao mercado de que é também esse o caminho que queremos seguir e que a própria autonomia energética da Região é um objectivo que queremos atingir a médio prazo, porque com isso conseguimos não só ganhos ambientais, mas também ganhos económicos significativos e reforçamos efectivamente a nossa autonomia energética e ao reforçar a nossa autonomia energética reforçamos também a nossa autonomia financeira.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

**Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O IX Governo Regional, da responsabilidade do Partido Socialista, aquando da aprovação do seu programa de governo assumiu-se nesta Assembleia, tal como se

tinha assumido perante os açorianos com a divisa de “Continuar a mudar os Açores para Melhor”. Esta máxima tem estado sempre presente de forma continuada nos objectivos e programas dos Orçamentos e Planos apresentados nesta legislatura.

Mudar os Açores, para melhor, tem sido possível, neste como nos mandatos dos governos anteriores da responsabilidade do Partido Socialista, porque as políticas económicas e sociais encetadas foram correctamente delineadas, entrosadas com as pessoas, com as empresas e com as instituições e tiveram como resultado uma economia a crescer e a criar emprego.

Esta mudança económica da Região tem sido feita com investimento público, mas também com muito investimento privado num clima de confiança e de tranquilidade que se tem vivido nos Açores.

O clima de confiança levou a que no período entre 1997 e 2006 houvesse um aumento de 38,3% no número de empresas sedeadas na Região, acompanhado por um aumento de 52,7% do número de pessoas ao serviço dessas empresas. Ao mesmo tempo assistiu-se a um incremento no número de estabelecimentos que representou um aumento de 55,3%.

O clima de confiança levou a que durante o III QCA os nossos empresários apresentassem candidaturas aos Sistema de Incentivos, das quais resultaram a aprovação de mais de 600 milhões de euros de investimento e com a perspectiva de se criarem mais de 3.500 postos de trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desempenho da economia açoriana no que respeita à criação de emprego levou a que se registasse, ao longo dos últimos anos, uma evolução bastante positiva ao nível dos indicadores do emprego. Apesar do aumento da população activa, sobretudo a que advém da entrada das mulheres no mercado de trabalho, a taxa de desemprego, que ascendia a 7,9% em 1995, situa-se abaixo de 4% desde 1999, sendo a mais baixa do País. Facto com que todos nos devemos regozijar.

Segundo os dados divulgados para o 3.º Trimestre do corrente ano, a taxa de desemprego nos Açores, situa-se nessa altura, em 3,9% contra 9,5% no Norte, 5,1% no Centro, 9,2% em Lisboa, 7,3% no Alentejo, 5,9% no Algarve e 6,8% na Madeira.

O PIB per capita dos Açores no período de 1995 a 2004 cresceu 33%, enquanto a média nacional cresceu 60%. No período mais recente de 2000 a 2004, o PIB pc dos Açores cresceu 25,1% e o nacional 14,8%.

A partir de 2001, os Açores deixaram de ser a região do país com menor PIB per capita, estando em 2004, à frente das regiões Norte e Centro. Em nove anos os Açores convergiram 13 p.p para a média nacional e no período 2000–2004 convergiram 8 p.p.

Em relação à União Europeia a 25 crescemos desde 1996 até ao ano de 2002. No período 2003 e 2004 crescemos menos do que a média europeia a 25, um comportamento semelhante ao registado em todas as regiões do País, mas com uma diferença: o nosso desvio foi inferior ao destas regiões.

No período de 2000 a 2004, o Rendimento Disponível per capita dos residentes dos Açores cresce 27,6%, percentagem superior à média nacional que foi 15,8%. Em 2004, o Rendimento Disponível per capita dos Açores é 96% da média nacional e é superior aos residentes nas regiões do Norte, do Centro e do Alentejo.

A mudança verificada nos Açores coloca-nos, entre as regiões, que cumprem melhor os objectivos da União Europeia.

A mudança verificada nos Açores, só não é compreendida pelo maior partido da oposição, que com tanta falta de oxigénio fica bloqueado para ver o que outros como a Comissão Europeia, as instâncias nacionais, ou investidores externos reconhecem.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de Orçamento e Plano de Investimento para o ano 2008, concretizam as opções estratégicas de afectação dos recursos públicos para o próximo ano, prosseguem as políticas do Programa do Governo e das Orientações de Médio Prazo aprovados por este Parlamento e dão resposta a situações resultantes da evolução mais recente dos Açores.

Estas propostas face às Orientações de Médio Prazo apresentam mais 47 milhões das receitas efectivas da Região. O Investimento Público financiado directamente pelo Orçamento é superior em 74 milhões de euros e há uma redução de 27 milhões de euros nas despesas de funcionamento, resultando assim, um investimento maior do que o previsto e uma poupança nos gastos da administração.

Pela primeira vez na história dos Açores, o Orçamento da Região para 2008 ultrapassa a barreira dos mil milhões de euros e o Plano de Investimentos ascende a 692 milhões de euros, dos quais 439,5 milhões de euros de financiamento directamente pelo Orçamento.

As receitas próprias da Região atingirão 54% do total das receitas. As transferências do Orçamento de Estado representam 36% do total da receita e as transferências da União Europeia 10,1% do total da receita – mais 2,1 pontos percentuais que em 2007, resultantes da operacionalização do novo período de programação comunitário (2007-2013).

A Despesa Corrente representa neste Orçamento, 42,4% do total da Despesa, quando em 2007 representava 46%. As Receitas próprias geradas pela Região, acrescidas da compensação pela nova fórmula de cálculo do IVA, serão superiores em 89,9 milhões de euros às despesas de funcionamento. Regista-se entre 2007 e 2008, uma taxa de crescimento das receitas próprias em 9,2 pontos percentuais, enquanto as despesas de funcionamento se ficam por acréscimo de apenas 2 pontos percentuais.

No âmbito da despesa importa ainda salientar que apenas se registarão acréscimos nas rubricas referentes às transferências para o Serviço Regional de Saúde (+ 4%) e Despesas com Pessoal (1,9%), observando-se reduções nas restantes rubricas da Despesa Corrente.

O investimento público aumentará 16,4% em relação a 2007, e passará a representar 33,4% do total da despesa, ou seja mais 1,7 pontos percentuais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Grandes Objectivos de Desenvolvimento definidos para o quadriénio 2005-2008, nas Orientações a Médio Prazo, no Plano para 2008 encontram-se hierarquizados do seguinte modo:

O objectivo “aumentar a produtividade e a competitividade da economia” é o vector com dotação mais significativa, apresentando um peso de 34,9% do Plano, neste, incluem-se os investimentos a realizar em áreas como o fomento agrícola, apoio à transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários; diversificação agrícola, desenvolvimento florestal, modernização das Infra-estruturas e de actividade da pesca, desenvolvimento do turismo, desenvolvimento industrial, desenvolvimento do comércio.

Em segundo lugar o objectivo “Incrementar o ordenamento territorial e a eficiência das redes estruturantes”, com 30,5%, no qual se incluem os investimentos relativos ao ordenamento do território e qualidade ambiental, entre outros.

Seguem-se os objectivos “qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento” e “reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades”, os quais representam respectivamente 22,4% e 10,4% do valor global do Plano, e incluem as verbas destinadas ao desenvolvimento dos programas relativos, ao desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema de ensino, das infra-estruturas e do sistema de saúde, do desenvolvimento do sistema de solidariedade social, do desenvolvimento da actividade científica e tecnológica; à juventude, ao trabalho e qualificação profissional, à habitação e protecção civil, ao património e às actividades culturais, bem como ao desenvolvimento desportivo e apoio aos media.

Por último o objectivo “afirmar os sistemas autonómico e da gestão pública” está representado em 1,7% onde se incluem os programas no âmbito da administração regional e local, planeamento e finanças e cooperação externa.

Esta hierarquização não poderá levar a leituras do tipo em que o investimento nas pessoas ocupa uma posição menor ou maior neste Plano. O investimento nas pessoas é transversal a muitos dos programas existentes nos diferentes objectivos, como também o é o investimento em infra-estruturas. De resto, as infra-estruturas destinam-se a servir as pessoas!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A dívida pública regional para próximo ano irá manter-se estável, totalizando 274.863.674 euros, menos 87.474 euros do verificado em 2006. Esta ligeira descida



resulta do refinanciamento de um dos empréstimos no corrente ano. O valor da dívida não teve qualquer aumento nos últimos 6 anos e representa menos de 9% do PIB regional. Recorde-se que essa percentagem a nível nacional é de mais de 60%.

Os avales concedidos pela Região totalizam, no final de 2007, 418.390.442 euros. Em 2007, a Região não só não utilizou a autorização legislativa que tinha para aumentar o volume dos avales concedidos, como iniciou o processo de diminuição das suas responsabilidades líquidas em avales, invertendo a tendência dos anos anteriores, o que demonstra a sustentabilidade do Sector Público Empresarial Regional e a sua consolidação financeira.

Estamos pois, perante mais um Orçamento que mantém o equilíbrio das finanças públicas, sustenta as políticas necessárias para prosseguir o actual ciclo de modernização e desenvolvimento dos Açores, políticas dirigidas a enfrentar os nossos problemas estruturais, como o das qualificações, políticas para uma Região mais competitiva, com mais qualidade de vida e com mais justiça social, um orçamento que perspectiva um futuro melhor para os Açores e para os açorianos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo inscrições para esclarecimentos, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As emoções do governo estão ao rubro! Tudo está preparado para o êxtase!

Os “milhões” vão saltar novamente.

Vão sair da boca dos membros do Governo Regional como argumento fatal para a aprovação dos documentos que os acolhem.

Os grandes números, os acréscimos das verbas destinadas ao sector X, à obra Y ou à ilha Z, vão ser usados até à exaustão.

Engana-se redondamente quem pensar que vai ser esquecido o tal empreendimento esperado há inúmeros anos, tantas vezes prometido e outras tantas esquecido. Terá

como resposta que não pode contar com ele no próximo ano, mas que não tenha dúvidas de que está prestes a ser concretizado.

É a ladainha que começou a aplicar-se a velhas promessas, algumas das quais se arrastam desde o século passado. Não vão ainda aparecer em 2008, mas certamente verão a luz do dia lá para 2009, 2010, 2011 ou mesmo 2012. É a última moda do governo. Prometer a prazo dilatado.

Com o sorriso espetado no rosto, os senhores deputados socialistas vão repetir os valores e as percentagens antes apresentadas pelos senhores secretários. É uma prática habitual, quase um vício. Um hábito idêntico ao da velha perguntinha feita a seguir à intervenção do senhor secretário, a tal que já está previamente preparada e que abre a porta para a declaração bombástica que pretende impressionar a comunicação social. Vimos um exemplo limpinho, limpinho, limpinho há uns minutos atrás e certamente vai continuar.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** O problema é só um. A pouca vontade que começa a haver para esboçar um sorriso por parte dos senhores deputados da bancada rosa. Para alguns, talvez para muitos, ou mesmo para quase todos, satisfação é algo que já não vai existindo com a abundância que o governo pretendia.

É que, quando regressarem às suas ilhas, já sabem o que os espera.

Lá vão ter de se confrontar, mais uma vez, com o desalento e, em muitos casos, com a indignação dos cidadãos que os elegeram.

**Voices dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Do cidadão que se tem limitado a ver cimento a emergir do chão.

E, mesmo assim, com a triste sina de tal nem sempre acontecer. Muitas vezes, apenas viu a promessa. A tal que só se vai concretizar, dizem eles, daqui a um, dois, três ou quatro anos.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** As vossas câmaras municipais é que fazem isso!

**O Orador:** Do cidadão para quem tarda o dia em que o efeito dos sempre bem propagandeados “milhões” se reflecta também no seu bolso. Mas que se apercebe, nas idas à mercearia, à loja ou ao hipermercado, que agora é preciso mais uma nota para

pagar os mesmos produtos, os absolutamente necessários para a subsistência da sua família,...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... embora o dinheiro que recebe apenas tenha crescido algumas moedas.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada PSD)*

**O Orador:** Do cidadão mais resignado que, pelo menos, procura motivos de ânimo nos discursos, nas notícias, que propagandeiam a maior eficiência de alguns serviços. Do cidadão que até acredita que a espera nos hospitais ou nos centros de saúde se pode tornar mais curta, embora não perceba o facto de se ver cada vez mais para trás na lista e, conseqüentemente, mais longe da consulta ou da intervenção de que necessita.

Do cidadão que tem a esperança de, um dia destes, ver facilitado o acesso ao emprego para os seus filhos, ou até para si próprio, e que se acha imensamente azarado por continuar desempregado, justamente quando o governo diz que emprego é o que não falta nos Açores. Do cidadão que chega ao centro de emprego e só encontra entraves e dificuldades, ficando com a sensação de ser uma presença indesejável, porque contribui para aumentar os “números” de que o governo não gosta.

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Do cidadão que, em desespero, já chegou à fala com o senhor director do serviço da sua ilha, mas que continua a aguardar o tal lugarzito prometido para o rapaz, os materiais para o arranjo da casinha, que tem água a entrar pelo tecto do quarto, ou o subsidiozito a que tem direito.

**Deputado José Ávila (PS):** Isso foi em 1996!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Olhe que não!

**O Orador:** Do cidadão que até conseguiu uma promessa mais pomposa, durante a visita do governo, porque o senhor secretário estava mesmo ali ao lado. Só não achou muito apropriado que lhe tivessem dito que, para a mesma se concretizar, teria de largar as “más companhias”. Não gostou, porque a forma como era olhado nessa

altura permitia adivinhar, com facilidade, a quem se estavam a referir. “Que diabo, cada um tem o direito de pensar pela sua cabeça”, pensou, com a tristeza de quem presente o sucumbir das promessas perante as suas inabaláveis convicções.

Do cidadão, enfim, que acreditou nas palavras e sonhos que lhe venderam, nos efeitos dos muitos “milhões” que anunciaram, mas que não os vê traduzidos em estabilidade de emprego, em maiores rendimentos e na melhoria generalizada das suas condições de vida.

Independentemente da sua cor política, todos os deputados, que contactam regularmente os seus eleitores, sabem bem que assim é. É, por isso, que quem suporta o governo gostaria de não ser obrigado a apresentar-se sorridente neste debate.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O desespero invade o governo socialista.

A resposta pronta, que contraria toda e qualquer crítica à governação, mostra que esta não lhe é indiferente. É a prova de que é merecida. É o peso da consciência. É a sensação do dever não cumprido. É o “atirar para a frente” que pretende fazer esquecer a inabilidade demonstrada na promoção do desenvolvimento dos Açores.

As promessas para um futuro que se encontra fora do horizonte desta legislatura, habitualmente nas áreas em que a oposição apresentou propostas, demonstram que a criatividade não se encontra entre as características do governo socialista. Fugiu-lhe, se é que alguma vez existiu.

A declaração, ou a nota para comunicação social, que frequentemente lança as culpas para terceiros, que chega ao ridículo de recuar onze anos para encontrar um alvo, que recorre ao lugar comum e muitas vezes ao insulto, dá nota do incómodo que é sentido, tal como acontece com a criança que acabou de ser apanhada em falta.

A incapacidade, agora, já começou a dar lugar à impaciência. Junta-se a uma mais do que conhecida e comprovada arrogância.

Em muitas circunstâncias, o governo chega a ter reacções mal humoradas, muitas vezes surgidas na sequência de dificuldades apresentadas, de preocupações manifestadas ou até de reivindicações de muitos e muitos anos que lhe são recordadas

por diversas entidades, designadamente pelos legítimos representantes de cada ilha, aquando das visitas estatutárias anuais.

O governo socialista acha que anunciar “milhões” é suficiente. Se são, ou não, bem aplicados, é assunto de somenos importância.

Está mais do que visto que os grandes “investimentos” anunciados anualmente não são, obrigatoriamente, a receita de que cada ilha necessita. Funcionam, vezes demais, como balões de oxigénio, cujos efeitos perduram por tempo reduzido. Não é certo que sustentem a actividade económica de forma duradoura. Sem políticas adequadas, sem “alma” que os alimente, geram frequentemente o retorno ao mau ponto de partida, eventualmente mais degradado do que anos antes existia.

O mesmo se passa com as verbas que teoricamente têm sido colocadas à disposição da iniciativa privada pelo governo socialista. Nem pouco mais ou menos são suficientes. Não pelos montantes envolvidos, mas pela falta de outro tipo de abordagem, completa e trabalhada. É fundamental um tratamento de excepção, suficientemente integrado, em que as empresas, designadamente as de pequena e média dimensão, se revejam e sintam que se pode constituir como chave de sucessos futuros.

O simples “atirar dinheiro” que tem caracterizado os anos de governação socialista reduz a acção governativa à distribuição das verbas incluídas no orçamento público, tendendo a gerar os aproveitamentos paupérrimos do costume. Nas ilhas mais carenciadas, invariavelmente, com valores de execução substancialmente mais reduzidos do que os inicialmente apresentados.

Falta muito mais do que dinheiro. Faltam políticas especificamente dirigidas a cada espaço e que sejam adoptadas em simultâneo.

Os tais “milhões”, publicitados e repetidos, podem servir, momentaneamente, como rol de “desculpas” para a incapacidade em criar condições de vida razoáveis às pessoas e às empresas. A sua aplicação, contudo, não tem eliminado a doença, não tem deixado marca, apenas tem eliminado meras “dores de cabeça”, deixando intacto e activo o vírus que ataca o paciente.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É, por isso, que o discurso dos “milhões” está esgotado. O governo socialista reincide, porque gosta de “encher a boca” com obras, com grandes empreendimentos, com inaugurações sempre assinaladas de forma faustosa.

Sabe que não está a abrir o caminho do futuro aos Açores e aos Açorianos. Mas considera que é proveitoso do ponto de vista eleitoral. Como essa é a sua única prioridade, é a ela que aliena a sua acção.

**Deputados José Manuel Bolieiro e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Especialmente para 2008, ano de eleições, é a esse desígnio que os socialistas se entregam.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falemos, agora, no realismo orçamental de que os Açores necessitam.

Gostaríamos de ter novidades sobre o assunto. Não temos, confessamos.

Não temos, porque o governo repete o que anda a fazer há onze anos. De forma mais refinada durante esta legislatura. Este governo, mais uma vez, não vai mudar as práticas incorrectas em que tem andado envolvido.

Este governo não gosta de abrir as “portas orçamentais” aos olhos dos Açorianos.

Gosta de se manter “fechadinho”, sem mostrar, em toda a dimensão, como anda a gerir os recursos públicos. Como se fosse seu o dinheiro que gere em nome daqueles que, em eleições, lhe abriram essa possibilidade.

Esta característica, aliás, está bem expressa na informação prestada no relatório do Orçamento sobre a situação do Sector Público Empresarial Regional e também no discurso do Sr. Vice-Presidente, diga-se de passagem. Abandonando o quadro com inúmeros dados que apresentou durante alguns anos, aparece agora com um texto descritivo, que faz referência a resultados, a volumes de negócios, a activos, a libertação de recursos ou a valor acrescentado. Curiosamente, não divulga os passivos. Porque será? Não temos dúvidas.

As situações repetem-se, assim como se repetirão futuramente as eternas recomendações que o Tribunal de Contas apresenta anualmente nos Pareceres da

Conta da Região. Aquelas que, há anos e anos, o governo socialista teima em não acatar, a que faz as “orelhas moucas” a que estamos habituados.

Repetem-se, também, previsões ladeadas por situações de incerteza, carentes de garantias em relação ao facto de se poderem vir a constituir como receita.

Ainda que haja dúvidas quanto à sua exequibilidade, servem para engordar os valores da despesa que se apresenta aos Açorianos como executável durante o ano 2008

Dirá o governo: “Pois bem, é isso que interessa. Muito mais num ano que termina com eleições. E para quê essa preocupação, se apenas queremos despesa para os primeiros nove meses? Depois das eleições, se cá ficarmos, dinheiro é só para constar.”

Os “truques” detectáveis à partida também se mantêm. Entre outros, as despesas de funcionamento travestidas em despesas de investimento. Ou os valores claramente desorçamentados, vertidos para instrumentos que o Governo tem vindo a criar, designadamente as estranhas e conhecidas sociedades anónimas que o governo tem criado a uma velocidade estonteante.

E a dotação provisional, que em 2008 se eleva quase ao dobro e pode ser utilizada para umas despesitas que o calor das eleições pode suscitar? E o desaparecimento dos limites nos descongelamentos para admissão de pessoal, que pode ser proveitoso para o mesmo efeito?

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Quanto ao Serviço Regional de Saúde, alguém acredita que já conseguiu “desamarrar-se” da clara suborçamentação a que foi remetido? Não é óbvio que, se a sua dívida se mostra crescente ano a ano, com taxas de crescimento que quase atingem 30%, é porque as suas receitas são mais do que insuficientes para arcar com as despesas que tem de suportar? Será que o crescimento de 4% nas transferências ao mesmo destinadas resolve o problema? Será mesmo que nenhuma unidade de saúde se vai endividar?

Só não vê quem não quer ver. Ou quem nisso não está interessado.

Num ano que o governo destaca como “livre” de avales, até parece que o problema da dívida pública não se coloca. Como é óbvio, continua vivo, em função do valor acumulado que continua a manter. Aquele que, devido à irresponsabilidade, chegou a

um montante quatro vezes superior ao que atingia no fim de 2002. A propósito, é agora que vão ser definitivamente assumidos os “esconderijos” para onde foi remetida a dívida pública e onde ainda se encontra alojada?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por mais um ano, cá estamos com “os maiores de sempre”. “Como sempre”, é o que nos sugere dizer.

Já sabemos que é aí que reside a força do discurso socialista. É compreensível, já que só esse argumento permite manter, a custo, o sorriso e a alegria no rosto.

Triste contentamento!

Para nós, que nos preocupamos com as pessoas, onde concentramos o objectivo desta nobre actividade que é a política, o que verdadeiramente nos interessa é discutir o que vai resultar da sua execução.

“Maiores resultados”. É o que queremos e é o que esperam os Açorianos, que têm visto, com o passar dos anos, que as avultadas verbas que têm sido despendidas não se têm traduzido em melhorias sensíveis, designadamente quando se estabelece uma comparação com a média europeia.

A verdade é que a aposta deste governo continua a ser a mesma. Betão, sempre betão. Obras públicas, sempre as eternas obras públicas. Interessantes? Talvez. Prioritárias? Nem todas.

No entanto, o governo reforça essa aposta. Como tem vindo a fazer, sem levantar ondas, ao longo dos anos.

Quando seria de esperar o reforço nas pessoas e nas empresas, nos factores de aumento de competitividade, o governo dedica-lhes, ano a ano, uma parte sempre menor dos valores do investimento.

Quem ganha expressão? O betão, obviamente, com especial incidência no próximo ano que, para quem possa estar distraído, é ano de eleições.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por muito que o governo tente esconder, omitir, não responder, baralhar, distorcer argumentos, lembrar dados estatísticos já conhecidos há meses, ou até anos, utilizar



argumentos lamechas, destituídos de fundamento, de fraca consistência técnica e científica, não consegue livrar-se da realidade que detesta enfrentar.

A verdade é que a Região ocupa o último lugar do país nos indicadores de poder de compra, facto que as pessoas seguramente sentem no seu dia a dia. Também é evidente que a situação paradisíaca em termos de emprego apregoada no “papel” não dá resposta a quem procura uma situação estável nesse domínio.

Por muito que custe ao governo admitir, de acordo com o Eurostat, no início do último Quadro Comunitário de Apoio, em 2000, os Açores tinham um PIB per capita correspondente a 67.7% da média da União Europeia a 27. Em 2003, uma quebra acentuada levou-o a 66.9% e em 2004 deu-se nova descida para 65.9%, sendo forte a possibilidade de existirem novos recuos nos anos seguintes.

Depois de sete anos de aplicação de meios financeiros europeus, que aqui chegaram para assegurar os caminhos da convergência, os Açores afastam-se dos patamares médios da Europa. Numa palavra, estão em divergência.

Embora essa palavra pareça ter sido banida do dicionário socialista, que faz com que os membros do governo e seus apoiantes dela fujam “como o diabo da cruz”, não admitindo um facto que é evidente aos olhos de todos, há uma excepção.

O Presidente do Governo Regional não teve tais pruridos e disse que esse indicador de riqueza e de emprego podia “esperar mais um bocadinho”. Embora com uma postura inacreditável, quer pela ironia despropositada, quer pelo baixar de braços subjacente, o Sr. Presidente teve, pelo menos, a virtude de concordar que os Açores estão em divergência com a União Europeia.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, a sua confissão é merecedora de parabéns. Apenas, e só, por não ter fugido às responsabilidades.

Quanto ao resto, tem a obrigação de se explicar perante os Açorianos, que sentem na pele os efeitos do fracasso que o senhor assumiu, em nome do seu governo.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada PSD)*

**Presidente:** Está inscrito para esclarecimentos o Sr. Deputado José Rego.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para comentar algumas das afirmações que o Sr. Deputado António Marinho aqui fez e que teria gosto em comentar.

A primeira tem a ver com as promessas que o Partido Socialista fez aos açorianos. Agradecia que o Sr. Deputado António Marinho fosse ver, manifesto a manifesto, ilha a ilha, se tem ou não tem cumprido os compromissos com os açorianos e aí nós não temos dúvidas nenhuma que vamos para as nossas ilhas de cara lavada, porque temos mais escolas, mais estradas. Aquelas que nós prometemos estão a ser cumpridas. Face a isso, o Sr. Deputado António Marinho não tenha problemas.

O que se passa na nossa Região é que sabemos que continuamos a ter algumas necessidades e, quer o Sr. Presidente do Governo, quer os membros do Governo, continuam a apostar em novas ideias para as nossas ilhas, para os nossos concelhos e essas ideias não são para concretizar neste mandato, mas num futuro mandato que será dado pelo povo açoriano ao Partido Socialista.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É uma presunção democraticamente aceitável!

**O Orador:** Relativamente ao emprego, acho que é uma discussão que já fizemos nesta Assembleia por mais que uma vez. Continuo a dizer que pessoa a pessoa deve-se ver que há pessoas que não têm emprego, mas esta Região tem criado milhares de posto de trabalho com as empresas que têm investido nos Açores nos últimos anos e aí o PSD, como disse naquela tribuna, com a sua falta de “oxigénio”, não vê.

O PSD quando esteve no Governo, tinha uma taxa de 7% de desempregados. Este Governo tem uma taxa de 3,9% e o PSD continua a não ver. Os critérios são os

mesmos que eram no passado. Antes os números não serviam, ou serviam e agora já não servem.

É claro que cada açoriano que está desempregado sente que nós não demos a resposta, mas é com mais empresas, com mais investimento público que continuaremos a dar resposta a todos os açorianos.

Relativamente aos desempregados, o Sr. Deputado António Marinho já estava a dizer que estava a confundir taxa de desemprego com desempregados. Nós não temos dúvidas. A linha azul que aqui está representa os desempregados no tempo do PSD, que andavam à volta dos 7 mil desempregados inscritos nos Centros de Emprego. Hoje são 3 mil e tal trabalhadores inscritos nos Centros de Emprego.

Diz o Sr. Deputado António Marinho daquela tribuna que são os serviços que trabalham melhor. Sim. Nós queremos que a Administração Pública trabalhe melhor e diga quem trabalha ou não nesta Região, quem é efectivamente desempregado e os desempregados são estes números que têm sido apresentados quer pelo INE, quer pelo nosso instrumento regional de estatística dos Açores.

Sr. Deputado António Marinho, sobre aquilo que ali disse na tribuna, não se preocupe que as suas apostas, as suas dúvidas foram há pouco demonstradas e saem anualmente erradas. Portanto, face aos erros do passado, as suas críticas que aqui estão, relativamente aos limites de endividamento, se os 4% dão ou não para a saúde, essa preocupação é uma preocupação do Governo que levou a que este ano possamos dizer que os Centros de Saúde têm os seus orçamentos totalmente equilibrados. Portanto, deixe essa preocupação para o Governo.

**Deputado António Marinho (PSD):** O senhor acredita no que está a dizer?

**O Orador:** Acredito sim senhor.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** É um homem de fé!

**O Orador:** Relativamente a isso não tenho mais nada a dizer.

Betão por betão!

Esse betão foi para construir mais escolas, mais estradas que o PSD não fez na sua altura.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(\*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É com muito gosto que nós participamos no debate. Há aqui, aliás, uma espécie de truque. O Sr. Vice-Presidente do Governo faz uma intervenção e o PSD não responde, não liga, despreza. Nós não fazemos isso. O Sr. Deputado Marinho fez uma intervenção e nós temos muito gosto em partilhar consigo a reflexão que fez e em dar-lhe o nosso ponto de vista.

Apesar da sua intervenção ter sido uma intervenção, ao contrário do que é habitual, turva e desconexa, eu gostava de lhe dizer que há algo que infelizmente se está a passar cada vez mais intensamente nos Açores e que é o seguinte:

Nós, Governo, estamos satisfeitos com as áreas em que alcançamos progressos e sucessos. O PSD está entristecido com isso.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo está preocupado com as áreas onde sente dificuldades ou com as pessoas que não estão a ter sucesso na sua vida e que nós conseguimos ajudar com eficiência. Os senhores estão felizes com isso.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Os senhores encontram na desgraça a alquimia do vosso oxigénio. Os senhores precisam que algo corra mal para que possam falar.

A sua intervenção hoje foi uma desgraça para o PSD, porque pode ter aumentado o pessimismo de alguém na Região, mas não deu uma pontinha de optimismo sobre o futuro do PSD.

**Deputado Osório Silva (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Nós temos razões para estarmos atentos, para termos consciência de que nem tudo corre bem. Temos consciência que é preciso fazer melhor em algumas

áreas, mas temos consciência de que também, no essencial, a governação nestes últimos 10 anos representa um enorme progresso.

Nós não temos mais nada para comparar nos Açores do que o tempo em que os senhores estavam no Governo e o resultado do tempo em que nós já estamos no Governo.

**Deputado António Marinho (PSD):** E o que se passa na Europa!

**O Orador:** A verdade é que já não há comparação, porque os progressos são tantos e em todos os sectores. Nós não viemos para trás em nenhuma área.

Mesmo quando o senhor diz que hoje há listas de espera nas cirurgias e que não havia no tempo do PSD, tem graça! Provavelmente até havia poucas listas de espera ou menos pessoas em listas de espera, mas não deixa de ser curioso que agora há mais doentes no Serviço Regional de Saúde, há mais cirurgias, há mais exames complementares de diagnóstico, há mais enfermeiros, mais médicos no Serviço Regional de Saúde.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** Mas as pessoas não adoeceram agora, no tempo do Governo do PS, o que significa que agora pode haver mais listas de espera, mas no vosso tempo nem havia a esperança de esperar por tratamentos no Serviço Regional de Saúde.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Agora, connosco, o PIB per capita sobe assim. É a linha azul.

**Deputado António Marinho (PSD):** É o mesmo que vem no QRESA?!

**O Orador:** As outras, as que vêm para baixo, são de outras regiões do país.

**Deputado António Marinho (PSD):** Assuma o outro, Sr. Presidente!

**O Orador:** O índice do rendimento das famílias sobe assim (a azul é a nossa). As outras são das outras regiões do país.

No vosso tempo não subia nada. Na herança que nos deixaram era que nós éramos os últimos em tudo.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** Agora podemos não ser primeiros em muita coisa, mas praticamente já não somos últimos em nada. Essa é que é a grande diferença.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

E agora se os açorianos nos estão a ouvir, eu já não faço uma pergunta ao senhor, faço uma pergunta aos açorianos: ouviram este senhor do PSD a falar? Ouviram? Falou mal do Governo, falou mal do Governo, falou mal do Governo. Esteve na tribuna há volta de 20 minutos. Em 20 minutos nunca conseguiu dizer uma única proposta do PSD para governar melhor os Açores. Essa é que é a verdade neste debate.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**(\*) Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas ou três referências muito breves.

Em primeiro lugar, quanto à questão do tempo que o Sr. Presidente do Governo acabou de referir e quanto ao facto da intervenção do Sr. Vice-Presidente não ter merecido da nossa parte um comentário, há uma coisa que é incontornável, Sr. Presidente. Os senhores têm 5 horas. Aqueles senhores têm 5 horas e nós temos 3 horas e meia, por isso temos que gerir. Eu não me estou a lamentar desse facto, mas temos que gerir as 3 horas e meia, porque temos 19 deputados para falar. Eu não estou a dizer que está mal ou que está bem. É o que está acordado e seguramente que está correcto. Agora não nos é permitido durante 3 horas e meia comentar tudo aquilo que os senhores e aqueles senhores vão falar ao longo destes 3 dias. Muito gostaríamos, mas não é possível.

Eu não vou comentar sequer aquilo que o Sr. Deputado José do Rego disse, à excepção de dizer que o Sr. Deputado veio aqui demonstrar que é um homem de muita fé e eu aprecio-o por isso. Por isso ocupar-me-ei só das questões levantadas pelo Sr. Vice-presidente, justamente porque não temos esse tempo, porque vou penalizar os meus colegas em muitas coisas importantes que todos eles vão dizer ao longo destes 3 dias.

Ficou manifesto da parte do Sr. Presidente e da parte do Sr. Deputado José do Rego que realmente os senhores têm um problema enorme em assumir que os Açores divergiram em 2003/2004.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Estão melhores!

**O Orador:** Arranjam números estrambólicos, fazem análises elaboradíssimas, vão buscar coisas a 95, vão para aqui, vão para acolá.

Em 2003 os Açores divergiram! Em 2004 os Açores divergiram! Os Açores em 2004, em relação à média da União Europeia, estão abaixo daquilo que estavam em 2005, antes de serem aplicados 100 mil contos por dia ao longo destes anos. Assumam isso. Têm que assumir!

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Quem é que estava no Governo da República nessa altura?! Foi quem fechou as “torneiras” para os Açores!

**O Orador:** Quanto a ter sido uma intervenção turva e desconexa, isso fica na sua apreciação Sr. Presidente. Eu vou ter isso em conta e vou lembrar-me que o senhor disse isso e vou tentar perceber o porquê dela ter sido turva e desconexa. Sinceramente, não entendo!

Quanto ao PSD entristecido, não tenha dúvidas que não estamos tristes. Eu penso, aliás, que cada vez estamos mais animados e há algo que nos faz estar cada vez mais animados. Sabe o que é que é? É aquilo que vamos ouvindo da parte das pessoas com quem contactamos, da parte dos funcionários públicos com quem contactamos e que estão a aperceber-se claramente que o PS está há demasiado tempo no Governo, está cheio de vícios, é arrogante, manipula dados e acima de tudo tem um relacionamento que começa a ser difícil dentro da própria administração e isso faz-nos felizes porque no fundo está a tornar-se evidente que aquilo que nós pensamos daquilo que têm sido

estes 11 anos de governação socialista estão finalmente a chegar aos olhos das pessoas. Isso dá-nos ânimo.

Quanto a precisarmos que alguma coisa corra mal, Sr. Presidente, pode ter a certeza de uma coisa e fica desde já esse compromisso: quando forem conhecidas as contas regionais de 2005, se porventura (não sei se isso se vai passar ou não) houver uma recuperação do PIB per capita dos Açores em relação à União Europeia e se não se mantiver o processo de divergência verificado em 2003/2004, se houver uma subida em 2005, tem, da palavra do PSD, o regozijo por esse facto, porque como tivemos oportunidade de dizer ali, nós ficaríamos contentes de não ter que assumir um discurso como aquele que acabámos de fazer ali.

Se as coisas forem positivas aqui estamos para o assumir. Agora não manipulem dados! Não façam contas estrambólicas com os números que têm para conseguir virar uma situação que os senhores sabem que é negativa e que o senhor assumiu. O senhor já assumiu isso assumia mais uma vez.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Duas últimas questões. A questão de nosso discurso introduzirmos optimismo ou pessimismo.

Sr. Presidente, não interessa introduzir nem optimismo, nem pessimismo. Interessa introduzir realismo e é isso que os senhores não fazem permanentemente. Injectam um optimismo, pura e simplesmente, desfasado da realidade que leva a que os agentes económicos tomem decisões das quais se vêm a arrepender futuramente e muitos deles estão a assistir a essa situação neste momento.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Quanto a comparações eu sugiro ao Governo Regional que faça uma comparação. Em vez de comparar com os governos do PSD, que o Sr. Presidente do Governo Regional diz que é o único termo de comparação possível que tem, compare com a Europa. Desafio-o! Compare com a Europa e chega à conclusão do que é que aconteceu em 2003 e em 2004.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*



**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(\*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra apenas e só para deixar registado aqui alguma leitura política da intervenção do Sr. Presidente do Governo e, desde logo, para lamentar que quando se inicia o debate do último Plano e Orçamento desta Legislatura, quando se inicia o debate do último destes 12 anos de governação socialista, o Governo Regional que tem a preferência e a primazia da palavra, inicia-o exactamente para falar mal do PSD.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** As primeiras palavras do Vice-presidente do Governo, e não foram poucas, foram apenas e só para atacar o PSD. É lamentável! Mas ainda mais lamentável é que o Presidente do Governo Regional dos Açores venha a este debate e que se levanta, peça a palavra e que a utilize para também ele falar mal do PSD.

Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, o que os açorianos estão à espera, o que os açorianos precisam, são de palavras de ânimo, são de palavras de incentivo, de esperança para as suas vidas.

*(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Nuno Amaral (PS):** É o discurso do seu colega. Pelo amor de Deus!

**O Orador:** O que os açorianos estão à espera é que o Presidente do Governo Regional dos Açores não encontre desculpas para os seus insucessos e fracassos, muito bem identificados pelo Sr. Deputado António Marinho, como principal partido da oposição.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que o Sr. Presidente do Governo fez aqui foi, apenas e só, tentar encontrar desculpas para os seus fracassos, utilizando a palavra para vir aqui atacar o PSD.

**Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Não apoiado

**O Orador:** Sr. Presidente do Governo, não foi nenhum truque, como bem o senhor sabe e como bem ficou aqui identificado. A gestão do Grupo Parlamentar do PSD é da nossa inteira responsabilidade, mas o Partido Socialista e o Governo Regional com essa ânsia de mandar em tudo e em todos, de controlar tudo e todos também queria controlar a forma como o Grupo Parlamentar do PSD interviria neste debate. Era o que faltava, Sr. Presidente do Governo!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Essa vontade e essa ânsia de mandar em tudo e em todos, às vezes com sucesso, não tem o seu objectivo alcançado com o PSD.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Uma nota também sobre isto. O que preocupa o Governo, o Partido Socialista e os açorianos, é o facto de que nestes últimos 7 anos os Açores receberam da União Europeia 100 mil contos por dia. Durante estes anos foi isto que os Açores receberam todos os dias, os tais milhões que o Governo Regional e o Partido Socialista enchem a boca todos os dias.

Mas o que é certo, conforme foi aqui demonstrado, é que o PIB (o Produto Interno Bruto) relativamente à média europeia desceu nos Açores. Isto é, em 2002, representávamos 71,3%. Em 2003, era o senhor já Presidente do Governo Regional dos Açores (portanto, não foi há 20 ou 30 anos, foi há 3 anos) o PIB baixou para 66,9%. Em 2004, voltou a baixar para 65,9% da média europeia. São esses os números da verdade, são estes os números que vos incomodam.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Já está a estragar as audiências da RTP/Açores!

**O Orador:** Pior do que isso foi o facto do Sr. Presidente do Governo, ao longo destes anos, encontrar como discurso e como estratégia o facto de que era importante reduzir a pobreza.

Como é que se percebe que numa Região que recebeu todos estes milhões durante todos estes anos, o número de pobres identificados por um único critério disponível que é o Rendimento Social de Inserção, tenha aumentado.

Segundo declarações, de Março de 2005, da Sra. Directora Regional da Segurança Social, eram 15.964 pobres a beneficiar do Rendimento Social de Inserção, representavam 6,5% da população. Em Setembro de 2007 aumentou para 17.696,

para 7,3% da população, isto é, um aumento 10,8% de beneficiários do Rendimento Social de Inserção. É esta a verdade, é esta a realidade. É isto que acontece nos Açores.

Ainda hoje foi publicado um artigo de opinião num jornal desta terra que dizia relativamente ao Rendimento Social de Inserção:

“Neste momento, o Rendimento Social de Inserção encontra-se fora de controlo, na medida em que o Governo não estruturou minimamente situações sócio-económicas dos portugueses, uma vez que muitas das famílias que realmente se esforçam para proporcionar um nível de vida adequado aos seus filhos, a nível educacional, salutar e social, têm geralmente não como resposta aos seus pedidos de auxílio”.

É um artigo extenso onde se denuncia o fracasso, o insucesso deste Governo ao nível do combate à exclusão, à pobreza e à falta de coesão social destas ilhas.

Curiosamente este artigo é assinado por dois representantes da Juventude Socialista.

O que é que isto quer dizer?

É que na ânsia desenfreada para controlarem tudo e todos, para calarem tudo e todos, até se esquecem de controlar os seus. E a Juventude Socialista, através destes seus dois representantes denuncia de uma forma clara e expressa o insucesso que é a governação socialista no combate à pobreza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Os açorianos ouviram muito bem o Sr. Deputado António Marinho falar e aquilo que ele disse. Ouviram e sobretudo identificaram-se com as dificuldades que o Sr. Deputado António Marinho aqui referiu que é a vida dos açorianos, mas os açorianos também se lembram daquilo que disse o Deputado Carlos César durante 20 anos nesta Assembleia. Não fez outra coisa senão falar mal de tudo e todos e os açorianos também sabem que não se lembram das propostas que o Presidente do Partido Socialista, actualmente e Presidente do Governo, fez enquanto deputado 20 anos nesta Assembleia.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Quanto às propostas, e finalizo Sr. Presidente, que o senhor tanto anseia, Sr. Presidente do Governo se não o conhecêssemos, se não conhecêssemos o seu percurso enquanto deputado da oposição em 20 anos, senão conhecêssemos o seu

percurso enquanto Presidente do Governo Regional dos Açores durante 12 anos, até poderíamos achar que estava a ser sincero. Mas conhecemos o seu passado na oposição e no poder e sabemos que todos os anos o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem apresentado propostas de alteração aos Planos e Orçamentos, relativamente à saúde, relativamente à Segurança Social, a energias renováveis, relativamente à dependência. Todos os anos o Partido Social Democrata apresentou propostas nesta Assembleia. Ainda o ano passado.

Só nesta legislatura o Partido Social Democrata apresentou 37 propostas a Planos e Orçamentos. Qual foi o resultado? As 37 propostas que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou na saúde, na segurança social, nos transportes, na energia, nas dependências, foram todas elas reprovadas pela maioria do Partido Socialista.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Por isso, Sr. Presidente do Governo, percebo que queira ter aproveitado o direito da televisão para dizer aquilo que queria que os açorianos acreditassem que era a sua acção, mas não percebo que alguém com a sua experiência, com o seu passado e com a sua memória venha aqui dizer o que disse. É inadmissível que se tente deturpar a verdade com palavras que não correspondem à realidade. É isso que da nossa parte quisemos aqui demonstrar porque para nós, acima de tudo, está a verdade e estão os açorianos.

Não começamos discursos apenas e só para fazer o folclore, o marking e a propaganda desta governação a um ano de eleições. Fazemos discursos para denunciar a realidade, denunciar aquilo que não está bem na vida dos açorianos, porque nos preocupa apenas e só os açorianos das 9 ilhas dos Açores.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**(\*) Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente da Assembleia, foi para mim um dilema pedir a palavra, porque se é certo que é a altura de fazermos um primeiro balanço político desta discussão, e gostaria de fazê-lo, também é certo que tenho a certeza, independentemente de directos televisivos ou não, que quanto mais falar o PSD, de preferência em directo, mais ganha esta maioria, mais ganha este Governo e sobretudo mais ganha os Açores.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Então por que é que o senhor não se levantou?!

**O Orador:** Mas apesar disso vou fazer este balanço e há uma constatação que temos que assentar, desde logo, por mais que provada. O PSD veio contrariado para este debate. Este debate é uma trabalhadeira para o PSD.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Olhe que não!

**O Orador:** É uma desnecessidade. Só assim se explica que de uma assentada, uma semana antes do início deste debate, o PSD se desobrigou dele, fez o último episódio, o final e quis encerrar a novela.

Nunca se viu, aliás, por parte de um partido da oposição, que nesta Assembleia, que é uma verdadeira Assembleia Legislativa, que não é uma Assembleia Municipal, em que a oposição tem o poder de prepositura e poder de influência, resolva abdicar disso, resolva desta forma absolutamente elucidativa, desrespeitar e minorizar o Parlamento, na senda, aliás, de quem vai para as Comissões para não trabalhar e para não cumprir o Regimento onde nunca toma posição, onde sempre reserva posição.

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas é importante e tinha mais uma vez razão o que disse o Sr. Presidente do Governo.

Nós esperávamos do PSD críticas, com certeza, mas também alternativas, propostas, esperança, optimismo, convicção nalgum ideário. Não é isso que nós continuamos a ver no PSD. Continuamos a ver amargura e derrotismo, zanga-se não só com o Governo dos Açores, mas parece que com os açorianos que elegeram de forma inequívoca o Governo dos Açores.

O PSD não tem alternativa. O PSD tem a secreta esperança numa auto-crítica demolidora que o Governo do PS, com os anos, fique tão mau como os Governos do PSD, mas nós não deixaremos que isso aconteça.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não têm mais nada para dizer. É só falar no PSD!

**O Orador:** Sras. e Srs. Deputados, também é preciso dizer outra coisa.

O PSD, que é apenas um partido da oposição, e talvez seja bom começarmos a fazer a pedagogia, até junto de alguns órgãos de comunicação social, oposição e PSD não são e nunca foram nos Açores sinónimos. O PSD é apenas e por enquanto (ainda!) o maior da oposição...

**Deputado Mark Marques (PSD):** O senhor já disse PSD 27 vezes!

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Só?!

**O Orador:** ... que usa de uma linguagem rebarbativa demolidora e destrutiva quando se refere ao Governo, à maioria e até aos projectos para os Açores. Revela-se naquilo que pode e deve ser, quer dos outros partidos da oposição, quer desta maioria, a crítica e o livre debate democrático. Revela uma hipersensibilidade doentia não reparando que essa hipersensibilidade não é outra coisa senão um nome possível para a arrogância de quem está na oposição, o que significa que é o autoritarismo possível para quem está na oposição.

Portanto, por enquanto é isto que nós vamos vendo.

O PSD...

**Deputado Mark Marques (PSD):** 28!

**O Orador:** ... veio aqui fazer esta desobriga!

O PSD...

**Deputados Mark Marques e António Marinho (PSD):** 29!

**O Orador:** Os senhores não se preocupem porque os vossos apartes não me incomodam.

... não vai apresentar com certeza propostas de alteração sérias, nem credíveis, porque se as quisesse apresentar não diria, com certeza, aquilo que já disse, que para o PSD...

**Deputados Mark Marques, António Marinho e Maria José Duarte (PSD):** 30!

**O Orador:** ... já está tudo decidido e tem que vir fazer um pequeno esforço à Horta. Nós não viemos fazer aqui um pequeno esforço. Viemos – e temos a certeza, como outros – cumprir o nosso trabalho, na discussão, eventual melhoria, aprovação de um documento fundamental para os Açores, para o nosso próximo ano e que tem também, neste caso, o simbolismo de ser o último documento do mandato, de

encerrar o mandato, de encerrar uma legislatura onde esta maioria e este Governo se orgulham porque, de cara lavada, cumpriram o contrato que estabeleceram com os Açorianos e por isso mesmo estão aptos, renovados e inspirados para se atreverem, no melhor sentido, a apresentar outro e a voltar a merecer a confiança dos mesmos açorianos.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**(\*) Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda em relação à questão da convergência e da divergência. Sabe, Sr. Deputado António Marinho, eu não tenho nada a esconder, até porque sempre achei que quando alguma coisa não nos corre bem o melhor é dizer-mos antes que nos digam. Portanto, o senhor pode contar comigo para nós analisarmos os aspectos que tenham menor sucesso na actividade do Governo, porque eu sou o primeiro interessado.

Mas devo dizer-lhe que não é bem assim. Em boa verdade, se nós verificarmos a evolução do PIB per capita em paridade de poder de compra, nós podemos concordar que em 2003 e em 2004 os Açores baixaram em relação à média europeia, ou seja, divergiram. Mas é preciso voltar a activar a memória. É que os últimos dados indicam que nesse índice nós temos 63%, quando em 1996, numa Europa a 25, tínhamos 55%. Ou seja, no balanço da actividade governativa que tanto está a criticar, nós passamos de 55 para 63 do PIB per capita e em paridade de poder compra na União Europeia a 25. Neste período, nós convergimos.

Também gostava de lhe dizer o seguinte:

Nós sabemos como é possível ter uma política nos Açores que é menos fomentadora e menos promotora do bem-estar dos açorianos e da sua qualidade de vida nas 9 ilhas dos Açores e mais eficaz em termos estatísticos para o Produto Interno Bruto.

Nós sabemos fazer isso. Nós sabemos que se concentrarmos, até que fosse só o investimento público, ou o apoio ao investimento privado, exclusivamente em áreas

com maior ou menor capacidade, de economia de escala, de economia de aglomeração, ou em determinados tipos de investimentos em São Miguel, em Ponta Delgada, na Ilha Terceira e deixássemos o resto por sua conta, nós tínhamos melhores resultados no PIB, mas tínhamos piores resultados no bem-estar e na qualidade de vida dos açorianos.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

E essa é uma opção consciente da política do Governo.

Repito: enquanto for preciso lutar para criar condições de vida, condições de actividade económica regular, condições de bem-estar nas nossas ilhas dos Açores, enquanto for preciso ter um sobre esforço em ilhas como no Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria, pois devemo-nos concentrar aí e o PIB que espere. O PIB que espere! Eu não quero é que os açorianos esperem muito em alcançar o bem-estar e a qualidade de vida que eu ambiciono para a minha terra.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** De resto, como afirmou o Sr. Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, num debate ocorrido nos dias 19 e 20 em Bruxelas, “temos que ver bem como está a desenvolver-se a União Europeia. O PIB não é o único indicador de desenvolvimento. É importante a qualidade de vida, o bem-estar.”

**Deputado António Marinho (PSD):** O senhor não sabia? Só agora é que soube isso?

**O Orador:** Tanto sabia, Sr. Deputado, que desde o início que o disse. O PIB que espere! Que venha a qualidade de vida!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Finalmente, Sr. Deputado, quero dizer-lhe o seguinte:



É verdade que em alguns anos nós temos um crescimento menor do que o crescimento da União Europeia. Não há dúvidas sobre isso. Ninguém tem dúvidas sobre isso.

Agora repare bem como nos Açores se governa bem:

Quando o país cresce mais do que União Europeia, nós crescemos ainda mais do que o país!

Quando o país diverge da União Europeia, nós divergimos menos que o país!

Os Açores são melhores governados e têm sido melhor governados ao longo desta última década, do que tem sido o país e isso não pode deixar de ser mérito do Governo Regional dos Açores, eleito em 1996, e da responsabilidade do Partido Socialista.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**(\*) Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma referência muito rápida a três ou quatro questões, em função daquilo que acabou de dizer o Sr. Presidente do Governo.

Em primeiro lugar, fiquei admirado de só agora o Sr. Presidente do Governo ter chegado (já no final de 2007) à velha discussão de 30 anos. Quando eu dei os meus primeiros passos no curso de economia foi das primeiras coisas que comecei a falar foi numa eterna discussão, nessa altura já velha, que crescimento não é desenvolvimento. Já há 30 e tal anos que se fala nisso, Sr. Presidente. Não foi agora que foi dito pelo Sr. Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso.

É óbvio que crescimento não é desenvolvimento. O crescimento para ser desenvolvimento tem que ser acompanhado de um conjunto de outras evoluções ao nível de variáveis, como a saúde, o ambiente, a cultura, etc., etc.

Agora há uma coisa que o senhor não tem. É que nunca tem desenvolvimento se não tiver crescimento.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O desenvolvimento não é possível sem primeiro haver crescimento.

Portanto, aquilo que o senhor tem primeiro que fazer é assegurar que cresce e que cresce bem e não cresceu. O senhor acabou de admitir agora pela segunda vez (doulhe novamente os parabéns daqui, que já lhe dei da tribuna), ao contrário de toda a gente que o rodeia por aí que nunca assumiram isso. O senhor já é a segunda vez, por isso merece os parabéns, mas tem que se explicar em relação ao fracasso de alguma coisa, como disse dali.

Relativamente à evolução, quando agora falou que estava em 63 e tinha partido de 55, tem que vir tudo para trás, tem que apresentar a realidade toda e vai chegar à conclusão, se for a 74, e ver o que se passou nos primeiros 20 anos de Autonomia e nos outros seguintes, a aproximação ao país foi 50 vezes mais forte durante os primeiros anos do que nos 10 anos seguintes. É outro dado incontestável.

Portanto, que eu me lembro, os primeiros 20 anos da Autonomia são da responsabilidade de governos do PSD.

Relativamente à questão que nos interessa e que foi a questão que foi relevada no discurso que há pouco ali proferiu, nós estamos a falar de 2000 a 2006, por um motivo muito simples, não é que nos agrada mais, mas é que de 2000 a 2006 foram investidos 100 mil contos dia. Foi investida uma maquia brutal e os Açores no final desses 6 anos, ou pelo menos no final dos primeiros 4 estão abaixo do que estavam no início. Isso é algo que é incontestável.

Última questão: “cresce mais que o país”. É, digamos, o pontozinho onde os senhores se agarram para as coisas não serem tão negativas.

Sr. Presidente, tenha a humildade de ver o que é que é a média do país. A média do país é a média de 7 regiões em que há duas regiões que influenciam negativamente a média do país de uma forma brutal.

Portanto, todas as outras, em termos relativos, melhoram. É só isso.

**Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Isso também é novidade agora. Antes não era assim!

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos mais uma vez a discutir o Plano e Orçamento da nossa Região. E estamos a fazê-lo no local certo, no momento certo, no momento em que foi planeado para ser discutido nesta casa.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E é pelo planeamento atempado e rigoroso que deve passar o desenvolvimento de uma região, com vista a torna-la numa região de oportunidades para todos os cidadãos.

E fazer uma região de oportunidades implica colocar o cidadão como catalisador de um modelo de sociedade mais justa, mais equitativa e mais solidária.

Queremos um cidadão informado, instruído, culto e com sólida formação para combater um modelo social, quiçá obsoleto, pouco eficaz e muitas vezes injusto.

Queremos um cidadão cada vez mais independente e responsável, dono do seu destino e sem dependência excessiva do governo e do Estado, tendo sobretudo a consciência que só tem a ganhar com um Estado com funções bem claras e eficaz nas suas principais responsabilidades, onde se inclui concretamente a coesão social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os cidadãos sentem que uma crise está abalando as instituições e por isso os partidos políticos têm que responder, recriando a esperança e a confiança.

Os cidadãos têm o direito de exigir uma política que esteja ao serviço da população.

Os cidadãos têm o direito de exigir que o Governo, legitimado pela maioria, realize aquilo que prometeu e tudo o que prometeu. E que o façam no lugar e no tempo a que se comprometeram.

Mas ser oposição, na nossa perspectiva, não é estar sempre no contra. Ser oposição não é exigir respostas e depois condenar toda e qualquer solução. Ser oposição não é, para o CDS-PP, exigir que se projectem e se realizem as obras reclamadas pela população e depois condenar os investimentos em betão.

Ser oposição é ter paciência para debater, para insistir; é ter coragem para lutar.

Se é certo que o Governo não é portador de toda a verdade, também a oposição não pode encharcar-se na convicção de que tem toda a razão. E nenhuma oposição, nem alguma que seja numericamente maioritária, pode aspirar a ser única.

O povo espera menos espectáculo no palco da política e mais eficácia. E nós temos de perceber a mensagem que esse povo nos transmite, seja por acção, ou por ausência dos actos eleitorais.

Para o CDS/PP, ser e exercer a política, é ter a humildade de para aqui vir, com convicções, certamente, com muito trabalho preparado, mas com muita abertura para discutir, sem ideias ou posições fixas, dispostos para debater primeiro e decidir depois.

O CDS-PP tem sido uma oposição objectiva, firme, por vezes, sempre que necessário, dura.

Ser oposição séria é também construir alternativas às soluções que são consideradas más. E ser, como o CDS-PP tem procurado ser, oposição construtiva, é apresentar propostas que contribuam para que se realize a vontade popular expressa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considerámos que era importante, logo nesta intervenção inicial, definir o espírito com que viemos para este debate sobre o Plano e Orçamento para 2008.

E viemos depois de ter aceite o desafio que o Governo Regional lançou e de termos preparado um conjunto de iniciativas, que fomos apresentar ao Governo Regional, na sua qualidade de autor das propostas de Plano e Orçamento que hoje começamos a discutir, tanto mais que tinham implicações financeiras importantes.

É justo reconhecer a postura de abertura ao diálogo e à ponderação, que encontramos da parte do Governo Regional, não obstante se tratar de um Governo suportado por uma maioria absoluta.

Já foram entregues na Assembleia as iniciativas do CDS-PP, a que agora aludimos, porque as consideramos relevantes na concretização política e na execução orçamental do ano que vem e por isso indissociáveis da discussão das propostas de Plano e Orçamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS-PP considera que promover a coesão social implica, necessariamente, dar mais a quem mais precisa. E quem mais precisa são os idosos, com baixas pensões, sobretudo quando estão doentes e necessitam de medicamentos, para terem mais saúde e conseqüentemente mais qualidade de vida. A vocação do CDS-PP para defender a resolução de carências de natureza social já ficara marcada, em tempo de discussão de Plano e Orçamento, quando há um ano propusemos e foram aprovadas iniciativas que levaram a um aumento significativo das participações diárias aos doentes e seus acompanhantes, deslocados por motivo de doença e a um aumento, importante, do complemento regional das pensões.

Os idosos têm necessidade de utilizar uma quantidade considerável de medicamentos, com um custo crescente e constata-se que, apesar do esforço desenvolvido para actualização do valor das pensões, algumas ainda são baixíssimas, pelo que, na maior parte dos casos, são as pessoas de mais fracos rendimentos que estão em maior risco de consumo de medicamentos.

Sabe-se de situações dramáticas que levaram algumas farmácias a abrir contas a crédito para alguns dos seus clientes pensionistas e que há outros que pontualmente tiveram de recorrer a empréstimos bancários para fazer face às despesas da farmácia.

Para minorar este sofrimento, o CDS-PP propõe a criação de um regime de apoio aos pensionistas com idade igual ou superior a 65 anos, com pensões baixas, especificamente dirigido à compra de medicamentos, denominado “Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos”.

O nosso projecto visa que corresponda a 50% da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores (actualmente mais de 200 euros), sendo por isso actualizável anualmente de acordo com a actualização daquela.

Trata-se de uma medida de grande alcance social, que promove o bem-estar e contribui para a qualidade de vida dos que mais necessitam.

Na área dos transportes e acessibilidades, o CDS-PP, na linha do que já há muito tempo defende, propõe que se resolva recomendar ao Governo Regional que, tendo em conta as especificidades dos Açores, nomeadamente as de natureza social, económica, geográfica, demográfica e cultural, promova as disposições de sua competência que tenham em vista a instituição de tarifas promocionais, nas ligações

aéreas inter-ilhas, para residentes na Região, no período compreendido entre 1 de Setembro e 31 de Maio.

O projecto surge num momento em que, apesar das medidas relativamente às chamadas ilhas de coesão, as tarifas ainda são muito elevadas, sobretudo nas deslocações entre as ilhas que mais distam entre si, como entre aquelas que têm mais população e maior nível de desenvolvimento, geradoras de maior volume de tráfego e quando o turismo interno apresenta valores que estão longe de satisfazer o desenvolvimento deste sector de mercado nos Açores.

Este é um projecto com importantes reflexos, não só de natureza social, como também de desenvolvimento económico. Importa não esquecer que o conhecimento de todas as ilhas, por parte dos que aqui residem, é um factor importante para o fortalecimento da coesão e unidade da Região.

Mas fomos mais longe e na habitação propusemos alterações ao actual regime de apoios financeiros no combate à infestação por térmitas.

A infestação por térmitas é considerada, pelos especialistas técnicos na matéria, como “um sismo silencioso”.

Com a presente alteração pretende-se abranger um mais vasto leque de casos de infestação por térmitas, nomeadamente de prédios pertencentes a famílias da classe média, especialmente as mais numerosas, as quais até agora praticamente estavam impossibilitadas de aceder aos apoios e sem todavia deixar de contemplar as famílias mais desfavorecidas.

Esta alteração visa aplicar uma fórmula mais favorável e abrangente e simultaneamente mais justa e eficaz. Permitam-me que cite apenas dois exemplos: Uma família de quatro pessoas, com um rendimento mensal de 1492 euros, com base no regime ainda em vigor, nada receberia a fundo perdido e só teria direito a 80% de bonificação de juros. Com o regime proposto pelo CDS-PP passaria a ter 100% a fundo perdido. Uma família de duas pessoas, com um rendimento mensal de 1229 € a nada teria direito a fundo perdido e só teria 60% de bonificação de juros e com o novo regime passará a ter 75% de apoio a fundo perdido e 50% de bonificação de juros.

Finalmente ainda uma proposta mais, esta de alteração à própria proposta de Plano.

O Centro de Oncologia dos Açores está há anos, demasiados anos, a funcionar em instalações precárias, propriedade da Liga Portuguesa contra o Cancro.

O Centro de Oncologia dos Açores tem desenvolvido uma actividade notável na prevenção e tratamento da doença oncológica, apresentando nos últimos tempos rácios de produtividade elevados e com excelente relação custo benefício.

O Centro de Oncologia dos Açores começou em Junho deste ano a fazer o registo oncológico regional, instrumento de fundamental importância na luta contra o cancro e tem prontos a serem implementados rastreios do cancro da mama e cólon.

Acima de tudo é bom ter em conta que os doentes têm boa impressão do trabalho prestado no Centro de Oncologia.

São instituições como esta que também merecem da nossa parte o devido reconhecimento pelo serviço prestado à comunidade e precisam ser ajudadas, nomeadamente ao nível das suas instalações que são manifestamente desadequadas e insuficientes para o serviço que presta.

Considerando isto, o CDS-PP entende que o centro de oncologia precisa de outras instalações, mais modernas e mais adequadas à sua missão, que é combater o flagelo do cancro.

Propomos uma alteração ao Plano, afectando uma verba de cem mil euros para requalificação e reinstalação do Centro de Oncologia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que nos move, não é querer ser Presidente do Governo, não é apenas um projecto partidário e muito menos de mera ambição pessoal.

O que nos move, o que nos move e motiva a estar na política, é estar ao serviço dos açorianos, propondo e fazendo coisas úteis para as pessoas.

Move-nos um espírito de oposição alternativa e alternativa de oposição.

E voltamos a afirmá-lo: uma oposição que sabe ser crítica mas também construtiva.

Ao longo deste debate e sempre, esperem de nós crítica quando for necessário e apoio quando for preciso, a bem do Povo dos Açores.

Não contem com facilitismo; contem com exigência.

Não queremos mais; não o fazemos por menos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo inscrições para esclarecimentos, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

*Eram 17 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 30 minutos.*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

**Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No ano passado comemorou-se, o trigésimo aniversário da Constituição da República, celebrando-se também um dos princípios estruturantes da nossa Lei Fundamental: a consagração da autonomia local e a opção por um poder autárquico democraticamente legitimado.

Rompendo com décadas de centralismo, quiseram os constituintes de 1976 firmar um compromisso fundador daquilo que de mais democrático existe: o poder deve estar onde está o povo. Porque só existe para servir a comunidade, o poder deve ter uma relação o mais próxima possível com os seus destinatários. Só um poder de proximidade será capaz de conhecer as aspirações e os anseios dos cidadãos. O poder local é, por isso, uma das mais genuínas concretizações da ideia de democracia.

Ao fim destes trinta e um anos, é positivo o balanço que todos fazemos do poder local.

Quando comparamos os Açores que existiam há trinta e um anos, e os Açores que hoje somos neste início de século, o saldo é claramente favorável.

Os mais jovens porventura não se aperceberão, mas os Açores mudaram muito nas últimas décadas. O percurso democrático que nos orgulhamos de ter feito nestes trinta e um anos deu-nos mais liberdade, mais desenvolvimento, melhores condições de vida, mais justiça social.



Para isso muito contribuiu o esforço desenvolvido pelo poder local. A circunstância de os titulares dos órgãos autárquicos serem eleitos pelas respectivas populações foi, indubitavelmente, a chave do sucesso desta experiência política e administrativa. O êxito do poder local assentou na relação democrática de proximidade criada entre os autarcas e as populações.

Hoje, pode dizer-se que, de um modo geral, a Região dispõe das infra-estruturas físicas e dos equipamentos indispensáveis ao seu desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das suas populações, domínio em que as autarquias desenvolveram um papel de grande relevo.

É tempo, por isso, de entrar numa nova fase na história da democracia autárquica. Uma fase de maturidade plena do poder local. Nesta nova etapa, não são menores os desafios e as responsabilidades que se colocam aos titulares dos órgãos das autarquias. O tempo que agora se inicia será feito de obras menos visíveis, de realizações porventura menos espectaculares, mas nem por isso menos importantes para o bem-estar das populações.

Nos nossos dias, os autarcas têm que prestar atenção acrescida, por um lado, à capacidade produtiva e à competitividade dos concelhos e das freguesias que dirigem e, por outro, ao seu desenvolvimento social.

No que se refere à capacidade produtiva, exige-se que orientem uma parcela maior do seu esforço para a captação e fomento de investimentos e iniciativas empresariais. Mais investimento, criação de empresas e produções de maior valor acrescentado significam mais riqueza para a autarquia, mais oportunidades de emprego para os seus habitantes, mais desenvolvimento económico e social.

Se não existir, por parte dos autarcas, empenhamento na atracção dos investidores e na fixação de empresas competitivas, os recursos humanos mais qualificados emigram, os produtos locais não serão devidamente aproveitados e os capitais serão encaminhados para outros lugares dentro do território regional, nacional ou, mesmo, para o estrangeiro.

No quadro deste desafio que hoje se coloca aos autarcas, importa sublinhar que o ordenamento do território é, cada vez mais, um relevante factor de competitividade. É verdade que temos muitos planos e nem sempre o melhor planeamento. Como é

igualmente verdade que a complexidade do nosso sistema de ordenamento do território nos faz, por vezes, perder competitividade.

Mas a alternativa não pode passar por ignorar a importância da qualidade ambiental. Temos de ser capazes de simplificar o nosso sistema de ordenamento do território, sem que isso se traduza numa diminuição da qualidade de vida das populações e sem que a sustentabilidade do desenvolvimento seja posta em causa.

Em suma, a batalha pelo desenvolvimento económico da nossa região e pela competitividade das nossas empresas é uma tarefa de que o poder local não pode alhear-se. Em cada freguesia, em cada município, no espírito de todos os autarcas açorianos tem de estar presente, cada vez mais, a preocupação por um crescimento equilibrado e duradouro.

Mas para que o progresso seja global e bem sucedido, é imperioso travar uma outra batalha a do desenvolvimento social.

Considero que os autarcas têm especial vocação e capacidade para responder aos desafios do desenvolvimento social. O princípio da subsidiariedade assim nos esclarece: a proximidade, o conhecimento e a agilidade para encontrar soluções neste domínio são vantagens que nos asseguram mais e melhores respostas aos problemas sociais, presentes e futuros.

Problemas de pobreza e de exclusão social, de toxicodependência e de alcoolismo, de solidão dos idosos, de deficiência ou de falta de cuidados de saúde, de abandono escolar e de desqualificação de activos são, todos eles, problemas que não se podem prevenir e combater devidamente sem o envolvimento activo das comunidades e das suas autarquias.

Tenho a certeza de que os nossos autarcas não querem ficar alheados ou remetidos a um papel secundário quando se trata de apoiar os mais desfavorecidos e vulneráveis de entre as populações que representam.

A experiência revela-nos como, entre o poder regional e o poder local, tem sido possível cooperar no sentido de dotar as comunidades dos equipamentos sociais necessários. Quer no domínio da protecção e inclusão social, quer no domínio da educação básica, quer mesmo na rede de oferta de cuidados primários de saúde, o esforço concretizado assegura-nos que é possível e desejável ir mais longe e atribuir

maiores responsabilidades às autarquias, assegurando-lhes os correspondentes meios financeiros.

E também não vislumbro quem melhor do que as autarquias pode, a nível local, mobilizar os cidadãos, valorizar o voluntariado e a ideia da responsabilidade social das organizações da sociedade civil, criar ambientes propícios à cooperação entre agentes locais, coordenar esforços e competências, por forma a que os objectivos sociais que todos ambicionamos possam ser eficazmente realizados.

A fase da construção das infra-estruturas vai estando a pouco e pouco concluída, razão mais do que suficiente para pensarmos numa nova geração de políticas locais dirigidas para outros tipos de necessidades, para a inclusão social, para a qualificação e o bem-estar das populações. A experiência que se tem vindo a desenvolver em torno das redes sociais e dos Conselhos Locais de Acção Social reforçam a esperança de que algo de novo se está a construir.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à cooperação entre a Administração Regional e o Poder Local na Região, esta prossegue em bom ritmo, verificando-se inclusive ao nível da formação um incremento de acções, visando a actualização dos programas e meios ao serviço das populações.

O Poder Local Democrático, tem assim uma oportunidade para afirmar o dinamismo e o sentido de serviço à causa pública que caracteriza o poder local, mas, mais do que isso, é uma oportunidade para encontrar o rumo adequado para vencer os desafios do futuro.

Esta é, também, a altura de reafirmar a vontade de trabalharmos todos por uns Açores melhores. Melhores no seu conjunto, mas melhores, igualmente, em cada uma das suas parcelas. Em cada freguesia, em cada município, os Açores tem de ser uma Região melhor. Estou certo de que os Açorianos podem contar com o contributo, o empenhamento, a visão e o trabalho dos seus autarcas.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo pedidos de esclarecimento sobre esta intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente.

**Secretário Regional Adjunto do Vice-Presidente** (*Carlos Corvelo*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os apoio financeiros concedidos à Região, pela União Europeia, no âmbito da Política Regional e de Coesão, são instrumentos essenciais para garantir os elevados níveis de investimento que, nos últimos anos, os governos do Partido Socialista têm assegurado e que contribuem de forma determinante para melhorar e garantir, no médio prazo, a sustentabilidade do processo de desenvolvimento regional.

É nesse sentido que, no quadro da discussão do Orçamento e Plano para 2008, que hoje aqui iniciamos, não podemos deixar de proceder, por um lado, a uma abordagem do contributo que os Fundos Comunitários deram para a concretização do processo de desenvolvimento conseguido no último decénio e, por outro, à forma como a sua rigorosa gestão e efectiva articulação com a estratégia definida nos instrumentos de planeamento, permitiu que se atingissem os objectivos e se concretizassem as metas neles definidas.

Contudo, o ano de 2008, último ano do terceiro mandato consecutivo da governação socialista da Região, evidenciará, em termos de Fundos Comunitários, um conjunto de questões susceptíveis de constituírem importantes desafios que contamos ultrapassar com a mesma determinação até hoje evidenciada e com a certeza de que os Açores continuarão a mudar para melhor.

Esses desafios decorrem do facto de no ano de 2008, se procede, por um lado, ao encerramento formal do III QCA e da globalidade dos programas que lhe estão associados, assim como, ser o ano em que nos defrontaremos com a efectiva operacionalização dos programas que integram o período de programação 2007/2013.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quanto ao primeiro aspecto, o encerramento do QCA III, pensamos que se impõe fazer, ainda que de forma sintética, um balanço do contributo que todos os programas deram para a prossecução da estratégia definida nas Grandes Orientações de Médio

Prazo, assim como informar dos níveis de execução atingidos e que nos permitem afirmar que a Região não só não perdeu um único euro, como conseguiu reforços significativos face ao que inicialmente foi previsto, como é o caso do PRODESA, do Fundo de Coesão e de alguns Programas Operacionais Nacionais em que participámos.

No que respeita ao PRODESA, que integra os quatro fundos estruturais então existentes e obteve um financiamento da ordem dos 911,5 Milhões de Euros, regista uma taxa de aprovações superior aos 100% e uma taxa de execução exemplar e mesmo a melhor a nível nacional (91%) podendo dizer-se que foi o programa que constituiu a coluna dorsal dos apoios comunitários para a prossecução da estratégia definida pelo governo.

Se, por um lado, o FEDER (68,7% do total de fundos deste programa) com um leque variado de beneficiários e de intervenções sectoriais permitiu uma resposta eficaz às necessidades ainda existentes em termos de infra-estruturas e equipamentos económicos e sociais, de animação do tecido produtivo empresarial e do desenvolvimento científico e tecnológico, o FSE (15% do total) contribuiu de forma determinante para qualificação dos recursos humanos e para a estabilidade do mercado de trabalho na Região. Por outro lado, os outros dois fundos, o FEOGA - Agricultura e o IFOP - Pescas, respectivamente com 15,2 e 3,2 por cento do total, contribuíram para potenciar, diversificar e modernizar os sectores que ainda constituem os pilares da base económica regional.

Contudo, o co-financiamento comunitário do investimento público e privado regionais não se limita àquele programa, integrando outros instrumentos que foi possível articular estrategicamente no quadro da política de desenvolvimento prosseguida pelo Governo Regional e cujo encerramento também se fará no próximo ano.

Assim, essa articulação e complementaridade estratégica evidenciou-se na diversificação da base económica e na potenciação do sector turístico, com o PRIME que permitiu investimentos privados superiores a 400 M€ e com o Fundo de Coesão (91 M€) que financiou na área do ambiente os aterros sanitários de S. Miguel, Terceira e Pico e, na área dos transportes, a reabilitação dos portos de S. Roque no

Pico e da Praia da Vitória, a modernização da aerogare civil das Lajes e a construção do terminal marítimo de Ponta Delgada.

Além destes, o PRAI-Açores (2M€) contribuiu para a difusão de tecnologias de informação, aproveitamento de energias renováveis e dinamização de actividades culturais; o POSC, Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (18M€) permitiu financiar projectos de elevada valia estratégica inseridos no programa Açores Digital e que abrangeu sectores fundamentais como sejam o da educação, saúde e protecção civil; finalmente, e ainda no quadro das iniciativas financiadas pelo FEDER, realçamos o INTERREG III B (Açores-Madeira-Canárias) que com uma dotação de 34,6 M€ permitiu fomentar a cooperação inter-regional e transnacional dos 3 arquipélagos, pondo fim a um longo período em que viveram de costas voltadas apesar de constituírem a fronteira mais ocidental da Europa e potenciarem a sua dimensão atlântica.

Esta iniciativa comunitária que financiou 158 projectos com parceiros açorianos, todos eles de natureza imaterial abrangeu um vasto leque de beneficiários que desenvolveram projectos de investigação, investigação aplicada e desenvolvimento nas áreas da oceanografia e pescas, climatologia, vulcanologia, cartografia digital, telemedicina e economia social, entre outras.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O quadro comunitário que será encerrado no exercício de 2008 inseriu-se plenamente na estratégia definida pelo Governo Regional, contribuiu para garantir a sustentabilidade e modernização de muitos sectores, potenciou a iniciativa privada, fomentou a melhoria das condições de vida e sociais da nossa população mas nunca foi, para nunca ser, um quadro do betão pelo betão.

E assim será no próximo período de programação, no próximo quadro de apoios comunitários para 2007/2013.

Hoje, com os programas monofundos já aprovados (PROCONVERGENCIA, PRO-EMPREGO, Fundo de Coesão e PRORURAL), com o sistema da sua governação instituído, com a regulamentação aprovada, com os beneficiários e critérios de

selecção identificados e com uma autonomia de gestão consolidada, podemos garantir que vamos continuar a ser um exemplo para a Europa em termos do cumprimento dos objectivos da Política de Coesão e da estratégia de Lisboa e de Gotemburgo garantindo nos próximos anos, à semelhança do que já vem acontecendo, bons níveis de crescimento económico, de competitividade, de sustentabilidade e de coesão social.

O PROCONVERGENCIA, beneficiando de 966,3 M€ FEDER, afecta 36% deste montante ao financiamento do investimento privado, à dinamização e criação de riqueza e emprego nos Açores, assim como à dinamização da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico, 24% será utilizado para a qualificação e integração da sociedade açoriana nos domínios da educação, cultura, saúde e inclusão e protecção sociais, 18% na qualificação das redes de infra-estruturas de mobilidade, 15% na valorização e qualificação do sistema ambiental e dos recursos hídricos e 7% na compensação dos sobrecustos da ultraperiferidade.

O PRO-EMPREGO com 190 M€ FSE, quase o dobro do último quadro assume como finalidades estratégicas o incremento do empreendedorismo, a garantia da empregabilidade, a melhoria da competitividade regional e a inclusão social. É um programa fundamentalmente voltado para as pessoas.

O Fundo de Coesão com 70 M€ intervirá em três domínios fundamentais associados à eficiência e segurança do transporte marítimo, ao aumento dos níveis de protecção ambiental e ao aproveitamento de recursos renováveis para produção de energia.

O PRORURAL com uma disponibilidade de 274,5 M€ intervirá na promoção da competitividade dos sectores agrícola e florestal, na melhoria do ambiente e da paisagem, assim como da qualidade de vida nas zonas rurais e na diversificação da economia rural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com este reforço significativo das verbas comunitárias, com uma recentragem do investimento na valorização do potencial humano, da competitividade e da inovação, com o cumprimento do último ciclo na satisfação das necessidades em infra-estruturas e equipamentos sociais e com o rigor e a competência que evidenciamos na governação regional desde há 10 anos, vamos:

- Convergir com a média europeia
- Manter dos mais baixos níveis de desemprego no país e na Europa
- Ser mais competitivos, e
- Dispor de melhores condições de atractividade a nível regional.

Creiam que, tal como no passado recente não deixaremos cair nenhuma oportunidade de mudar os Açores para melhor e de querer sempre, Mais Açores.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo inscrições para esclarecimentos, passamos para a próxima intervenção.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da R.A.A, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É cada vez com mais orgulho e regozijo que vimos, a cada ano que passa, falar-vos da Cultura nos Açores.

E cada vez com mais orgulho, porque estamos conscientes de que a estratégia é a correcta: infra-estruturar e formar, para que a integração e a transversalidade da nossa cultura popular com a fruição contemporânea seja, cada vez mais, uma realidade consolidada na nossa região.

A cultura de qualquer comunidade é um processo em permanente construção e evolução. De forma a responder a esta dinâmica, é necessária uma estratégia de acção que permita a permanente articulação da cultura que nos marca, nos distingue e identifica, nas suas particularidades e especificidades, com a contemporaneidade global que conduz a fruição e posturas culturais próprias de uma sociedade que vive a actualidade.

Da integração entre as vivências tradicionais e características de uma comunidade particular e única, como é a Açoriana, e as novas vivências da modernidade, através de uma participação activa que permite formar e informar da diversidade e



pluralidade cultural deste início de século, resultará uma cultura identitária cada vez mais forte, que vivendo na ultraperiferia da Europa não o faz de forma marginal, mas sim assumindo uma centralidade periférica, consciente e orgulhosa das suas mais genuínas marcas culturais.

Nas Orientações a Médio Prazo (OMP), definiram-se objectivos e gizaram-se estratégias, para uma actuação consentânea com essa ambição, que contemplavam os vários planos de produção e de recepção das actividades culturais.

Convictos de que os agentes culturais locais têm um papel preponderante na preservação da identidade cultural e na difusão de novos mecanismos de sociabilidade cultural, o governo do Partido Socialista propôs-se, nas Orientações a Médio Prazo, reforçar significativamente os apoios às actividades culturais.

Cientes de que a competência e obrigação do poder público em manter o seu património, defendendo-o e valorizando-o não se limita aos aspectos de salvaguarda, preservação e recuperação, o governo socialista comprometeu-se a revitalizar, dinamizar e animar os equipamentos culturais de forma a proporcionar a fruição artística, facilitar a pesquisa e o estudo, e, a melhorar a qualidade de vida das populações.

Assim, sendo este o último plano e orçamento desta legislatura a ser apresentado, não será despiciendo fazermos uma análise ao que foi o compromisso e o que de facto foi implementado, nas políticas sectoriais da Cultura.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da R.A.A, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Comecemos então pela constatação de que os orçamentos sucessivamente apresentados desde 2005 foram, sempre, superiores ao inicialmente proposto nas OMP, em média, em mais de um milhão e meio de euros. Comparando os planos entre si, confirma-se que de ano para ano os aumentos foram, em média de 9%. Esta postura de investimento crescente e permanente na Cultura possibilitou que hoje possamos afirmar sem hesitações que os objectivos e compromissos assumidos pelo Partido Socialista estão a ser cumpridos na íntegra.

Analisemos a vertente Dinamização das Actividades Culturais do plano. Neste projecto o aumento foi superior a 30% em relação aos anos anteriores, registando-se

uma consolidação efectiva do apoio e do impulso dado aos agentes culturais. Nesta acção e, em relação aos montantes de 2007, verifica-se um crescimento de quase 50%, possibilitando assim que o quadro legislativo referente aos apoios às actividades culturais, que foi alterado recentemente por esta Assembleia, seja uma realidade e que os objectivos definidos em 2004 sejam atingidos.

Na vertente da Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural, importa destacar o contínuo esforço na requalificação, dinamização e animação dos nossos equipamentos culturais. Podemos elencar obra, que não mera obra física, desde o Corvo até Santa Maria, onde a tónica é uma abordagem cultural transversal, senão vejamos o Centro de Interpretação Ambiental do Corvo, um exemplo de intervenção cultural que resultou do esforço conjunto entre a Secretaria Regional do Ambiente e a Direcção Regional da Cultura, potenciando sinergias que resultam em melhor qualidade de vida para as populações.

Outro exemplo, é o da antiga fábrica da Baleia do Boqueirão, nas Flores, em que a sua musealização possibilitará a devolução de tão importante património industrial, requalificado e dinamizado aos florentinos como mais um pólo promotor e difusor de cultura.

Com os governos da responsabilidade do Partido Socialista, os museus e as bibliotecas deixaram de ser meros baús bafientos e empoeirados que escondiam cultura e passaram a locais de partilha, abertos à comunidade, interactivos com as populações, numa relação de enriquecimento mútuo em que ganham todos os que participam. Prova disto são as acções desencadeadas em todas as nossas ilhas, os números de visitas registadas, o número de participantes nas acções inventivas e criativas promovidas pelos museus e bibliotecas e arquivos regionais dos Açores. Esta concepção mais actual do que devem ser estes espaços, reflecte-se igualmente nas novas infra-estruturas das Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais da Horta e de Angra do Heroísmo, bem como na implementação de serviços educativos dinâmicos nas três Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais dos Açores.

A criação de um Centro de Arte Contemporânea numa antiga unidade industrial, constitui mais um momento de transversalidade e integração entre épocas e linguagens culturais, permitindo que o património imóvel e industrial seja

requalificado e valorizado de acordo com padrões actuais que servirá para, entre outras coisas, podermos mostrar o já significativo acervo de arte contemporânea, de artistas açorianos que a Região possui. O local escolhido, a Ribeira Grande, é um sinal claro de descentralização dos motores culturais dos grandes centros urbanos.

Não se pode terminar sem realçar o esforço e a permanente preocupação que os governos da responsabilidade do Partido Socialista têm tido em disponibilizar progressivamente, através do Centro de Conhecimento dos Açores, com recurso às novas tecnologias da informação, o património arquivístico de que a Região é detentora, quer seja fotográfico, fonográfico e processual, possibilitando desta forma que a dispersão geográfica seja minimizada, aproximando não só as ilhas entre si mas todos os açorianos ou os que pelos Açores tenham interesse.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da R.A.A, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Poderíamos continuar a elencar obras ou acções culturais que percorrem e decorrem diariamente por todas as nossas nove ilhas, mas diremos apenas que o orgulho e regozijo que aqui trazemos vêm, igualmente, acompanhados da humildade necessária para reconhecer que o mais importante é a consciência de que para sermos sempre mais Açores, muito há ainda para fazer, num percurso persistente e estratégico de inclusão cultural de todos os Açorianos.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não inscrições para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Gonçalves para uma intervenção.

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aqui estamos mais uma vez reunidos para apreciar as propostas de investimento público, para o ano de 2008, apresentadas pelo Governo da Região.

A maioria absoluta que neste Parlamento sustenta o Governo Regional tem vindo, e irá certamente, de novo, dar carta branca aos governantes nos seus intentos, porque este será mais um *ano das muitas obras*, o maior de todos os anos, o ano *dos muitos milhões*, o ano do record das promessas cumpridas em programa eleitoral. **Será ele também o 12º ano de governo do Partido Socialista.**

**Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Mas não posso deixar de, enquanto deputado eleito pela ilha das Flores, transmitir a esta Câmara o sentir das populações que me elegeram perante o anúncio dos investimentos feitos pelo Governo Regional, e os resultados da aplicação dos milhões de euros, levada a cabo por este governo, há já onze anos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, quero afirmar que esta **Proposta de Plano de Investimento para 2008 não é credível.**

Não basta estar inscrito, em letra de papel, 25 milhões 238 mil e 721 euros para a ilha das Flores, para que esses passem a serem dados como aplicados no desenvolvimento daquela ilha.

Porque havemos de acreditar na execução de Proposta de Plano de 25,2 milhões de euros, só para um ano – *embora seja este um ano de eleições* – quando este mesmo Governo Regional socialista, em 2004 e 2005 executou, em dois anos, uma verba de 17,5 milhões de euros?

Porque se há-de acreditar na execução das verbas propostas para 2008, para a ilha das Flores, quando em 2005 e 2006 o Governo Regional socialista executou somente 59% das verbas aprovadas por esta Assembleia?

Este governo não é credível nas propostas que apresenta.

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O governo que anuncia, para 2008, 5,7 milhões de euros para a Promoção do Investimento e da Coesão nas Flores é o mesmo que, em 2005 e 2006, só executou a soma ridícula de 288 mil euros, quando esta Assembleia aprovou uma verba de quase sete milhões.

A caminho dos 12 anos de gestão socialista, os florentinos **deveriam estar a sentir nas suas vidas os resultados** desta governação.

Infelizmente, não sentem, porque este Plano que estamos aqui a analisar é ele sim o **resultado da acumulação de promessas repetidas** e não cumpridas durante muitos anos.

Agora já deveriam estar concluídos os investimentos que teriam criado melhores condições de vida, que permitiriam fixar população nas Flores.

Mas, não foi assim.

**Os resultados do investimento público levado a cabo, há onze anos, pelo Governo do Partido Socialista, não têm vindo ao encontro das necessidades e ao bem-estar das populações da ilha das Flores.**

Nós queremos uma Autonomia de resultados.

As instituições de governação são um meio e não um fim em si mesmas. Servem para proporcionar uma melhor vida aos cidadãos. Não foram criadas para alguns se perpetuarem no poder.

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**O Orador: A ilha das Flores está necessitada de desenvolvimento sustentado, de crescimento económico, para fixar a sua população e garantir emprego aos jovens florentinos que terminam os seus estudos e formação.**

Mas o discurso da fartura deste governo não gera mais emprego e desenvolvimento. Enquanto que propagandeiam milhões para os sistemas de incentivos, a realidade desmente o discurso do Governo: entre 2000 e 2006 só foram criados nas Flores 22 novos postos de trabalho.

Os milhões gastos por este governo geraram apenas três novos postos de trabalho **por ano** nos últimos sete anos nas Flores. Este é o resultado da governação do PS.

Em matéria de cuidados de Saúde, os cidadãos da Ilha das Flores estão ao abandono.

A tele-medicina chegou a ser apresentada como a cura para todas as doenças dos florentinos. Infelizmente, a tele-medicina funcionou somente como experiência.

As consultas de especialidade deixaram drasticamente de ser realizadas no Centro de Saúde das Flores, na sua grande maioria. As listas de espera para algumas destas consultas chegam aos dois anos.

O Governo Regional inaugurou, com pompa e circunstância, uma Unidade de Saúde móvel, para prestar serviços de Saúde, na Ilha das Flores. ***Nunca funcionou***

*regularmente, nunca lhe foi estabelecido um plano de acção que justificasse tão importante investimento.*

*Está estacionada há meses.*

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Não é verdade!

**O Orador:** Em Março de 2006, o Governo Regional, garantia que estava prevista “a aquisição e montagem de um aparelho de Raio X digital para o Centro de Saúde das Flores até ao final do ano de 2006”. Hoje, passado quase um ano, os florentinos continuam a esperar pela instalação do aparelho de Raio X digital. Sem equipamentos, ou com alguns já obsoletos, os médicos especialistas queixam-se das dificuldades de trabalho naquele Centro de Saúde.

Os **transportes públicos aéreos e marítimos** não servem os florentinos nem o desenvolvimento económico da ilha das Flores.

*Há 11 anos que se reivindica uma saída e uma chegada também aos domingos para as Flores. A certificação da iluminação do aeródromo das Flores, tão reivindicada por ser importante no grau de operacionalidade do mesmo, depois de tão falada acaba por se perceber que está obsoleta e que só poderá ser aprovada se for refeita com novo e actualizado equipamento. Falta de atenção. Abandono!*

A ilha das Flores, (aquela que fica no extremo ocidental da Europa e que juntamente com o Corvo faz aumentar a nossa Zona Económica Exclusiva e toda a nossa plataforma territorial), pela sua beleza natural, podia ser uma mais valia no contexto turístico regional. Mas o governo negligencia a preservação do património ambiental: as lagoas estão a eutrofizar-se, os trilhos classificados por conservar e o processo de classificação da Rocha dos Bordões dura há anos, sem estar concluído. A verba que neste plano está destinada à sua promoção turística revela a importância que este Governo lhe atribuiu.

Na agricultura, os lavradores florentinos continuam a enviar o seu gado vivo para exportação, via São Miguel, para ser abatido no Matadouro da Ilha do Pico. **O serviço público de transporte de mercadorias nunca conseguiu inverter o circuito Flores/S. Miguel/Pico e os “animais das Flores” que vão para o Pico tem de dar a volta ao arquipélago.**

*Tudo isto se passa na produção de carne IGP, em que a ilha das Flores ocupa a segunda posição a nível regional.*

*Uma ilha chamada de coesão deveria merecer um apoio diferente, até mesmo que esse transporte fosse suportado pelo Governo, rentabilizando assim um pouco mais um produto que é importantíssimo na economia débil de uma ilha economicamente reconhecida como de fraco dinamismo.*

Em cada dia que passa, a **agricultura** vai deixando de ser uma alternativa de vida para os florentinos.

Na era da modernidade, o acesso à Internet na Ilha das Flores é ineficaz. Isso já foi muito falado e é consensual.

Nas Flores, em muitos dias, a Net navega a uma velocidade **sete vezes inferior à contratada**. Pagamos por um serviço 7 vezes mais daquilo que ele merece.

É essa a velocidade com que, tal como no tempo e no progresso, se avança nas Flores. Espera-se uma eternidade para abrir um documento, tal como se espera para que o tão apregoado desenvolvimento harmónico aconteça.

Desenvolvimento harmónico? Desacreditam-se os conceitos pela sua ineficácia, simplesmente porque eles se tornaram, nas Flores, em UTOPIAS.

Assiste-se, na ilha das Flores, a um envelhecimento da população. A uma desertificação populacional. É mais do que sabido.

A coesão económica e social dos Açores degrada-se a olhos vistos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O quanto eu gostaria de pintar com outras cores a realidade de uma ilha tão bonita como é a minha ilha das Flores, mas não posso!

Os florentinos que lá vivem, conhecem bem a falta de esperança que vai grassando entre as populações.

A juventude das Flores vai deixando de acreditar no futuro da sua ilha. E, por isso, sai e não volta. Tal como fizeram muitos dos nossos avós.

Antes partiam porque não tinham condições de saúde nas Flores. Partiam para procurar emprego.

Hoje, partem os familiares que se vão juntar aos outros, continuam a partir os que procuram condições de saúde e de emprego e partem já aqueles que, tendo trabalho, se transferem por falta de incentivo à sua permanência.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Já não há “raízes” que superem a falta de atractividade, o declínio da qualidade de vida, a desacreditação no futuro por tudo que se criou nalguns lugares e que ficou por fazer nos outros, o tal desenvolvimento harmónico que deixou de estar presente no vocabulário autonomista.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E há responsáveis por este estado de coisas. Responsáveis que governam a nossa Região há onze anos.

A ilha das Flores necessita de outras políticas e de outro governo.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão inscritos para debate os Srs. Deputados Herberto Rosa e José Eduardo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(\*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gonçalves:

Ouvi a sua intervenção com muita atenção e digo-lhe, sinceramente, que é de louvar o esforço que V. Exa. fez. Foi um esforço cansativo e exaustivo, porque V. Exa. procurou, escarafunchou, como se diz, tudo o que poderia encontrar e não encontrou nada, porque não pode encontrar nada.

V. Exa. foi mandado desenhar um cenário negro, triste, de uma ilha que é (e aí concordo consigo) uma das mais bonitas dos Açores. Não consegui, porque V. Exa. sabe que o seu partido já decidiu que vai votar contra. Portanto, V. Exa. só tem que encontrar razões para tentar justificar aquilo que à partida já estava decidido.



Portanto, V. Exa. não teve liberdade de fazer uma análise e eu perdoo-o por isso. V. Exa. não consegue fazer uma análise objectiva, porque está mandado para cumprir uma tarefa. Agora, o que V. Exa. fez foi, para justificar o injustificável, além de não encontrar nada, também recorreu a algumas inverdades e eu não posso deixar passar, porque V. Exa. já teve essa resposta (portanto, é desonestidade efectuá-lo) ao requerimento. Isto que afirmou relativamente à Unidade Móvel de Saúde é mentira.

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** O senhor não justifique o que não tem justificação!

**O Orador:** E eu digo com todas as letras. V. Exa. já teve a resposta...

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** Resposta que não foi verdadeira, Sr. Deputado. O pessoal do hospital é que o diz!

**O Orador:** ... já sabe que ela é utilizada regularmente no serviço de enfermagem e até no serviço médico. Portanto, o que V. Exa. diz é mentira e desafio a provar o contrário daquilo que estou dizendo.

Depois, V. Exa. vai dizer-nos um conjunto de coisa:

Quantos utentes ficaram impedidos de fazer radiografias nas Flores por causa de uma qualquer avaria ou por causa de ainda não ter sido adquirido o aparelho?

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** Há 15 dias que é usado um aparelho portátil!

**O Orador:** V. Exa. sabe que existem 2 aparelhos de radiologia nas Flores. Portanto, se um avaria e se é preciso vir peças de França, o outro está a trabalhar. Não houve, em nenhum momento problemas com radiologia nas Flores, a não ser o facto de um aparelho ter avariado.

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** E não foi permitido esse já o ano passado? Responda-me!

**O Orador:** Dou-lhe a resposta com muito gosto.

O concurso internacional para aquisição do equipamento para exames gerais digitalizável e digitalizador, que guarde e envie imagem, a entrega das propostas está prevista para a primeira semana de Janeiro e calcula-se que comecem a ser instalados os equipamentos para o próximo Verão.

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** Já era para ter chegado o ano passado!

**O Orador:** É esta a informação que existe, porque estas coisas não se compram no supermercado, Sr. Deputado. Talvez fosse bom, mas a realidade é esta.

São precisos concursos internacionais, quer pelos montantes envolvidos, quer pela natureza dos equipamentos.

Mas o seu esforço vai mais longe. Vai ao ponto de não querer ver o esforço que tem sido feito e o que a Ilha das Flores mudou nestes 11 anos.

O senhor fala em telecomunicações. O senhor esquece-se que em 2005 nós estávamos todos obrigados a ver a RTP Açores, porque não tínhamos mais nenhum canal de televisão na Ilha das Flores que não fosse a RTP Açores, quando há uma dúzia de anos que tínhamos o Canal 1 nas outras ilhas.

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** Em algumas zonas das Flores ainda se vê muita peça em más condições!

**O Orador:** O senhor compara diferenças, que hoje são de meses na implementação de novas tecnologias, com as décadas que nas Flores se levava para equiparar àquilo que acontecia na generalidade da Região.

O senhor fala no voo ao Domingo. Nós tivemos avião ao Domingo até há poucos dias e quem sabe não vamos ter novamente qualquer dia.

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** ADSL!

**O Orador:** É uma questão de ter equipamentos e os horários serem adequados também às necessidades, porque temos que ver que estas coisas têm que ser feitas com racionalidade, de acordo com as necessidades e de acordo com os equipamentos disponíveis, porque uma Região como os Açores não se pode dar a desperdícios e é preciso ver a cada momento e sustentadamente como é que se encontra soluções para os problemas.

O Sr. Deputado diz que não pode. Eu diria que V. Exa. não quer.

Para já fico por aqui.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

(\*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já não é a primeira vez, Sr. Deputado, que ouvimos falar dos problemas e constrangimentos que a Ilha das Flores está sujeita, mas pode continuar a falar da forma como quiser.

Falou das acessibilidades. Neste caso gostava que se lembrasse da programação do horário da SATA para este último Verão que desde o último fim-de-semana de Março até finais do mês de Outubro nos proporcionou um voo ao Domingo dentro das possibilidades, perfazendo nos meses de Julho e de Agosto um total de 21 toques recorde na Ilha das Flores.

**Deputado Osório Silva (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Quanto ao transporte marítimo de passageiros, apesar de alguns percalços na operação (e não tenho vergonha de o dizer), e atendendo também a uma aspiração do povo dos Açores que dizia isso em voz bem alta no cais, passamos a ter toques semanais nas Flores. Não me vai negar isso.

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** Não! Está satisfeito?

**O Orador:** Com estas duas portas de entrada nas Flores e com o impulso que tem sido dado com elas em pleno funcionamento, queremos ainda melhor, por isso é que vamos ter melhores condições de voos diários e melhores condições do serviço marítimo de passageiros.

Com estas condições está na hora, como falou há bocadinho do Fundo de Coesão, dos empresários locais e das autarquias locais encontrarem as chaves do desenvolvimento que se pretende para a ilha.

Falou do Fundo de Coesão, dos postos de trabalho, de haver 22 postos de trabalho e de só se ter executado uma verba de 288 mil euros. Eu tenho as mesmas informações que o senhor tem.

Acha que o Fundo de Coesão é só o incentivo aos empresários? Acha que foi só criado para isso ou é para outras áreas?

**Deputado António Marinho (PSD):** Não se meta por aí porque vai encontrar outras coisas piores!

**O Orador:** Muitas outras aspirações do povo dos Açores estão no manifesto que apresentámos aos eleitores e que foi a sufrágio nas eleições de Outubro de 2004. Posso falar em Outubro de 2004, porque o senhor falou desde 2000 a 2004.

Foi-nos dado um voto de confiança. Penso que os florentinos deram-nos essa confiança que está materializada num manifesto com 57 medidas.

Posso dizer-lhe que apesar dos agoiros da oposição, essas 57 medidas contam já com 71,9% de execução, somando mais 14 medidas que estão a decorrer, o que perfaz 85,9% de execução. Acha que isso é pouco?

Os seus governos devem ser de um dia, ou de um mês, mas este é de 4 anos. Eu tenho a certeza de que na altura própria os florentinos voltarão a dar razão aos Governos Socialistas.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Maria Gonçalves.

(\*) **Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiz o que na minha convicção deveria fazer nesta casa e neste lugar. Não estou aqui para fomentar um diálogo entre colegas, nem “florentinas”, nem “jorginas”, nem o que acontece nas outras ilhas. Não é este o caso.

O meu colega, que já tem uma maturidade política diferente e que é aquele que tem sempre as coisas na ponta da língua e que está sempre deslumbrado...

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

... sobretudo consigo próprio e com a sua forma de fazer política, vai ter que aceitar e admitir, no meio desse seu deslumbramento todo, que há pessoas que pensam de forma diferente, que têm as suas convicções próprias, que há pessoas que têm a sua análise diferente de ver as coisas e de defender a sua ilha.

Eu tenho direito, é esse o meu direito e é por isso que estou aqui e que estarei sempre que for necessário, quer os meus colegas queiram, quer não queiram, quer gostem, quer não gostem.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(\*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gonçalves:

Longe de mim, enquanto democrata, pôr em causa o direito de V. Exa. ter opinião.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Mas pareceu!

**O Orador:** Aliás, até tem o direito de errar. Como se vê, V. Exa. erra e nós toleramos, compreendemos, aceitamos.

Aceitamos até que V. Exa. erre, não por vontade, mas eventualmente por dever de ofício. Também entendemos isso e compreendemos o seu incómodo. Percebemos que estas coisas de Plano e Orçamento obrigam, quer maioria, quer oposição, a uma chamada disciplina partidária, que é uma coisa complicada.

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** Funcionário do partido. O senhor assumo isso publicamente!

**O Orador:** Agora, o que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que este é, por excelência, o Parlamento, e não vou falar de etimologias.

V. Exa. é recorrente nesse aspecto, devo chamar-lhe a atenção acerca disso, porque não é novo nesta casa, portanto tenho a obrigação de lhe dizer isto neste momento. V. Exa. não pode, sistematicamente atirar a pedra e esconder a mão. V. Exa. quando vem a debate, tem que vir e tem que se aguentar à bronca. V. Exa. vem a debate, traz as questões, tem que ser confrontado com aquilo que afirma.

V. Exa. volta a dizer que não quer “florentinas”, nem “jorginas”. Além de estar a desprestigiar alguns Srs. Deputados desta casa, e alguns deles são seus colegas, V. Exa. não está a cumprir o seu papel como parlamentar. Parlamento é discussão, é debate.

**Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** Mas não é diálogo entre mim e o senhor. É público para que todas as pessoas conheçam a realidade da Ilha das Flores!

**O Orador:** Queremos debater as questões.

V. Exa. fez afirmações falsas, que eu rebati e que V. Exa., pura e simplesmente, como tinha atirado a pedra, escondeu a mão. Não teve coragem de vir a debate.

V. Exa. disse mentiras, e eu repito, disse mentiras, deliberadamente e não se defendeu daquilo que disse.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

**(\*) Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Citando Voltaire: “Não concordo com uma palavra do que dizeis, mas defenderei até à morte o vosso direito de dizê-lo”.

Sim, Sr. Deputado! Tem todo o direito de aqui dizer o que lhe bem entender. Também eu! E defenderei até à morte, porque também eu tenho. Daí que vamos estar aqui, se for preciso, até Sexta-feira ou até Sábado, porque eu não tenho problema.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Não pode!

**O Orador:** A minha vida dá para isso.

Quem tem um congresso é o senhor e o seu partido, não sou eu.

O senhor parecia ali um manifesto eleitoral do PSD que eu não vi nas eleições de 2004, da coligação.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Mas vai ver nas próximas!

**O Orador:** Já que falou em tantos assuntos, em relação à carne, temos solução para isso. Se calhar não é a mudança da rota do navio, porque isso tem que ser preparado atempadamente como o senhor sabe e como os entendidos sabem que o concurso público não se muda de uma hora para outra. Vai ser tratado com a construção da sala de desmancha, da incineradora e da ETAR do matadouro da Ilha das Flores. Portanto, será essa a resposta que eu tenho para lhe dar sobre a agricultura.

Coincidências são coincidências. Sr. Deputado 57 medidas, 57 requerimentos, coincidência das coincidências.

Veremos quem cumpre mais, se somos nós, se é o senhor.

Já estamos empatados. Nós temos 57 medidas e o senhor tem 57 requerimentos assinados. Realmente o senhor está a caminhar bem.

Eu vou dar-lhe um exemplo, só para falar mais um bocadinho de coesão. Eu gostava que esse exemplo fossem laranjas, mas como as laranjas nas Flores estão um bocadinho mal, eu dou-lhe um exemplo com rosas, que cheiram melhor.

Vejamos então:

Se eu tiver rosas para vender e houver noutras freguesias da ilha muitas rosas à venda, eu terei que arranjar meio e forma de cativar os compradores.

O mesmo se passa com os investidores e os empresários das Flores. Nós temos os incentivos. Temos os meios, temos as formas. Eles que vão procurar essas formas, que preenchem os formulários e que se candidatem.

Os incentivos existem e as candidaturas não estão fechadas para a Ilha das Flores. Ao contrário, ainda estão mais abertas do que noutras ilhas que nós sabemos.

Sr. Deputado, esse choradinho, comigo não resulta. Em tempos posso ter tido alguma calma nesta Assembleia, mas deixei de ter.

Dito isto, espero que nos encontremos numas próximas eleições e aí veremos quem é que terá mais razões para ganhar o eleitorado.

Muito obrigado.

**Deputado Osório Silva (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Encerrados os esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para uma intervenção.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros:

No momento em que a Assembleia Legislativa da Região se encontra a debater, e se prepara para votar, o último Plano de Investimentos da corrente legislatura, consideramos importante salientar, não apenas o enquadramento, como também, a estratégia de desenvolvimento que este documento concretiza.

A premissa constante deste instrumento previsionar, na parte relativa aos Assuntos Europeus e à Cooperação Externa, materializa, em si mesma, o cumprimento do Programa do IX Governo Regional, ao mesmo tempo que cria as condições para o aprofundamento e reforço da intervenção regional nestas áreas num horizonte temporal de médio prazo.

Este é, pois, o primeiro aspecto que consideramos importante realçar neste momento: O Plano para 2008 constitui mais um passo na concretização da estratégia global de desenvolvimento dos Açores e de afirmação da Região nas áreas atrás citadas, sendo norteado por princípios claros e visando prosseguir objectivos realistas.

E se há área em que esta natureza sequencial, coerente e articulada de intervenção se manifesta com especial nitidez, é, também, a do relacionamento externo dos Açores.

Após uma fase em que a sensibilização dos diversos actores europeus para as especiais condições da nossa ultraperiferia congregou o principal do nosso esforço e da nossa atenção, a situação que agora vivemos permite e incentiva a ambição de passarmos a um novo patamar de afirmação e à definição de novos objectivos.

Assim acontece, desde logo, porque conseguimos, através de um trabalho desenvolvido, quer individualmente, quer nas estruturas de cooperação em que nos integramos, nomeadamente a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, ver consagrado no futuro Tratado de Lisboa, não apenas a nossa condição de Região Ultraperiférica, mas, sobretudo, o reforço e o aprofundamento político e normativo dos termos em que a União Europeia encara esta realidade.

Analisemos esta questão sob o prisma da conjuntura política em que decorreram as negociações, ou atentemos na nova formulação e enquadramento dos normativos relativos a esta área, e a conclusão que se impõe é a de que, só por grosseiro desconhecimento ou malévola intenção de mal dizer, se pode considerar que ficou tudo na mesma e que o resultado deste processo não se saldou por uma vitória para os Açores e para as ultraperiferias europeias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros:

Se, como atrás referi, o reconhecimento da nossa condição ultraperiférica se encontra reforçado e consolidado no âmbito do Tratado Reformador da União Europeia, o Governo ambiciona mais e considera que as nossas metas de afirmação europeia não estão ainda plenamente alcançadas. Queremos, já no próximo ano, vencer a batalha de ter mais Açores na Europa.

Do ponto de vista do Plano de Investimentos há uma resposta adequada e suficiente na afectação de recursos a este trabalho. É, sobretudo, na definição de objectivos estratégicos e operacionais e na sua prossecução que temos actividade a desenvolver.

Mas comecemos pelo princípio que é o de saber com que espírito, com que ambição, com que visão nos apresentamos neste relacionamento.



A palavra à Poetisa quando diz que “há um imenso orgulho na palavra Açor”, pois é, exactamente, esta ideia, esta ambição e este desejo que deve nortear a nossa actuação, também a nível europeu.

O orgulho de nos afirmarmos como parte activa e empenhada neste formidável desafio de construção de uma Europa unida e solidária.

O orgulho de sermos o garante de que a Europa se inicia aqui, no meio do Atlântico.

O orgulho de cumprirmos, e cumprirmos melhor do que outros, um projecto europeu que tem no desenvolvimento sustentável, no respeito pelo ambiente, na coesão interterritorial metas ambiciosas e comuns.

O orgulho de sermos capazes de, saindo do nosso reduto da ultraperiferia, competirmos com os melhores em várias áreas emergentes da construção europeia.

Em tantas e variadas matérias, é imprescindível, e isto o Governo já está a fazer, que não nos limitemos a lutar por aquilo que a Europa pode fazer por nós. Nós também podemos dar um contributo válido, como ainda recentemente reconheceu a Comissária Danuta Hübner, a propósito da estratégia de desenvolvimento sustentável delineada e executada pelo Governo dos Açores.

Reiteramos, assim, como um dos vectores de actuação a nossa condição de sujeitos activos no processo de construção europeia.

Os resultados desta postura podem já ser aferidos, por exemplo, nos debates sobre a nova Política Marítima Europeia, nos trabalhos de reforma dos Tratados ou, para falar de uma matéria que terá desenvolvimentos já na próxima semana, com a audição dos partidos políticos e parceiros sociais sobre a Comunicação da Comissão relativa à estratégia europeia para as Regiões Ultraperiféricas.

Na vertente da Cooperação Externa, a Região tem vindo a ganhar um protagonismo efectivo e a desenvolver um trabalho de afirmação crescente, especialmente junto de outras entidades regionais, incluindo os Estados-arquipélago de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Especialmente no primeiro caso, a visita do Senhor Primeiro-Ministro de Cabo Verde aos Açores e a assinatura do memorando de Entendimento entre os dois governos, constitui um exemplo concreto desse trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e que tem dado resultados palpáveis. De salientar, a este propósito, a aprovação recente,

pelo Conselho de Ministros de Assuntos Gerais e de Relações Externas, da Parceria Especial entre a UE e aquele país africano, a qual, por também constar do Memorando, constitui motivo de satisfação e regozijo para o Governo Regional.

Será, pois, com o mesmo empenhamento que continuaremos a reforçar a nossa cooperação com aquele arquipélago, bem como com São Tomé e Príncipe.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Eis uma componente em que a oposição está de acordo!

**O Orador:** De salientar, também a este propósito, a consolidação do nosso relacionamento com territórios estratégicos para os Açores, quer se situem no Continente Europeu, como é o caso das regiões autónomas italianas e espanholas, ou quer se situem noutros espaços com ligações históricas e culturais aos Açores, como é o caso do Brasil, do Uruguai ou dos estados norte-americanos da Califórnia e da Nova Inglaterra.

No âmbito externo, em 2008 pretende-se também desenvolver a cooperação estratégica com as Nações Unidas, em especial através do seu Programa para o Desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros:

Uma palavra ainda para explicitar os objectivos que o Governo Regional pretende realizar no próximo ano na área da Comunicação Social.

Como, certamente, sabem, 2008 será o último ano de vigência do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada dos Açores, denominado PROMEDIA.

Impõe-se, por isso, neste momento, um balanço sobre os resultados obtidos com o funcionamento desse regime de apoios.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Balanço que induz à mudança!

**O Orador:** Até este momento, o PROMEDIA induziu um investimento global de mais de €1.300.000,00, dos quais cerca de €400.000,00 correspondem a incentivos públicos, especialmente nas áreas de modernização tecnológica, da Difusão e de iniciativas de relevante interesse na área da Comunicação Social.

O Governo Regional, não obstante a apreciação positiva que faz do funcionamento desse sistema nessas áreas, considera que o Programa ficou aquém das expectativas

na vertente da formação profissional, em resultado do escasso número de candidaturas.

Assim, tendo isso em atenção, iniciaremos os trabalhos para a criação de um novo pacote de incentivos à Comunicação Social privada dos Açores, denominado PROMEDIA II, o qual privilegiará as áreas da qualificação profissional e reforçará os apoios disponíveis para os órgãos de comunicação social das chamadas Ilhas da Coesão, nomeadamente, na vertente da utilização de novas tecnologias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros:

Consciente de que, como em tantas outras matérias, há sempre novos desafios que se apresentam, novas oportunidades que surgem, novos horizontes que urge conquistar, importa neste momento salientar a vontade de, em todos esses momentos, lutar para realizar todos os dias a ambição de termos

Sempre Mais Açores.

Muito Obrigado!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Está inscrita para o debate a Sra. Deputada Maria José Duarte.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

**(\*) Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros:

Sr. Presidente do Governo, aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2007, eu coloquei uma questão directamente a V. Exa. e, por mais incrível que pareça, foi o Sr. Secretário Regional da Presidência que respondeu em vez de V. Exa.

Deste modo, e por isso, gostaria que V. Exa. fizesse o grande obséquio e me desse a grande honra de voltar a responder um ano depois, mas a minha questão continua a ser extremamente actual.

A questão é a seguinte:

Aquando da discussão do Plano e Orçamento de 2006, V. Exa. afirmou o seguinte, e passo a citar:

“O Governo Regional e a Direcção Regional da Cultura não se constitui como empresário de inventos ou actos culturais” – fim de citação.

Tendo em conta a sua afirmação de há 2 anos atrás, como é que V. Exa. explica o crescente aumento na verba “inventos de iniciativa governamental”? Concretizando, de 2006 para 2007, a referida acção sofreu um aumento de 50 mil euros. E, pasme-se! De 2007 para 2008 de 100 mil euros.

V. Exa. não acha que há uma total incoerência da sua parte?

Então o Governo Regional não é empresário de eventos culturais, mas reforça a verba na acção que o torna precisamente um empresário de eventos culturais.

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, gostaria que V. Exa. nos explicasse o porquê deste sucessivo aumento nesta verba, contradizendo o que V. Exa. afirmou em 2006?

**Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(\*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada:

O que eu acho engraçado é o destempo com que as coisas surgem porque até hoje já falámos sobre cultura.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Destempo não! É muito actual, actualizadíssimo. Até houve um aumento de 100 mil euros!

**O Orador:** Com certeza. Mas eu digo em termos do decorrer do debate.

O que eu gostava de dizer era o seguinte:

Nós já tivemos a discutir questões na área da cultura. Tivemos a oportunidade de falar sobre isso.

A senhora quis agora, na meio da discussão de questões envolventes da comunicação social e da União Europeia, colocar uma pergunta estranhíssima.

Eu não quero desiludi-la, por isso vou dizer o seguinte:

Todas as rubricas orçamentais da cultura aumentaram. Nesse caso o aumento afecto a eventos de iniciativa pública é muito inferior ao aumento afecto a eventos de iniciativa privada. Logo tem razão no que disse; logo o que disse tinha razão de ser.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

**Presidente:** Srs. Deputados, como não temos mais ninguém inscrito para este debate, vamos terminar aqui os nossos trabalhos.

Os tempos disponíveis para debate são os seguintes:

Governo – 226 minutos

PS – 248 minutos

PSD – 160 minutos

CDS/PP – 44 minutos

Deputado Independente – 10 minutos.

Obrigado, Srs. Deputados.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Boa noite. Até amanhã.

*Eram 19 horas e 45 minutos.*

*(\*) Texto não revisto pelo Orador.*

***Deputados que entraram durante a Sessão:***

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires** António Fagundes dos **Reis**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

**José Manuel** Avelar **Nunes**

***Deputados que faltaram à Sessão:***

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Alberto** Abílio Lopes **Pereira**

**Luís** Henrique da **Silva**

***Deputado Independente (Ind.)***

**Paulo** Domingos Alves de **Gusmão**

## **Documentos Finais**

### **PROJECTO DE RESOLUÇÃO**

*Contributo para uma política sustentável e competitiva de produção de leite nos  
Açores*

#### **EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS**

Considerando mais uma avaliação da Política Agrícola Comum apelidada de “exame médico” que resultará numa alteração significativa de parte das decisões do Conselho do Luxemburgo de Junho de 2003.

Considerando que o sistema de quotas é vantajoso para Regiões desfavorecidas e com permanentes condicionalismos geográficos, nomeadamente, a distância, a pequena dimensão e a dispersão geográfica, pois tem moderado a produção em Regiões muito competitivas.

Considerando que os Açores tem uma posição impar no grupo de Regiões desfavorecidas, com desvantagens permanentes derivadas da distância aos mercados e da forte dependência de um pequeno grupo de produtos serão mais ameaçadas pela concorrência proveniente de alterações ao sistema de contenção primário da produção de leite.

Considerando que a produção de leite nos Açores ultrapassa a dimensão económica representando, também, um importante factor social, onde se destaca a fixação de pessoas no meio rural e, em especial, em ilhas ameaçadas pelo abandono humano onde a actividade agrícola familiar encontra expressão na produção de leite deve ser mantida.

Considerando a existência de ecocondicionalismos que interessa conservar e proteger como a diversidade genética e o meio natural.

Considerando que o predomínio da actividade leiteira no seio da Agricultura regional é particularmente acentuada, em consequência das dificuldades sentidas com outras produções agrícolas alternativas.

Considerando que nos Açores a produção de leite e a sua transformação constituem um dos principais alicerces da economia Regional, suportando o surgimento de outras actividades económicas.

Considerando que a supressão das quotas leiteiras para além de 2015 terá repercussões negativas sobre o rendimento dos Produtores de leite da Região, das Indústrias transformadores e, genericamente, sobre a economia dos Açores.

Considerando que no projecto do “exame médico” da PAC apresentado pela Comissão Europeia no passado dia 20 de Novembro, está prevista a existência de medidas que atenuem o impacto negativo do desaparecimento das quotas leiteiras em Regiões específicas.

Considerando que urge sensibilizar os decisores da República e da Comunidade Europeia para a concretização de medidas verdadeiramente compensadoras às Regiões cuja especificidade das suas desvantagens e constrangimentos se alie à forte dependência económica da bovinicultura de leite.

Considerando que as medidas a surgir deverão permitir a continuidade desta produção acrescentando sustentabilidade e competitividade.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte Projecto de Resolução:

Que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do disposto na alínea i) do artigo 30º do Estatuto político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, se pronuncia, por iniciativa própria, sobre o sistema de quotas leiteiras nos Açores e na União Europeia nos seguintes termos:

1. Que seja defendida a manutenção do regime de quotas de produção para além de 2015, e que, na sua impossibilidade, em consequência do seu eventual desmantelamento, sejam tidas em conta as desvantagens

- socioeconómicas e os condicionalismos perpétuos e específicos das Regiões Ultraperiféricas como os Açores;
2. Que o eventual desmantelamento do sistema de quotas leiteiras deva prever a existência de medidas de protecção e compensação para as Regiões Ultraperiféricas fortemente dependentes da economia do leite, como os Açores, evitando-se repercussões negativas sobre o rendimento dos produtores de leite da Região, das indústrias transformadoras, e, em geral, sobre a economia dos Açores;
  3. Que no quadro das medidas específicas para as Regiões Ultraperiféricas, seja permitido desenvolver as produções agro-pecuárias onde as mesmas tenham vantagens competitivas, no âmbito da sua sustentabilidade ambiental;
  4. Que o aumento de quotas que se anuncia ir ocorrer antes do eventual desmantelamento do sistema, discrimine positivamente os produtores dos Açores permitindo reforçar a reestruturação em curso do sector na Região;
  5. Que as 23.000 toneladas de auto consumo existente na Região sejam integradas em quota efectiva dos produtores açorianos;
  6. Que o envelope financeiro relativo ao prémio aos produtos lácteos seja incluído no envelope financeiro do Posei-Açores, estabelecido no nº 2 do art. 23 do regulamento (CE) nº 247/2006 do Conselho de 30 de Janeiro, aplicando-se o mesmo critério que foi utilizado pela Comissão Europeia nas recentes reformas das OMC do açúcar e da banana para os DOM Franceses e para as Canárias;
  7. Que, sendo mantidos os recursos financeiros que lhe estão afectos no futuro orçamental da PAC, os Açores possam optar pela exclusão do Regime de Pagamento Único e da Modelação Obrigatória;
  8. Que no quadro das medidas específicas, para as Regiões Ultraperiféricas não se considerem limites mínimos para acesso às subvenções;
  9. Que no quadro das medidas específicas, para as Regiões Ultraperiféricas o mecanismo de regulação de mercado, relativo à armazenagem privada,



permaneça como suporte à inevitável natureza das suas produções, em consequência do seu afastamento dos mercados.

10. Desta posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deverá ser dado imediato conhecimento ao Governo da República, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia.

Angra do Heroísmo, 24 de Janeiro de 2008

**Os Deputados,** *Clélio Meneses, José Manuel Bolieiro, Pedro gomes, António Ventura, Alberto pereira e Mark Marques*

---

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO, ELABORADO AO ABRIGO DO ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES – 10/2007**

**Capítulo I  
GENERALIDADES**

1. Constituição da Comissão

**A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é constituída pelos seguintes deputados:**

**a) Partido Socialista (PS)**

- **António Toste**
- **Hélder Silva**
- **Hernâni Jorge**
- **José Ávila**
- **Mariana Matos**
- **Rogério Veiros**

**b) Partido Social Democrata (PSD)**

- **Alberto Pereira**

- **José Manuel Nunes**
- **Mark Marques**
- **Pedro Gomes**

c) Deputado Independente

- **Paulo Gusmão**

2. Mesa da Comissão

**A Mesa da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tem a seguinte composição:**

Presidente – **Hernâni Jorge (PS)**

Relator – **Rogério Veiros (PS)**

Secretário – **Mark Marques (PSD)**

## Capítulo II

### PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFECTUADAS

O presente relatório respeita às actividades desenvolvidas pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho no período compreendido entre 18 de Outubro a 13 de Novembro de 2007.

Neste período, a Comissão reuniu nos dias 2, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada, e 12 e 13 de Novembro de 2007, na sede da Assembleia Legislativa, na Horta.

## Capítulo III

### TRABALHOS REALIZADOS

**Na reunião de 2 de Novembro de 2007, a Comissão desenvolveu os seguintes trabalhos:**

1. **Audição dos representantes do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI);**

- 2. Continuação da apreciação da Petição sobre a deslocalização dos estaleiros da Tecnovia, sita na Barca, Madalena, Pico;**
- 3. Início da apreciação e determinação das diligências a efectuar no âmbito da apreciação da Petição sobre a reabilitação do lugar da Ponta da Fajã Grande na ilha das Flores.**

**Nas reuniões dos dias 12 e 13 de Novembro de 2007, a Comissão desenvolveu os seguintes trabalhos:**

- 1. Audição dos Secretários Regionais da Educação e Ciência, do Ambiente e Mar, e da Presidência, no âmbito da apreciação sectorial das Propostas de Orçamento e Plano Anual para 2007;**
- 2. Audição da Secretária Regional do Ambiente e Mar, no âmbito da apreciação da “Petição sobre a Deslocalização dos estaleiros da Tecnovia, sita na Barca, Madalena, Pico”;**
- 3. Apreciação, relato e emissão de parecer sectorial sobre as Propostas de Orçamento e Plano Anual para 2007;**
- 4. Apreciação, relato e emissão de parecer sobre o pedido de autorização para o Deputado António Gonçalves Toste Parreira prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo comum colectivo n.º 56/03.4PEAGH, a correr termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo;**
- 5. Aprovação do relatório de actividades da Comissão, a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa.**

#### **Capítulo IV**

#### **TRABALHOS PENDENTES**

**Estão pendentes, à data do presente relatório, aguardando a conclusão da apreciação em Comissão, as seguintes iniciativas:**

- Petição sobre a reabilitação do lugar da Ponta da Fajã Grande na ilha das Flores;**

- Petição sobre a deslocalização dos estaleiros da Tecnovia, sita na Barca, Madalena, Pico;
- Projecto de Resolução n.º 8/2007 – Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2006;
- Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2005 – Reserva Natural Regional da Dorsal Médio-Atlântica dos Açores.

**Horta, 13 de Novembro de 2007**

O Relator, *Rogério Veiros*

**O presente relatório foi aprovado por unanimidade.**

O Presidente, *Hernâni Jorge*

---

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA O DEPUTADO ANTÓNIO GONÇALVES TOSTE PARREIRA PRESTAR DEPOIMENTO, COMO TESTEMUNHA, NOS AUTOS DO PROCESSO COMUM COLECTIVO N.º 56/03.4PEAGH, A CORRER TERMOS NO 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL JUDICIAL DE ANGRA DO HEROÍSMO;**

Capítulo I  
INTRODUÇÃO

**A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 13 de Novembro de 2007, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.**

**Foi aditada à agenda da reunião a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o pedido de autorização para o Deputado António Gonçalves Toste Parreira prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo**

**comum colectivo n.º 56/03.4PEAGH, a correr termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.**

**O pedido do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo (1.º Juízo) deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 8 de Novembro de 2007, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer.**

## **Capítulo II**

### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

**Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo, o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente.**

**O n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia.**

**O artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República (Lei n.º 7/93, de 1 de Março, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 24/95, de 18 de Agosto, n.º 55/98, de 18 de Agosto, n.º 8/99, de 10 de Fevereiro, n.º 45/99, de 16 de Junho, n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro, n.ºs 44/2006 e 45/2006, ambas de 25 de Agosto, e n.º 43/2007, de 24 de Agosto) reproduz o referido texto constitucional (n.º 2), estabelece que o pedido de autorização é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (n.º 5) e determina que a decisão é tomada pelo Plenário, precedendo audição do deputado e parecer da comissão competente (n.º 6).**

**Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.**

### Capítulo III

#### APRECIÇÃO DO PEDIDO

**Recebido o pedido, a Comissão procedeu à audição do Deputado António Gonçalves Toste Parreira, nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, que informou das razões e circunstâncias em que foi arrolado como testemunha nos autos do referido processo, as quais nada têm a ver com o exercício do mandato de Deputado, e manifestou a sua disponibilidade para prestar depoimento.**

**No processo comum colectivo n.º 56/03.5PEAGH, a correr termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo, são arguidos Hélder Manuel Ponte de Meneses e outros.**

### Capítulo IV

#### SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

**Os Grupos Parlamentares do PS e do PSD manifestaram posições de concordância com a autorização para que o Deputado António Lima Cardoso Ventura preste depoimento, na qualidade de testemunha, no mencionado processo judicial.**

### Capítulo V

#### CONCLUSÕES E PARECER

**Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela inexistência de qualquer impedimento à presente solicitação judicial, emitindo, por unanimidade, parecer no sentido de autorizar o Deputado António Gonçalves Toste Parreira prestar depoimento, como testemunha, nos autos do processo comum colectivo n.º 56/03.5PEAGH, a correr termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.**

**Consequentemente, o pedido está condições de ser agendado para apreciação e deliberação em reunião plenária, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados.**

**Horta, 13 de Novembro de 2007**

O Relator, *Rogério Veiros*

**O presente relatório foi aprovado por unanimidade.**

O Presidente, *Hernâni Jorge*

—

## **RELATÓRIO A QUE SE REFERE O ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

### **ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE NOVEMBRO DE 2007**

#### **I – GENERALIDADES**

##### **1. Constituição da Comissão**

###### **a) Partido Socialista (PS)**

- Alberto Costa
- Catarina Furtado
- Fernanda Trindade
- Guilherme Nunes
- José San – Bento
- Osório Silva

###### **b) Partido Social Democrata (PSD)**

- António Pedro Costa
- Cláudio Lopes
- José Manuel Bolieiro
- Sérgio Ferreira

**c) CDS/PP**

- Artur Lima

**2) Mesa da Comissão**

**Presidente** – José Manuel Bolieiro (PSD)

**Relator** – Sérgio Ferreira (PSD)

**Secretário** – Catarina Furtado (PS)

## **II- TRABALHOS REALIZADOS**

1. A Comissão reuniu nos dias 12 e 13 de Novembro de 2007, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta.
2. O Deputado Osório Silva foi substituído pelo Deputado Rogério Veiros.
  - 1.1. A Comissão ouviu, no âmbito da análise ao Plano e Orçamento para 2008, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e o Sr. Secretário Regional da Presidência;
  - 1.2. A Comissão analisou e emitiu parecer sobre as Propostas de Plano e Orçamento para 2008, tendo o mesmo sido favorável, com os votos a favor do P.S. e as abstenções do P.S.D. e do CDS/PP.



### III – OUTROS ASSUNTOS

Estão pendentes, na Comissão, os seguintes diplomas:

- 1.1. Proposta de Decreto Legislativo Regional “Regras de Relacionamento Entre os serviços da Administração Regional Autónoma e os Cidadãos”;
- 1.2. Proposta de Decreto Legislativo Regional “Regime sobre a Justificação das Faltas por Doença e Respectiveiros Meios de Prova, Aplicável aos Funcionários e Agentes da Administração Pública”;
- 1.3. Proposta de Lei n.º 163/X que “ Altera a Lei n.º. 53/2006, de 7 de Dezembro, que torna extensivo o regime de mobilidade especial aos trabalhadores, cria a protecção no desemprego de trabalhadores da Administração Pública e adopta medidas de ajustamento em matéria de aposentação dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações;
- 1.4. Proposta de Lei n.º. 165/X “Atribuição do subsídio de insularidade aos funcionários públicos e elementos das forças de segurança a exercer funções na Região Autónoma da Madeira”;
- 1.5. Proposta de Lei n.º. 166/X que “ Propõe a alteração ao Decreto – Lei n.º 465/77, de 11 de Novembro, tornando extensivo aos elementos da Policia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Policia Judiciaria, Policia Marítima, Serviços de Informações de Segurança, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e pessoal do Corpo da Guarda Prisional, colocados na Região Autónoma da Madeira, o disposto no artigo 1.º. e no § 1.º. do Decreto – Lei n.º. 38 477, de 29 de Outubro de 1951.”.

**O Relator,** *Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente,** *José Manuel Bolieiro*

---

RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 103º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.

## **ANTE- PERÍODO LEGISLATIVO DE NOVEMBRO DE 2007**

### **CAPÍTULO I**

#### **Generalidades**

1 – A Comissão Permanente de Assuntos Sociais é constituída pelos seguintes Deputados:

i. Do Partido Socialista (PS)

- Catarina Furtado
- Cláudia Cardoso
- José Gabriel Eduardo
- Manuel Avelar
- Nélia Amaral
- Nuno Tomé

ii. Do Partido Social-democrata (PSD)

- António Gonçalves
- Costa Pereira
- Luís Henrique Silva
- Maria José Duarte

2 – Constituição da Mesa da Comissão:

Presidente – Cláudia Cardoso

Relatora – Nélia Amaral

Secretária – Maria José Duarte

## **CAPÍTULO II**

### **Reuniões Efectuadas**

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, no dia 13 de Novembro de 2007.

A Deputada Mariana Matos, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Deputado Mark Marques, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata substituíram os Deputados Nuno Tomé e Luís Henrique Silva, respectivamente.

A Subcomissão reuniu no dia 12 de Novembro de 2007, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta.

## **CAPÍTULO III**

### **TRABALHOS REALIZADOS**

## **Trabalhos desenvolvidos pela Comissão:**

### **Reunião de 13 de Novembro:**

1. Audições aos Membros do Governo Regional sobre a Proposta de Plano Regional Anual e Orçamento para o ano de 2007:
  - i. Audição do Secretário Regional da Educação e Ciência;
  - ii. Audição do Secretário Regional da Presidência;
  - iii. Audição do Secretário Regional dos Assuntos Sociais.
  
2. Apreciação em Comissão, relato e emissão de parecer.

**Parecer:** A Comissão deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata, que reservam a sua posição para o Plenário, emitir parecer favorável à aprovação das Propostas de Plano Regional Anual e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2008, nas áreas da sua competência.

## **Trabalhos desenvolvidos pela Subcomissão:**

### **Reunião de 12 de Novembro:**

Apreciação, relato e emissão de parecer sobre o Projecto de Lei n.º 415/X/3ª – Atribui o direito a subsídio de desemprego ao pessoal docente e investigador contratado por instituições públicas de ensino superior e de investigação.

**Parecer:** O projecto de Lei em apreciação recebeu parecer negativo dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e positivo dos Deputados do Partido Social Democrata. Assim, a Subcomissão da Comissão

Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberou, por maioria, emitir parecer desfavorável ao Projecto de Lei.

## **CAPÍTULO IV**

### **Trabalhos Pendentes**

Não existem trabalhos pendentes na Comissão de Assuntos Sociais.

Horta, 12 de Outubro de 2007

**A Relatora,** *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente,** Cláudia Cardoso

---

#### **PARECER SOBRE O PROJECTO DE LEI N.º 415/X/3ª - ATRIBUI O DIREITO A SUBSÍDIO DE DESEMPREGO AO PESSOAL DOCENTE E INVESTIGADOR CONTRATADO POR INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR E DE INVESTIGAÇÃO.**

A Subcomissão da Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reuniu na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, no dia 12 de Novembro de 2007 a fim de apreciar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia, sobre o Projecto de Lei n.º 415/X/3ª – Atribui o direito a subsídio de desemprego ao pessoal docente e investigador contratado por instituições públicas de ensino superior e de investigação.

O referido Projecto de Lei deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 22 de Outubro de 2007 e foi submetido à apreciação

da Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia, para apreciação e emissão de parecer até ao dia 12 de Novembro de 2007.

## **CAPÍTULO I**

### **Enquadramento Jurídico**

O Projecto de Lei é enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para audição por despacho do Presidente da Assembleia da República.

A audição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exerce-se no âmbito do direito de audição previsto na alínea v) do n.º 1 do artigo 227.º e no n.º 2, do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, bem como do disposto nos termos da alínea i) do artigo 30.º e do artigo 78.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A apreciação do presente Projecto de Lei pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais rege-se pelo disposto no n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

## **CAPÍTULO II**

### **Apreciação**

O Projecto de Lei em apreciação tem origem no Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e surge na sequência de iniciativas anteriores, com o mesmo objectivo, rejeitadas pela Assembleia da República.

O Projecto assenta no imperativo constitucional de estabelecer uma prestação material aos trabalhadores que, involuntariamente, se encontrem em situação de desemprego e visa assegurar o reconhecimento desse direito ao subsídio de desemprego ao pessoal docente e investigador que tenha exercido funções em instituições públicas de ensino superior e se encontre em situação de desemprego involuntário, abrangendo o pessoal com vínculo por nomeação provisória, contrato administrativo de provimento ou por outro tipo de contratação a termo.

Para o efeito é proposto um quadro de reparação no âmbito do regime geral dos trabalhadores por contra de outrem, nos termos do Decreto-Lei n.º 119/99, de 14 de Abril, desde que não se encontrem abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 67/2000, de 26 de Abril, com as adaptações que lhes foram introduzidas.

Ainda no âmbito da apreciação do Projecto de Lei é de salientar que a mesma matéria foi alvo de iniciativas legislativas de outros grupos parlamentares. As referidas iniciativas têm sido rejeitadas por apresentarem uma solução parcial cuja aplicação se limita a um grupo específico quando outros se debatem com situações semelhantes.

Tem sido entendimento do legislador que se impõe uma solução mais abrangente, com aplicação generalizada a diferentes grupos profissionais.

Importa ainda referir que, mais recentemente, em comunicado do Conselho de Ministros datado de 31 de Outubro, foi tornada pública a aprovação de uma Proposta de Lei que altera a Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, que preconiza a criação de protecção no desemprego de trabalhadores vinculados por contrato administrativo de provimento e por contrato individual de trabalho.

### **CAPÍTULO III**

#### **Parecer**

O projecto de Lei em apreciação recebeu parecer negativo dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e positivo dos Deputados do Partido Social Democrata. Assim, a Subcomissão da Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberou, por maioria, emitir parecer desfavorável ao Projecto de Lei.

Horta, 12 de Outubro de 2007

**A Relatora**, *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente**, *Cláudia Cardoso*

---

## **RELATÓRIO A QUE SE REFERE O ARTIGO 103º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

**(ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE NOVEMBRO DE 2007)**

### **CAPÍTULO I**

#### **Generalidades**

#### **1- Constituição da Comissão**

A Comissão de Economia é constituída pelos seguintes senhores deputados:

a) Partido Socialista (PS)

    José do Rego

    Henrique Ventura



Ana Isabel Moniz  
Lizuarte Machado  
Luís Paulo Alves  
José Gaspar

b) Partido Social Democrata (PSD)

António Marinho  
António Ventura  
Jorge Macedo  
Jaime Jorge

## **2 - Mesa da Comissão**

A Mesa da Comissão de Economia é constituída pelos seguintes senhores deputados:

Presidente – José do Rego  
Relator – Henrique Ventura  
Secretário – António Ventura

## **CAPÍTULO II**

### **Reuniões efectuadas**

A Comissão Permanente de Economia, reuniu nos dias 12 e 13 de Novembro de 2007, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, e no dia 20 de Novembro de 2007, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada.

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 6 de Novembro de 2007, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada.

Nas reuniões dos dias 6 e 20 de Novembro o Deputado, António Ventura, do PSD, foi substituído pela Deputada Maria José Duarte.

Para a reunião do dia 6 de Novembro foi providenciada a representação do CDS/PP conforme o nº 4 do artigo 195º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, não tendo comparecido.

### **CAPÍTULO III**

#### **Trabalho realizado**

1 - Nas reuniões dos dias 12 e 13 de Novembro, a Comissão ouviu o Vice-Presidente do Governo Regional, os Secretários Regionais da Agricultura e Florestas e da Economia e o Subsecretário Regional das Pescas, sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional, Plano Regional Anual e Orçamento para o ano de 2008.

2 - Durante o ante – período Legislativo de Novembro foram analisados e dados pareceres sobre os seguintes documentos:

2.1 – Proposta de Lei 162/X que “Aprova o Orçamento do Estado para 2008”

A Subcomissão entendeu, por maioria, com os votos a favor do PS e os votos contra do PSD, nada ter a opor à presente proposta.

O PSD apresentou declaração de voto.

2.2 - Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à harmonização das legislações dos Estados membros do domínio do material eléctrico

destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão, e revoga o Decreto-Lei n.º 117/88, de 12 de Abril”.

A Subcomissão entendeu, por unanimidade, nada ter a opor, na generalidade, ao presente projecto.

Para a especialidade os Deputados do Partido Socialista, apresentaram uma proposta de alteração, que foi aprovada por unanimidade.

2.3 - Projecto de Decreto-Lei que “estabelece a obrigatoriedade de certificação dos produtos em aço utilizados como armaduras em betão, para efeitos da sua importação ou colocação no mercado, e revoga o Decreto-Lei n.º 128/99, de 21 de Abril”.

A Subcomissão entendeu, por unanimidade, nada ter a opor, na generalidade, ao presente projecto.

Para a especialidade os Deputados do Partido Socialista, apresentaram proposta de alteração, que foi aprovada por unanimidade.

2.4 - Projecto de Decreto-Lei que “procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2007/40/CE e 2007/41/CE, da Comissão, de 28 de Junho, relativas ao reconhecimento de zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos”.

A Comissão entendeu, por unanimidade, nada ter a opor ao presente projecto.

2.5 – Propostas de Decreto Legislativo Regional sobre o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2008 e Plano Anual Regional para 2008.

Comissão deliberou, por maioria, dar parecer favorável ao Plano e Orçamento para 2008, com os votos a favor dos Deputados do Partido Socialista e a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata, que reservam a sua posição final para o Plenário.

2.6 - Proposta de Decreto Legislativo Regional – Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2005.

A Comissão de Economia entendeu, por maioria, com os votos a favor do Partido Socialista e a abstenção do Partido Social Democrata, que a Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2005 está em condições de ser aprovada pela Assembleia.

## **CAPÍTULO IV**

### **Trabalhos pendentes**

1 - Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº. 2006/89/CE da Comissão, de 3 de Novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico à Directiva nº. 94/55/CE do Conselho, de 21 de Novembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados Membros respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e, ainda, altera pela primeira vez o Decreto-Lei nº. 170-A/2007, de 4 de Maio, e o Regulamento Nacional de Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada que constitui o seu anexo I.

Ponta Delgada, 26 de Novembro de 2007

O **Relator**, *Henrique Ventura*

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O **Presidente**, *José do Rego*

---

## **RELATÓRIO E PARECER FINAL DA COMISSÃO DE ECONOMIA SOBRE A PROPOSTA DE PLANO REGIONAL E ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2008**

### INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 20 Novembro de 2007, na delegação de Ponta Delgada, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, com o objectivo de dar parecer final sobre as Propostas de Plano e Orçamento para 2008.

As Propostas deram entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 30 de Outubro de 2007, tendo sido enviadas às diversas Comissões Especializadas, para relato e emissão de parecer sectorial, até 14 de Novembro de 2007, a ser remetido à Comissão Permanente de Economia, de modo a que esta dê cumprimento ao disposto no n.º 4, do artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim, cumpre referir resumidamente as áreas sobre as quais as Comissões Especializadas da Assembleia emitiram parecer, bem como a votação em cada uma delas.

A Comissão Permanente de Política Geral emitiu parecer sobre os documentos em análise, apreciando os seguintes programas e respectiva cobertura orçamental:

- Programa 18 – Habitação
- Programa 19 – Protecção Civil
- Programa 22 – Equipamentos Públicos, Sistemas de Informação e Formação
- Programa 23 – Construção e Reabilitação de Estradas Regionais e de Edifícios Públicos
- Programa 27 – Administração Regional e Local
- Programa 30 – Cooperação Externa

A Comissão Permanente de Política Geral deliberou dar parecer favorável, às Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2008, com o voto favorável do Partido Socialista e com a abstenção do Partido Social Democrata e do Centro Democrático Social/ Partido Popular, que reservaram a sua posição final para o Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais emitiu parecer sobre os documentos apresentados, analisando os seguintes programas e financiamento:

- Programa 1 – Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo
- Programa 2 – Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica
- Programa 3 – Juventude, Trabalho e Qualificação Profissional
- Programa 4 – Património e Actividades Culturais
- Programa 5 – Desenvolvimento Desportivo
- Programa 16 – Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde
- Programa 17 – Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais aprovou por maioria as Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2008, com o voto favorável dos Deputados do Partido Socialista e com a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata, que reservaram a sua posição final para Plenário.

A Comissão de Economia emitiu parecer sobre os documentos em análise, tendo apreciado os seguintes programas e sua cobertura orçamental:

Programa 7 - Fomento Agrícola

Programa 8 – Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários

Programa 9 - Diversificação Agrícola

Programa 10 - Desenvolvimento Florestal

Programa 11 – Modernização das Infra-Estruturas da Actividade da Pesca

Programa 12 – Desenvolvimento do Turismo

Programa 13 – Desenvolvimento Industrial

Programa 14 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação

Programa 15 – Promoção do Investimento e da Coesão

Programa 24 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos

Programa 25 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos

Programa 26 – Consolidação e Modernização do Sector Energético

Programa 28 – Planeamento e Finanças

A Comissão Permanente de Economia deu parecer favorável, por maioria, às Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2008, nas áreas de competência da Comissão, com os votos a favor dos Deputados do PS e a abstenção dos Deputados do PSD que reservaram a sua posição final para o Plenário.

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho analisou as áreas que são da sua competência, e sua cobertura financeira:

- Programa 3 – Juventude, Emprego e Qualificação Profissional (Trabalho e Formação Profissional)
- Programa 6 – Apoio aos Média
- Programa 21 – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou por maioria, com os votos a favor do PS e abstenção do PSD, emitir parecer favorável à aprovação das Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 2008 nas áreas de competência da Comissão.

Anexam-se a este documento os relatórios e pareceres das Comissões Permanentes da Assembleia, bem como os pareceres recebidos na Assembleia emitidos pelas seguintes entidades:

- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional;
- Câmara do Comércio e Indústria dos Açores;
- Associação dos Industriais de Construção e Obras Públicas dos Açores (AICOPA);
- Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens;
- Universidade dos Açores;

- Associações de Defesa do Ambiente;
- Conselho de Ilha de Sta. Maria;
- Conselho de Ilha da Terceira;
- Conselho de Ilha da Graciosa;
- Conselho de Ilha de S. Jorge;
- Conselho de Ilha do Pico;
- Conselho de Ilha do Faial;
- Conselho de Ilha do Corvo.

## **CAPÍTULO I**

### **APRECIACÃO E PARECER SOBRE O PLANO REGIONAL PARA 2008**

#### **1. ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A Proposta em análise tem enquadramento jurídico na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa que confere à Região Autónoma dos Açores o poder de aprovar o Plano e Orçamento Regional e de acordo com as alíneas b) e c) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o Plano Regional, discriminado por programas de investimento, e o Orçamento Regional discriminado por despesas e receitas, incluindo os dos fundos autónomos regionais e os programas de investimento de cada Secretaria Regional.

#### **2. CONCLUSÃO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE PLANO REGIONAL PARA 2008**

O investimento público previsto para o ano de 2008 ascende a 692,1 milhões de euros, dos quais 439,5 milhões são da responsabilidade directa dos departamentos governamentais, sendo a parcela restante financiada por outros fundos regionais, nacionais e comunitários.



Na programação deste Plano Anual, que encerra o ciclo de programação traçado para o quadriénio 2005-2008, incluem-se, não só acções promovidas directamente pelos departamentos da administração regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respectivas tutelas governamentais, promovem projectos de investimentos estratégicos, no quadro da política de desenvolvimento em curso.

Na dotação financeira para os Grandes Objectivos de Desenvolvimento do Plano de 2008, verifica-se que o objectivo “aumentar a produtividade e a competitividade da economia” é o vector com dotação mais significativa, apresentando um peso de 34,9% do Plano, seguida do objectivo “Incrementar o ordenamento territorial e a eficiência das redes estruturantes”, com 30,5%. Em terceiro lugar, aparece o objectivo “qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento” (22,4%), seguida do objectivo “reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades” (10,4%). Em quinto lugar, surge o objectivo “afirmar os sistemas autonómico e da gestão pública” (1,7%).

Para o objectivo “Qualificar os Recursos, Potenciando a Sociedade do Conhecimento” estão previstos 6 programas, cujo conteúdo é o seguinte: desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema de ensino; desenvolvimento da actividade científica e tecnológica; juventude, trabalho e qualificação profissional; património e actividades culturais; desenvolvimento desportivo; apoio aos media. Para estes Programas o Plano de 2008 prevê um investimento público de 155.209.956 euros, sendo 85.413.441 do Plano e 69.796.545 de Outros Fundos.

No objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia” foram definidos 9 Programas com o seguinte conteúdo: fomento agrícola; apoio à transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários; diversificação agrícola; desenvolvimento florestal; modernização das Infra-estruturas e de

actividade da pesca; desenvolvimento do turismo; desenvolvimento industrial; desenvolvimento do comércio e exportação; promoção do investimento e da coesão. Estes programas têm uma dotação prevista no Plano de 2008 de 241.869.149 euros de investimento público total, sendo 145.036.000 do Plano e 96.833.149 de Outros Fundos.

Relativamente ao objectivo “Reforçar a Coesão e a Igualdade de Oportunidades” prevê-se 4 Programas que têm por base o seguinte: desenvolvimento das infra-estruturas e do sistema de saúde; desenvolvimento do sistema de solidariedade social; habitação; protecção civil. Para estes Programas está previsto um investimento público no montante 72.322.965 euros, sendo 59.432.004 do Plano e 12.890.961 de Outros Fundos.

No que toca ao objectivo “Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes” prevê-se a implementação de 6 Programas que dizem respeito ao ordenamento do território e qualidade ambiental, aos equipamentos públicos, sistemas de informação e formação, à construção e reabilitação de estradas regionais e de edifícios públicos, à consolidação e modernização dos transportes marítimos, ao desenvolvimento dos transportes aéreos e à consolidação e modernização do sector energético. Para estes Programas estima-se um investimento público de 211.342.411 euros, dos quais 138.209.750 serão do Plano e 73.132.661 de Outros Fundos.

O último objectivo “Afirmar os Sistemas Autónimo e da Gestão Pública” conta com 3 Programas a saber: administração regional e local; planeamento e finanças; cooperação externa. O investimento público previsto para estes programas é de 11.448.407 euros, cujas verbas provêm integralmente do Plano.

Em termos de adequabilidade dos programas face às grandes linhas de orientação definida pelo IX Governo Regional constata-se que existe coerência.

Pelo exposto, concluímos que o Plano para 2008 integra de forma pormenorizada os investimentos a realizar pelo Governo Regional concretizando um conjunto de objectivos definidos no Programa do IX Governo Regional e seguindo os eixos prioritários definidos nos Grandes Objectivos de Desenvolvimento previstos nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008.

Após a análise da Proposta de Plano para 2008, tendo em conta as audições dos senhores Secretários Regionais e os relatórios e pareceres das restantes comissões permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Economia deliberou dar parecer favorável, por maioria, à Proposta de Plano Regional para 2008, com os votos a favor dos Deputados do PS e a abstenção dos Deputados do PSD que reservaram a sua posição final para o Plenário.

## **CAPÍTULO II**

### **APRECIÇÃO E PARECER**

#### **SOBRE O ORÇAMENTO REGIONAL PARA 2008**

A Proposta de Orçamento para 2008 observa o princípio do equilíbrio orçamental tal como se encontra definido no artigo 4.º da Lei 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efectivas cobrem a totalidade das despesas efectivas, e foi elaborado no âmbito do disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e segue os critérios e métodos utilizados nos últimos anos, ajustados, à nova realidade financeira decorrente da aplicação dos novos critérios de determinação das transferências financeiras previstos na revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

A Proposta de Orçamento para 2008, apresentada pelo Governo Regional à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, atinge o valor de 1.424,2 milhões de euros, dos quais, 316,7 milhões de euros, respeitam a contas de ordem.

A receita global prevista para 2008, sem contas de ordem, atinge o valor global de 1.107,5 milhões de euros, sendo as receitas efectivas no montante 1.016,3 milhões, mais 81 milhões de euros do que o correspondente valor do corrente ano, o que traduz um acréscimo de 8,7%.

As três principais fontes de financiamento do orçamento regional são as receitas próprias, as transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia. As receitas próprias constituem a principal fonte de financiamento do orçamento, representando, em 2008, 54,2% do total das receitas efectivas, registando-se uma ligeira subida de 0,2% pontos percentuais relativamente ao ano anterior, apresentando uma taxa de crescimento de 9,2%, relativamente ao valor orçamentado em 2007. As transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia representam, para 2008, um peso de 35,7% e de 10,1% respectivamente.

O valor global das Contas de Ordem é de 316,7 milhões de euros, mais 20,3% do que o valor orçamentado no corrente ano

Quanto ao valor da despesa prevista para o ano de 2008 atinge, sem contas de ordem, 1 107,5 milhões de euros. As Despesas Correntes representam 42,4% da despesa global, seguindo-se as Despesas do Plano, com 33,4% e as Despesas de Capital, 0,1%.

As Despesas Correntes ascendem a 558,4 milhões de euros, sendo que as Despesas com Pessoal (278,4 milhões de euros) e as Transferências Correntes (240,1 milhões de euros), representam, no seu conjunto, 93% daquele valor. As Despesas com Pessoal apresentam uma taxa de crescimento de 1,9% em relação ao ano de 2007.

As Despesas de Capital assumem o valor de 1,6 milhões de euros, menos 8,1% do que o valor orçamentado no do corrente ano.

As despesas de investimento inscritas no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para 2008, atingem o valor global de 439,5 milhões de euros, mais 16,4% do que o montante previsto para 2007.

A proposta de Orçamento não prevê qualquer aumento do endividamento líquido da Região, sendo nulas as necessidades líquidas do seu financiamento, não obstante a possibilidade de recurso à contracção de novos empréstimos, prevista no n.º 2 do artigo 114.º da proposta de Orçamento de Estado para 2008.

A análise pormenorizada do Orçamento Regional para 2008 encontra-se no relatório da Comissão de Economia que segue anexo a este.

Esta proposta de Orçamento dá cobertura aos Grandes Objectivos de Desenvolvimento previstos nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e prossegue a política orçamental levado a cabo nos últimos anos.

Pelo exposto, a Comissão de Economia deliberou dar parecer favorável, por maioria, à Proposta de Orçamento para 2008, com os votos favoráveis dos Deputados do PS e a abstenção dos Deputados do PSD que reservaram a posição final para o Plenário.

### **CAPÍTULO III**

#### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA PARA 2008**

##### **1. PRINCÍPIOS GERAIS**

As regras referentes ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores, os procedimentos para a sua elaboração, discussão, aprovação, alteração e fiscalização e a responsabilidade orçamental obedecem ao disposto na Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro.

O conteúdo do articulado da proposta de decreto legislativo regional deve, conforme o art.º 11.º conter:

- a) As condições de aprovação dos mapas orçamentais e as normas necessárias para orientar a execução orçamental;
- b) A indicação do montante das transferências provenientes do Estado ou de fundos comunitários, com a excepção de eventuais vinculações a que estejam sujeitos;
- c) O montante e as condições gerais de recursos ao crédito público;
- d) A indicação do limite dos avales a conceder pelo Governo Regional durante o exercício orçamental;
- e) O montante de empréstimos a conceder e de outras operações activas a realizar pela Região, incluindo os fundos e serviços autónomos;
- f) Todas as outras medidas que se revelem indispensáveis à correcta gestão orçamental da Região para o ano económico a que o orçamento se destina.

## 2. ANÁLISE DA PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

O articulado da proposta de Orçamento para o ano 2008 cumpre o disposto no art.º 11.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro.

Destaca-se:

No artigo 21.º da Proposta cumpre-se o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de Janeiro (adaptação do sistema fiscal nacional), quando consagra que anualmente, no Decreto Legislativo Regional que aprova o Orçamento serão determinados, entre os sectores estratégicos da economia da Região Autónoma dos Açores, os lucros comerciais, industriais e agrícolas beneficiários da dedução à colecta.

No artigo 22.º da Proposta cumpre-se o disposto no n.º 4 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de Janeiro, quando consagra que para efeitos do disposto no artigo 49.ºA do Estatuto dos Benefícios Fiscais e por força da remissão constante do n.º 5 do artigo 37.º da Lei n.º 13/97, de 24 de Fevereiro, são considerados relevantes os projectos de investimento em unidades produtivas em valor a fixar anualmente no decreto legislativo regional que aprova o Orçamento, ou que, não atingindo aquele valor, tenham reconhecida e notória relevância estratégica para a economia regional. Neste artigo é apresentado um limite diferenciado para os projectos de investimentos para ilhas do Corvo, Flores, S. Jorge, Graciosa e S. Maria.

Comparativamente ao Decreto Legislativo n.º 1/2007/A, de 23 de Janeiro, que aprovou o Orçamento da Região para o presente ano, observa-se que a presente proposta não contém as matérias relativas aos descongelamentos para a admissão de pessoal e quadros regionais de ilha e centrais de serviços. Relativamente às despesas com deslocações ao estrangeiro verifica-se uma alteração no sentido destas serem reduzidas no montante de 5% em cada organismo e no que concerne ao recurso a consultorias externas não poderá haver qualquer aumento.

A Comissão de Economia deliberou dar parecer favorável, por maioria, à Proposta de Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2008, com os votos favoráveis dos Deputados do PS e a abstenção dos Deputados do PSD, que reservaram a sua posição final para o Plenário.

Ponta Delgada, 20 de Novembro de 2008

**O Relator,** *Henrique Correia Ventura*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**Presidente,** *José de Sousa Rego*

—

# **RELATÓRIO E PARECER SOBRE A CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES RELATIVA AO ANO DE 2005**

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 20 de Novembro de 2007 na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada a fim de analisar e dar parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2005, tendo em consideração o respectivo parecer emitido pela Secção Regional do Tribunal de Contas dos Açores e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

## *Capítulo I*

### *Enquadramento Jurídico*

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do artigo 32.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

## *Capítulo II*

### *Apreciação na Generalidade e na Especialidade*

#### 1. APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

- a) Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução de 30 de Novembro de 2006, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2005;



- b) A referida Conta, teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2005 aprovado pelo DLR n.º 8/2005/A, de 20 de Maio e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2005 de 17 de Junho;
- c) A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2005 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução de 30 de Novembro de 2006, tendo sido remetido à Comissão de Economia o parecer do Tribunal de Contas em 15 de Junho de 2007, e os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do relatório e parecer.

## 2) APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE

### *a) Receita*

A Receita total, em 2005, atingiu o valor de 1.138 milhões de euros, com uma taxa de execução de 96,3% (mais 50,3 milhões de euros do que o ano anterior).

Excluindo as Contas de Ordem (303 milhões de euros), obtém-se uma taxa de execução de 97,9%, correspondente aos 835 milhões de euros arrecadados (mais 80,5 milhões de euros do que no ano anterior).

Quadro I – Resumo da Receita Orçamentada e Cobrada - 2005

DESIGNAÇÃO RECEITA	Rec. Orçamentada		Rec. Cobrada		Desvio Absoluto	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		%
Receita Corrente	581.032.500	49,2	589.699.675,21	51,8	8.667.175,21	101,5
Receita Capital	271.621.080	23,0	245.039.940,30	21,6	-	90,2
					26.581.139,70	

<b>Sub – Total</b>	<b>852.653.580</b>	<b>72,2</b>	<b>834.739.615,51</b>	<b>73,4</b>	<b>-</b>	<b>97,9</b>
Contas de Ordem	328.601.989	27,8	302.846.442,36	26,6	-	92,2
<b>Total</b>	<b>1.181.255.569</b>	<b>100</b>	<b>1.137.586.057,87</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>96,3</b>

A Receita cobrada divide-se em Receitas Correntes (51,8%) Receitas de Capital (21,6%) Contas de Ordem (26,6%).

A Receita Corrente, no valor de 589,6 milhões de euros, com uma execução de 101,5%, excedeu a previsão em 8,6 milhões de euros. Esta execução ficou a dever-se, nomeadamente, à arrecadação, em valor superior ao previsto, de Impostos Directos (mais 9,7 milhões de euros), de Taxas, Multas e Outras Penalidades (mais 2 milhões de euros). Por outro lado, foram arrecadados menos 3,8 milhões de euros, do que o previsto, de Impostos Indirectos.

A Receita de Capital, com 245 milhões de euros e uma execução de 90,2%, ficou aquém do previsto, devido à não concretização da totalidade das transferências do OE (menos 10,4 milhões de euros) e da UE (menos 4,9 milhões de euros) e da alienação de Partes Sociais de Empresas (menos 10 milhões de euros).

As Contas de Ordem, com 302,8 milhões de euros e uma execução de 92,2% ficaram aquém do previsto em 25,8 milhões de euros.

No quadro II apresenta-se a estrutura dos principais capítulos da receita orçamentada e cobrada, sem contas de ordem, e as correspondentes taxas de execução.

Quadro II – Execução Orçamental da Receita

<b>Ca p.</b>	<b>Designação da Receita</b>	<b>Rec. Orçamentada</b>	<b>Rec. Cobrada</b>	<b>Desvio Absoluto</b>	<b>Taxa de</b>
--------------	------------------------------	-------------------------	---------------------	------------------------	----------------

		Valor	%	Valor	%		Execuç ão
	<b>1 - Receita Corrente</b>	<b>581.032.500,00</b>	<b>68,1</b>	<b>589.699.675,21</b>	<b>70,6</b>	<b>8.667.175,21</b>	<b>101,5</b>
01	Impostos Directos	149.500,00	17,5	159.215,00	19,1	9.715.001,33	106,5
02	Impostos Indirectos	347.465,00	40,8	343.615,65	41,2	3.849.341,79	98,9
03	Taxas, multas e outras penalidades	1.800.000,00	0,2	3.868.393,70	0,5	2.068.393,70	214,9
04	Rendimentos de propriedade	625.000,00	0,1	1.458.882,92	0,2	833.882,92	233,4
05	Transferências	77.802.500,00	9,1	77.802.500,00	9,3	0,00	100,0
06	Venda de bens e serviços correntes	490.000,00	0,1	386.969,22	0,0	103.030,78	79,0
07	Outras receitas correntes	450.000,00	0,1	455.642,52	0,1	5.642,52	101,3
08	Contrib.Seg.Social	2.900.000,00	0,3	2.896.627,31	0,3	-3.372,69	99,9
	<b>2 - Receita Capital</b>	<b>271.621.080,00</b>	<b>31,9</b>	<b>245.039.940,30</b>	<b>29,4</b>	<b>26.581.139,70</b>	<b>90,2</b>
09	Venda de bens de investimento	455.000,00	0,1	96.168,18	0,0	358.831,82	21,1
10	Transferências	197.086,50	23,1	181.655,93	21,8	15.430.562,56	92,2
11	Activos financeiros	49.225.000,00	5,8	38.787.811,21	4,6	10.437.188	78,8

						,79	
12	Passivos financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
13	Outras receitas capital	200.000,00	0,0	178.173,94	0,0	-21.826,06	89,1
	Reposições n/ Abatidas	2.654.580,0		2.321.849,5		-	
14	Pagamento	0	0,3	3	0,3	332.730,47	87,5
		22.621.080,		22.000,000,			
15	Saldo da Gerência anterior	00	2,6	00	2,6	0,00	100,0
		<b>852.653.58</b>	<b>100</b>	<b>834.739.61</b>	<b>100</b>	<b>17.913.964</b>	<b>-</b>
	<b>Total (=1+2)</b>	<b>0,00</b>	<b>,0</b>	<b>5,51</b>	<b>,0</b>	<b>,49</b>	<b>97,9</b>

Excluindo as Contas de Ordem, a Receita da RAA é composta por: Receita Fiscal (60,3%), Transferências (31,1%), Activos Financeiros (4,6%), Saldo da Gerência Anterior (2,6%) e Outras Receitas (1,4%).

A Receita Fiscal, no valor de 502,8 milhões de euros, inclui os Impostos Indirectos (68,3%) e Impostos Directos (31,7%).

Os Impostos Directos, no valor de 159,2 milhões de euros, constituídos, predominantemente, por IRS (73,2%) e IRC (26,6%), atingiram, respectivamente, as taxas de execução de 101,1% e 125,3%.

Os Impostos Indirectos, num total de 343,6 milhões de euros, atingiram uma execução de 98,9%.

As Transferências num total de 259,4 milhões de euros, com uma execução de 94,4%, tiveram origem no Orçamento de Estado (89,4%) e na União Europeia (10,6%).

As Transferências do Orçamento do Estado, no montante de 232 milhões de euros, atingiram uma execução de 95,7%, devido a uma quebra de 10,4 milhões de euros, face ao previsto.

Transferências da União Europeia, no montante de 27,4 milhões de euros, atingiram um a execução de 84,6%, devido a uma quebra de 5 milhões de euros, face ao previsto.

A Receita Própria, num total de 553,2 milhões de euros, atingiu uma execução orçamental de 99,6%, sendo responsável por 66,3% da Receita Total, sem Contas de Ordem. Esta receita sofreu um aumento de 56 milhões de euro, em relação ao ano de 2004.

A Receita Corrente continua a ser a principal componente, com cerca de 71% da Receita Total, sem Contas de Ordem.

#### *b) Despesa*

A despesa global, no valor de 1.137,6 milhões de euros corresponde a uma execução de 96,3% do previsto.

A despesa excluindo as Contas de Ordem, soma 822,5 milhões de euros, teve uma taxa de execução de 96,5% ficando aquém da Receita em 12,1 milhões euros.

### **Quadro I– Resumo da Despesa Orçamentada e Paga**

Unid: Euros

Designação da Despesa	Desp. Orçamentada		Desp. Paga		Desvio Absoluto	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesa Corrente	529.082.948,00	44,8	515.933.321,89	45,4	-13.149.626,11	97,5
Despesa Capital	3.541.162,00	0,3	3.251.445,09	0,3	-289.716,91	91,8
Despesas do Plano	320.029.470,00	27,1	303.370.305,08	26,7	-16.659.164,92	94,8
<b>Sub total</b>	<b>852.653.580,00</b>	<b>72,2</b>	<b>822.555.072,06</b>	<b>72,3</b>	<b>-30.098.507,94</b>	<b>96,5</b>
Contas de Ordem	328.601.989,00	27,8	315.087.307,76	27,7	-13.514.681,24	95,9
<b>Total</b>	<b>1.181.255.569,00</b>	<b>100,0</b>	<b>1.137.642.379,82</b>	<b>100,0</b>	<b>-43.613.189,18</b>	<b><u>96,3</u></b>

A Despesa Corrente, com 515,9 milhões de euros representa 45,4% da Despesa inscrita na CRAA e teve uma execução de 97,5%.

A Despesa de Capital com 3,2 milhões de euros representa 0,3% da Despesa total da RAA e atingiu uma execução de 91,8%.

O Plano de Investimentos, com 303,3 milhões de euros, 26,7% do total, teve uma execução financeira de 94,8%.

As Contas de Ordem, com um montante de 315 milhões de euros tiveram uma execução de 95,9% e representaram 27,7% do ORAA.

As Despesas sem Contas de Ordem são compostas, basicamente, pelas despesas do Plano com 36,9%, Despesas com o Pessoal com 31,8% e Transferências Correntes com 26,7%.

### **Quadro II Despesa por classificação Económica**

<b>Cap.</b>	<b>Designação da Despesa</b>	<b>Pagamentos</b>	
		<b>Valor</b>	<b>%</b>
	<b>1 - Despesas Correntes</b>	<b>515.933.321,89</b>	<b>62,7</b>
01	Despesa com pessoal	261.783.577,17	31,8
02	Aquis. Bens/serviços correntes	17.068.353,36	2,1
03	Encargos correntes da dívida	7.164.261,26	0,9
04	Transferências correntes	219.472.564,30	26,7
05	Subsídios	0,00	0,0
06	Outras Despesas Correntes	10.444.565,80	1,3
	<b>2 - Despesa de capital</b>	<b>3.251.445,09</b>	<b>0,4</b>
07	Aquis. Bens de Capital	1.324.934,09	0,2
08	Transferências de Capital	1.623.831,00	0,2

09	Activos financeiros	0	0,0
10	Passivos Financeiros	0	0,0
11	<u>Outras Despesas de</u> <u>Capital</u>	302.680,00	0,0
	<b>3- Despesas do Plano</b>	<b>303.370.305,08</b>	<b>36,9</b>
	<b>TOTAL (1+2+3)</b>	<b>822.555.072,06</b>	<b>100,0</b>

A desagregação funcional da Despesa permite aferir que as Funções Sociais 525,1 milhões de euros agregam a maior parte dos gastos da Administração Regional (46,2%), ao integrarem as verbas da Educação (19,7%) e a Saúde (17%).

As Funções Económicas com 308,5 milhões de euros representam 27,1% e estão afectas, em grande parte, à SRE (36,6%), à SRAF (27%) e à VPGR (20,6%).

As Funções Gerais de Soberania com 258,7 milhões de euros, 22,7% do total, compreendem os Serviços Gerais da Administração Pública, sendo, maioritariamente, da responsabilidade da VPGR com 87,2%.

### *c) Subsídios*

No decurso do ano de 2005, o montante de subsídios atribuídos pela Administração Regional ascendeu a 144,9 milhões de euros, dos quais, 94,4 milhões foram concedidos por Secretarias Regionais (Administração Directa) e 50,5 milhões (41%) por Fundos e Serviços Autónomos (Administração Indirecta).

Os subsídios a fundo perdido totalizam 141,7 milhões de euros (97,7%), enquanto os reembolsáveis somam 3,2 milhões de euros (2,3%).



## APOIOS FINANCEIROS

Designação	Não Reembolsáveis	Activos Financeiros	TOTAL	
SRE	51.578.614,61	2.536.750,00	<b>54.115.364,61</b>	
SRAS	19.901.856,96	0,00	<b>19.901.856,96</b>	
SREC	22.979.239,20	99.529,92	<b>23.078.769,12</b>	
SRAF	13.851.281,29	638.663,00	<b>14.489.944,29</b>	
SRHE	18.152.077,30	0,00	<b>18.152.077,30</b>	
SRAM	9.512.983,10	0,00	<b>9.512.983,10</b>	
PGR	4.276.135,14	0,00	<b>4.276.135,14</b>	
VPG	1.448.513,35	0,00	<b>1.448.513,35</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>141.700.700,95</b>	<b>3.274.942,92</b>	<b>144.975.643,87</b>
	<b>%</b>	<b>97,7</b>	<b>2,3</b>	<b>100,0</b>

Dos apoios financeiros, da responsabilidade dos Departamentos Governamentais – 94,4 milhões de euros, a SRE com 23,6 milhões foi a mais representativa, cerca de 25% do total da Administração Directa, seguindo-se a SRAS, com 19,9 milhões de euros e a SREC, com 17,8 milhões de euros.

Os subsídios reembolsáveis são atribuídos por tranches definidas em contratos celebrados entre os beneficiários e a RAA. Estes contratos fixam os montantes e as datas das transferências de fundos a realizar pela RAA, assim como os montantes e datas dos reembolsos a efectuar pelos beneficiários.

Os apoios reembolsáveis atribuídos pela SRE, no montante de 2,5 milhões de euros, resultam de aumentos de capital/participações sociais.

#### d) Investimentos do Plano

O valor global do Investimento Público previsto e realizado pela Administração Regional, em 2005, num total de 443,4 milhões de euros, com uma intervenção dos departamentos governamentais de 68,4% – 303,4 milhões de euros e das outras entidades públicas de 31,6% – 140 milhões de euros.

As fontes de financiamento do Plano tiveram como suporte as Transferências de Capital do OE (232 milhões de euros - 76,5%), as Transferências da UE (27,5 milhões de euros – 9,0%), de Activos Financeiros (36,9 milhões de euros – 12,2%) e, ainda, a utilização de Receitas Próprias (Saldo de Funcionamento – 7 milhões de euros – 2,3%).

O Plano que integrava, inicialmente, 30 Programas, 106 Projectos e 481 Acções, da responsabilidade dos diferentes departamentos governamentais, à qual foi afectada uma verba de mais de 320 milhões de euros, ascendendo o despendido a cerca de 303,4 milhões de euros, alcançando, assim, uma taxa de execução de 94,8%.

Dos 106 Projectos e das 467 Acções inscritas no Plano (revisto), não tiveram qualquer execução 1 Projecto e 10 Acções, com dotações na ordem dos 46,8 mil de euros, e 254,5 mil euros, respectivamente.

Ao nível das Áreas de Intervenção, destacam-se as despesas efectuadas na Agricultura (17%), no Sector Público Empresarial (12%), na Educação (9%) e nos Transportes Marítimos e Aéreos (8%).

A taxa de execução foi, na generalidade, superior a 90%, excepto em Cultura e Calamidades, que registaram índices de 78,6% e 70,5%, respectivamente.

Relativamente ao último quadriénio, o ano de 2005 destaca-se tanto pelo nível de execução alcançado – 94,8%, como pelo volume de recursos financeiros aplicados – 303,4 de euros (mais 77 milhões de euros do que em 2004).

#### e) Dívida pública

No final de 2005, a dívida da Região totaliza 562,7 milhões de euros. Este valor agrega a dívida da administração directa, com 290,2 milhões de euros e a da administração indirecta com 272,5 milhões de euros. A Região era, ainda, responsável por avales concedidos, num total de 400,4 milhões de euros.

A Dívida da RAA, em 2005, decompõe-se em duas parcelas:

Dívida da Administração Directa, com 290,2 milhões de euros, que decresceu 8,3%, relativamente a 2004, devido à redução dos encargos assumidos e não pagos;

Dívida da Administração Indirecta, com 272,5 milhões de euros, que representa mais 24,4% do que em 2004, formada, essencialmente, pela dívida ao SRS (270,7 milhões de euros, mais 29,4% do que 2004). Os restantes 1,8 milhões de euros, pertencem aos FSA (menos 81,5% do que em 2004).

#### **Dívida por Serviços – 31/12/2005**

**Unid. Euro**

<b>TIPO DE DÍVIDA</b>	<b>RAA</b>	<b>SRS</b>	<b>FSA</b>
<b>Dívida Directa</b>	<b>275.030.937,76</b>	-	-
Bancária	275.030.937,76	-	-
<b>Enc.Ass. n/ Pagos</b>	<b>15.197.872,22</b>	<b>270.672.036,60</b>	<b>1.827.710,91</b>
Fornecedores	10.135.819,22	30.297.119,15	1.764.626,94

Factoring	-	80.377.917,47	-
Sector P. Empresarial	5.062.053,00	159.996.999,98	63.083,97
<b>Total</b>	<b>290.228,80998</b>	<b>270.672.036,60</b>	<b>1.827.710,91</b>
<b>Dívida Indirecta</b>	<b>400.380.113,60</b>	-	-
Avaes	400.380.113,60	-	-

A dívida bancária, principal parcela, com 275 milhões de euros, decresceu 0,9% face a 2004, devido à extinção da componente dos FSA (quase 2,5 milhões de euros).

Os encargos decorrentes da dívida aproximaram-se dos 7,2 milhões de euros, cumprindo o limite de 25% das Receitas Correntes. O total destes encargos refere-se, exclusivamente, a juros, ficando 15% abaixo do previsto no ORAA.

#### f) Património

No final do ano, o património físico inventariável apresentava um valor actualizado de 62,6 milhões de euros, mais 5,5 milhões de euros do que o existente no início do ano.

A afectação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional.

### Quadro – Relação de Bens Patrimoniais em 2005

unid.: euro

Bens	Valores Apresentados na Conta				
	Em1/Jan.200 5	Abates (2)	Aquisições (3)	Ajustament o (4)	Em 31/Dez. (5) = (1) + (2) + (3) + (4)

		-			
		102.434,4	2.875.018,7		
Móveis	24.149.796,81	4	8	0,00	<b>26.922.381,15</b>
Imóveis	26.466.936,41	0,00	3.779.221,7	-62.380,66	<b>30.183.777,45</b>
Semoventes	6.512.531,63	15.344,59	806.450,42	1.746.385,41	<b>5.557.252,05</b>
<b>Totais</b>	<b>57.129.264,85</b>	<b>117.779,0</b>	<b>7.460.690,9</b>	<b>-</b>	<b>62.663.410,65</b>

As participações da Região Autónoma dos Açores ascendiam a 116,3 milhões de euros (mais 15% que em 2004), sendo a EDA (35,07 milhões), a PA (33,5 milhões) a SATA Air Açores (16,8 milhões), o Teatro Micaelense (10,3 milhões), a SPRHI (7,9 milhões) Lotaçor (4,5 milhões) a Verdegolf (3,5 milhões) e as Ilhas de Valor (2,4 milhões) as mais significativas, representando, no seu conjunto, 98% do total.

#### g) Fluxos Financeiros entre ORAA e o SPER

A RAA, incluindo os FSA, transferiram para o SPER, a título de indemnizações compensatórias, protocolos de colaboração, subsídios e aumentos de capital social, 284,5 milhões de euros, enquanto os fluxos financeiros transferidos do SPER para ORAA totalizavam 37,1 milhões de euros.

Do ORAA foram transferidos 265,9 milhões de euros, o que equivale a 32,3% da Despesa. Dos FSA foram transferidos 18,6 milhões de euros.

Do montante transferido pelo ORAA, 177,8 milhões de euros foram pagos por Despesas de Funcionamento (34,2% destas Despesas) e 88,1 milhões de euros por Despesas do Plano de Investimentos (29,0% destas Despesas).

#### h) Fluxos Financeiros com a União Europeia

O ORAA previa receber da UE cerca de 180,9 milhões de euros, tendo sido concretizado 149,2 milhões de euros (execução de 82%). Do total contabilizado, 27,5 milhões destinaram-se ao Plano de Investimentos e 121,7 milhões foram para Receitas Consignadas.

As verbas recebidas da UE equivalem, em termos de peso relativo, a 13% do total de Receita (1.137,6 milhões de euros).

O FEDER continua a ser o fundo estrutural com maior peso nas Transferências da UE para a RAA 39%, seguido pelo FEOGA – Orientação e Garantia, com uma representação de 36%.

#### i) Segurança Social

Na Região, o sistema de Segurança Social é descentralizado, mas não regionalizado na sua vertente financeira, pelo que os descontos efectuados na Região não são receita desta, mas sim do Estado.

A Administração Regional contribuiu, financeiramente, para o sistema de Segurança Social, com 10,3 milhões de euros, repartidos por funcionamento (3 milhões) e investimentos inscritos no Plano (7,2 milhões).

As Despesas de funcionamento da Direcção Regional da Solidariedade Social transferidos para os três Institutos que integram a Segurança Social Regional (2 milhões de euros), com destaque para o IAS com 1,8 milhões de euros (68,2%).

### 3. Recomendações e conclusões

Tendo em vista a correcção de alguns procedimentos considerados pelo Tribunal de Contas como menos correctos, o referido organismo emite as seguintes recomendações:

1. A proposta de Orçamento deverá referir os subsídios regionais e os critérios de atribuição.
2. Reformular o actual sistema de “Tesourarias”, uniformizando-o e apresentando os documentos que permitam a confirmação dos valores registados na Receita;
3. Aprovar legislação que regule a totalidade da atribuição de subsídios, tornando os sistemas mais transparentes, de forma a potenciar uma melhor aplicação dos dinheiros públicos;
4. Desenvolver mecanismos de controlo, que permitam um melhor e mais aprofundado acompanhamento da atribuição de dinheiros públicos;
5. Os apoios financeiros e as Despesas do Plano deverão respeitar o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos códigos de Classificação Económica das Receitas e das Despesas Públicas;
6. O Relatório de Execução do Plano deverá referenciar as fontes de financiamento, à semelhança do que já sucede com a Proposta. As verbas provenientes da UE, inscritas no Mapa I e o Mapa IX do ORAA, deverão ser coincidentes.
7. O Plano não deverá pagar despesas relacionadas com o funcionamento dos Serviços;

8. O Relatório de Execução do Plano deverá reflectir a aplicação das transferências e os efeitos no desenvolvimento económico e social da Região, com especial incidência para as destinadas ao SPER;
9. Regulamentar a fixação dos requisitos objectivos para o cálculo do limite máximo do endividamento indirecto acumulado, designadamente na concessão de avales;
10. A assunção de encargos assumidos e não pagos, sem cabimento orçamental, que se vem repetindo ao longo dos últimos anos, não deverá ocorrer em caso algum;
11. A CRAA deverá, também, conter informação que permita determinar o contributo da RAA no apuramento do défice do SPA (Sector Público Administrativo), de acordo com o SEC 95.
12. Identificar, na CRAA, os fluxos financeiros destinados às Empresas Públicas, participadas ou outras;
13. O Relatório da Conta deverá expressar, de forma objectiva e quantificada, o volume financeiro que, tendo origem no Orçamento Comunitário, se destina a apoiar a actividade económica regional, nas suas várias frentes;
14. As rubricas de Contas de Ordem não deverão possuir, em momento algum, saldos negativos.
15. Intensificar o sistema de controlo interno, nomeadamente, no âmbito do acompanhamento dos apoios atribuídos pela Administração Regional;
16. O Anexo 1 da CRAA, deverá apresentar a informação relativa aos apoios concedidos pela Administração Regional, devidamente organizada, evitando as sistemáticas dúvidas que se têm apresentado nos anteprojectos de relatório.
17. Os sistemas de incentivos deverão definir, de forma clara e quantificada, as respectivas metas, permitindo uma avaliação objectiva da eficácia e eficiência dos apoios concedidos.
18. O PRA e o Relatório de Execução e Avaliação Material e Financeira do Plano deverão identificar as outras entidades públicas envolvidas na execução do Investimento Público, a execução material dos Investimentos por elas realizados, assim como a origem dos fundos investidos.



19. Promover a inventariação e avaliação da situação patrimonial, permitindo a apresentação do Balanço do Património da Região.
20. A Receita proveniente da privatização do capital social das Empresas Públicas, deverá respeitar o determinado na Constituição da República e na Lei Quadro das Privatizações, devendo o Governo Regional Providenciar para a regularização das transferências efectuadas para a SATA Air Açores.
21. Controlar a evolução do endividamento do SPER, que regista um crescimento acentuado, em especial nas empresas financiadas pelo Orçamento da RAA.
22. Definir um critério coerente e uniforme do registo contabilístico dos fundos comunitários de modo a que os mesmos se encontrem devidamente reflectidos na CRAA.
23. Aplicar o POCP, nos actuais Serviços Simples, de modo a garantir-se a máxima eficácia e a melhor utilização dos recursos públicos.

Finalmente, cumpre a esta Comissão elencar as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas e acolhidas pela Administração Regional:

- 1- Desagregação das TOE, em receitas correntes e de capital, baseando-se em critérios objectivos e previamente definidos.
- 2- As dúvidas legais suscitadas no cálculo das Transferências do OE foram esclarecidas pelos poderes políticos competentes.
- 3- A Despesa escriturada na CRAA correspondeu aos pagamentos efectuados pelas Tesourarias Regionais.
- 4- A informação contida na CRAA expressou o valor dos encargos assumidos e não pagos pelos Serviços Simples da Administração Regional, fundamentando, objectivamente, as razões subjacentes.
- 5- Capítulo 40 – Despesas do Plano (acolhimento parcial):

a) A CRAA de 2005 apresenta, pela primeira vez, a especificação das despesas do Plano por rubrica de Classificação Económica ao nível da Acção.

b) Registou-se uma diminuição nas despesas contabilizadas no agrupamento económico 01 – Despesas com o Pessoal na ordem dos 8,5% (2004 – 2,8 milhões de euros – 1,2 e 2005 – 2,6 milhões – 0,9%)

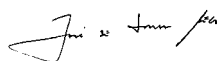
Ao presente relatório são anexados os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2005.

A Comissão de Economia entendeu, por maioria, com os votos a favor do Partido Socialista e a abstenção do Partido Social Democrata, que a Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2005 está em condições de ser aprovada pela Assembleia.

Ponta Delgada, 20 de Novembro de 2007.

**O Relator,** *Henrique Correia Ventura*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.



**Presidente,** *José de Sousa Rego*

---

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI QUE “TRANSPÕE PARA A ORDEM JURÍDICA INTERNA A DIRECTIVA N.º 2006/95/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 12 DE DEZEMBRO, RELATIVA À HARMONIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES DOS ESTADOS MEMBROS DO DOMÍNIO DO MATERIAL ELÉCTRICO DESTINADO A SER UTILIZADO DENTRO DE CERTOS LIMITES DE TENSÃO, E REVOGA O DECRETO-LEI N.º 117/88, DE 12 DE ABRIL”**

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 6 de Novembro de 2007, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa à harmonização das legislações dos Estados membros do domínio do material eléctrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão, e revoga o Decreto-Lei n.º 117/88, de 12 de Abril”

## **CAPÍTULO I**

### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto.

## **CAPÍTULO II**

### **APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE**

O presente projecto visa transpor para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro, relativa à harmonização das legislações dos Estados membros no domínio do equipamento eléctrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão.

O Decreto-Lei n.º 117/88, de 12 de Abril, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 73/23/CEE, do Conselho, de 19 de Fevereiro, estabelece os objectivos e condições de segurança a que deve obedecer, com as excepções nele indicadas, todo o equipamento eléctrico destinado a ser utilizado em instalações cuja tensão nominal

esteja compreendida entre 50V e 1000V em corrente alternada, ou entre 75V e 1500V em corrente contínua.

O Decreto-Lei n.º 139/95, de 14 de Junho, que transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 93/68/CEE do Conselho, de 22 de Julho, harmoniza as disposições relativas à aposição e utilização da marcação CE.

O presente projecto visa, por fim, a simplificação administrativa e legislativa, consolidando num único diploma toda a legislação sobre a matéria, tornando-se mais fácil a sua aplicação.

A Subcomissão entendeu, por unanimidade, nada ter a opor, na generalidade, ao presente projecto.

Para a especialidade os Deputados do Partido Socialista, apresentaram a seguinte proposta de alteração, que foi aprovada por unanimidade.

### **“Artigo 16.º**

#### **Regiões Autónomas**

**1 - A aplicação do presente diploma às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira faz-se sem prejuízo das competências cometidas aos respectivos órgãos de governo próprio.**

**2 – O produto das coimas cobradas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira constitui receita própria destas.”**

Ponta Delgada, 6 de Novembro de 2007.

**O Relator, *Henrique Ventura***

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

**O Presidente, *José de Sousa Rego***

---

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI QUE  
“PROCEDE À SEGUNDA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 154/2005,  
DE 6 DE SETEMBRO, TRANSPONDO PARA A ORDEM JURÍDICA  
INTERNA AS DIRECTIVAS N.ºS 2007/40/CE E 2007/41/CE, DA COMISSÃO,  
DE 28 DE JUNHO, RELATIVAS AO RECONHECIMENTO DE ZONAS  
PROTEGIDAS NA COMUNIDADE EXPOSTAS A RISCOS  
FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS – MADRP”**

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 13 de Novembro de 2007, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.ºs 2007/40/CE e 2007/41/CE, da Comissão, de 28 de Junho, relativas ao reconhecimento de zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos”.

**CAPÍTULO I  
ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto.

**CAPÍTULO II  
APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE**

O presente projecto visa transpor para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/40/CE, da Comissão, de 28 de Junho, que altera a Directiva n.º 2001/32/CE, da Comissão, de 8 de Maio, com a última redacção dada pela Directiva n.º 2006/36/CE, da Comissão, de 24 de Março e a Directiva n.º 2007/41/CE, da Comissão, de 28 de Junho, que altera os anexos II, IV e V da Directiva n.º 2009/29/CE, do Conselho, de 8 de Maio, com a última redacção dada pela Directiva n.º 2006/35/CE, da Comissão, de 24 de Março.

O Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro transpõe para a ordem jurídica interna directivas comunitárias relativas às medidas de protecção fitossanitária destinada a evitar a introdução e dispersão de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais na Comunidade e o reconhecimento de zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos, e respectivas alterações.

O presente projecto transpondo as directivas comunitárias de 2007 actualiza o regime de reconhecimento de zonas protegidas expostas a riscos fitossanitários específicos, pelo que são introduzidas alterações aos anexos II, IV, V e VI do Decreto – Lei n.º 154/2005, de 6 de Setembro.

Visa, finalmente, alterar os artigos 5.º e 6.º do mesmo Decreto-Lei, no que diz respeito à identificação dos Inspectores fitossanitários, suas responsabilidades e prerrogativas de actuação.

A Comissão entendeu, por unanimidade, nada ter a opor ao presente projecto.

Ponta Delgada, 13 de Novembro de 2007

**O Relator**, *Henrique Ventura*

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

**O Presidente**, *José de Sousa Rego*

---

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI QUE "ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS EM AÇO UTILIZADOS COMO ARMADURAS EM BETÃO, PARA EFEITOS DA SUA IMPORTAÇÃO OU COLOCAÇÃO NO MERCADO, E REVOGA O DECRETO-LEI N.2 128/99, DE 21 DE ABRIL"**

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 6 de Novembro de 2007, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "estabelece a obrigatoriedade de certificação dos produtos em aço utilizados como armaduras em betão, para efeitos da sua importação ou colocação no mercado, e revoga o Decreto-Lei n.º128/99, de 21 de Abril"

**CAPÍTULO I**  
**ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores - Lei n.º.61/98, de 27 de Agosto.

**CAPÍTULO II**  
**APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE**

O presente projecto visa estabelecer as condições a que deve obedecer a colocação no mercado ou a importação de aço para utilização em armaduras para betão armado, de modo a garantir a segurança e a satisfação das exigências essenciais dos edifícios e empreendimentos em que venham a ser aplicados.

O Decreto-Lei 113/93, de 10 de Abril, transpondo para o direito jurídico interno a Directiva n.º 89/106/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro, define os procedimentos a adoptar com vista a garantir que os produtos de construção sejam adequados ao fim a que se destinam e possam vir a ser colocados no mercado com a marcação CE.

O Decreto-Lei n.º 128/99, de 21 de Abril vem regulamentar a colocação no mercado de varões de aço laminados a quente, do tipo nervurado, utilizados como armaduras em betão armado, tornando obrigatória a sua certificação.

A experiência colhida com a aplicação deste Decreto-Lei aconselha, para benefício dos cidadãos e das empresas, que seja alargado o âmbito da obrigatoriedade de certificação a todos os produtos em aço utilizados como armaduras em betão armado.

A Subcomissão entendeu, por unanimidade, nada ter a opor, na generalidade, ao presente projecto.

Para a especialidade os Deputados do Partido Socialista, apresentaram a seguinte proposta de alteração, que foi aprovada por unanimidade.

## **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO**

### **"Artigo 16.º**

#### **Regiões Autónomas**

1 - A aplicação do presente diploma às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira faz-se sem prejuízo das competências cometidas aos respectivos órgãos de governo próprio.

2 - O produto das coimas cobradas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira constitui receita própria destas."

Ponta Delgada, 6 de Novembro de 2007

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

**O Relator,** *Henrique Ventura*

**O Presidente,** *José de Sousa Rego*



## RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE LEI 162/X/2007 QUE “APROVA O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2008”

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 6 de Novembro de 2007, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de apreciar e dar parecer sobre a Proposta de Lei 162/X que “aprova o Orçamento do Estado para 2008”.

### **CAPÍTULO I** **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto.

### **CAPÍTULO II** **APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE**

1. A presente Proposta de Lei visa proceder à aprovação do Orçamento do Estado para o ano de 2008.
2. Na apreciação da Proposta foi tido em conta o anexo de correcção de lapsos materiais enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 18 de Outubro de 2007.
3. No que concerne a matérias de interesse específico para a Região Autónoma dos Açores, salientam-se os seguintes aspectos da Proposta:

- 3.1. Capítulo II - Disciplina orçamental, no artigo 6.º “transferências orçamentais” prevê-se uma dotação de 4,5 milhões de euros, destinada a compartilhar os encargos com a reconstrução das habitações danificadas pelo sismo de 1998 das ilhas do Faial e Pico.
- 3.2. Capítulo VI – Impostos directos, no artigo 42.º a alteração prevista para n.º 5 do artigo 31.º do código do IRS, contempla a pretensão da Região da revisão do entendimento da administração fiscal, relativo ao coeficiente aplicável a subsídios aos agricultores (ajudas da PAC e do POSEI), no âmbito do regime simplificado de tributação. Assim, aos subsídios em causa passa a ser aplicado o coeficiente 0,20 e não o coeficiente de 0,65, como era entendimento da administração fiscal. O n.º 2 do artigo 44.º, por sua vez, assegura o carácter retroactivo a 2006.
- 3.3. Capítulo VIII – Impostos Especiais, “Imposto sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos” (ISP) a proposta contempla as taxas unitárias mínimas e máximas, aplicáveis na ilha de S. Miguel. Relativamente ao imposto sobre o tabaco, regista-se uma alteração no “elemento específico” aplicável na Região, o qual passa de 8,36 euros para 9,28 euros, verificando-se uma actualização de cerca de 11 % (igual à registada a nível nacional).
- 3.4. Capítulo XII – Disposições diversas com relevância tributária, o artigo 86.º prevê a não aplicação da Lei n.º 55/2007, de 31 de Agosto, que regula o financiamento da rede rodoviária nacional a cargo da EP – Estradas de Portugal E.P.E, às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
- 3.5. Capítulo XIV – Operações activas, regularizações e garantias do Estado, no Artigo 95.º Aquisição de activos e assunção de passivos e responsabilidades na sua alínea c) fica o Governo autorizado a regularizar as responsabilidades financeiras decorrentes das relações financeiras entre o Estado e as Regiões Autónomas, até ao montante de € 7 500 000, no âmbito da gestão flexível.
- 3.6. Capítulo XVI – Financiamento e transferências para as Regiões Autónomas, no Artigo 114.º “Necessidades de financiamento das Regiões Autónomas”, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não podem acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que

impliquem um aumento do seu endividamento líquido, com excepção dos empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projectos de participação de fundos comunitários.

No Artigo 115.º “Transferências orçamentais para as Regiões Autónomas”, nos termos dos artigos 37.º e 38.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, “Lei de Finanças das Regiões Autónomas”, prevê-se serem transferidas para a Região Autónoma dos Açores a verba de € 343 272 796, o que representa um acréscimo de 7,1 milhões de euros, relativamente ao correspondente valor do corrente ano, tendo o seu cálculo observado rigorosamente a referida Lei.

3.7. No PIDDAC para 2008 as verbas propostas não são suficientes para solucionar as carências em que se encontram instalados alguns serviços da administração central, todavia destacam-se os investimentos a realizar na Universidade dos Açores e no sistema prisional regional.

3.8. No que concerne à matéria da convergência do tarifário eléctrico da Região com o Continente, constata-se que a proposta não prevê qualquer dotação para suportar os encargos relativos ao ano de 2008 (5,9 milhões de euros), bem como os relativos a anos anteriores e ainda em dívida (24,4 milhões de euros) conforme consta do protocolo assinado entre o Governo da República, a EDA – Electricidade dos Açores, SA e o FRAE – Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas.

4. A Subcomissão tendo em conta as medidas estruturais que o Governo da República se propõe realizar com mais este Orçamento, no sentido de equilibrar as finanças públicas, **dá o seu parecer favorável por maioria à Proposta, com os votos a favor dos Deputados do Partido Socialista e os votos contra dos Deputados do Partido Social Democrata.**

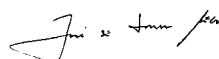
5. Os Deputados do Partido Social Democrata apresentaram a seguinte declaração de voto:

O Grupo Parlamentar do PSD vota contra, atendendo a que a consolidação orçamental continuará a ser feita essencialmente pela via da receita, com a despesa pública corrente primária a continuar em derrapagem, bem como pelo facto de o cenário macroeconómico associado se revelar francamente irrealista em muitos dos objectivos considerados e das premissas utilizadas.

O Grupo Parlamentar do PSD considera ainda que fica claro que o factor de previsibilidade que os governos da República e Regional entendiam estar associado à nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas não existe, já que ficaram evidentes diferentes entendimentos quanto às transferências para as Regiões Autónomas, com necessidade de introdução de uma correcção posterior aos valores considerados na proposta inicialmente apresentada. Por outro lado, a verba apontada no ponto 3.5 não assegura a cadência de regularização do contencioso no relacionamento financeiro entre a Região e a República, que havia sido publicitada aquando da apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 2007.

Ponta Delgada, 6 de Novembro de 2007

**O Relator,** *Henrique Correia Ventura*



O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**Presidente,** *José de Sousa Rego*

---

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI QUE  
“TRANSPÕE PARA A ORDEM JURÍDICA INTERNA A DIRECTIVA N.º  
2006/89/CE DA COMISSÃO, DE 3 DE NOVEMBRO, QUE ADAPTA PELA  
SEXTA VEZ AO PROGRESSO TÉCNICO A DIRECTIVA N.º 94/55/CE DO  
CONSELHO, DE 21 DE NOVEMBRO, RELATIVA À APROXIMAÇÃO DAS  
LEGISLAÇÕES DOS ESTADOS MEMBROS RESPEITANTES AO**

## **TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS PERIGOSAS, E, AINDA, ALTERA PELA PRIMEIRA VEZ O DECRETO-LEI N.º 170-A/2007, DE 4 DE MAIO, E O REGULAMENTO NACIONAL DO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS POR ESTRADA QUE CONSTITUI O SEU ANEXO I”**

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 28 de Novembro de 2007, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/89/CE da Comissão, de 3 de Novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico a Directiva n.º 94/55/CE do Conselho, de 21 de Novembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados Membros respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e, ainda, altera pela primeira vez o Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio, e o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada que constitui o seu anexo I”

### **CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A apreciação do presente projecto de Decreto-Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto.

### **CAPÍTULO II APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE**

O presente projecto visa transpor para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/89/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, que adapta pela sexta vez ao progresso técnico a Directiva n.º 94/55/CE, do Conselho, de 21 de Novembro, relativa ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas. Procede, ainda, à alteração do Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada, que constitui o anexo I ao Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio e que dele faz parte integrante.

Visa, também, actualizar o anexo II do mesmo Decreto-Lei, tanto no que respeita à intervenção de autoridades competentes, como à designação dessas mesmas autoridades, na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.

A Subcomissão entendeu, por unanimidade, **nada ter a opor, na generalidade**, ao presente projecto.

Para a especialidade a Subcomissão chama a atenção para o seguinte:

O Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio, enferma, no n.º 2 do seu artigo 9.º, de uma incorrecção que se consubstancia na remissão efectuada para o próprio artigo 9.º, quando, na verdade, devia remeter para o artigo 10.º, relativo à formação profissional. Apesar da Declaração de Rectificação n.º 63-A/2007, de 3 de Julho, ter incidido sobre o n.º 2 do artigo 9.º, mantém-se a inexactidão conforme redacção inicial, uma vez que a própria Declaração de Rectificação padece, no seu ponto 1, de nova inexactidão resultante da troca do texto de rectificação (“onde se lê” e o “deve ler-se”). Neste sentido, propõe-se que o artigo 2.º do presente projecto, sob a epígrafe “Alteração ao Decreto-Lei n.º 170-A/2007, de 4 de Maio”, passe a incluir uma alteração ao artigo 9.º, por forma a que, na nova redacção ao seu n.º 2, seja sanada a inexactidão actual.

Horta, 28 de Novembro de 2007.

**O Relator**, *Henrique Ventura*

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

**O Presidente**, *José de Sousa Rego*

---

### **Listagem da Correspondência**

Assunto: Ofício a Informar que o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2007- “Regime Jurídico da Actividade Apícola e da Produção, Transformação e Comercialização de Mel na Região Autónoma dos Açores”, aprovado pela ALRAA, em 20 de Setembro de 2007, seguiu para publicação no Diário da República

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA.

Data de Entrada: 07.10.30

Referência: 102/12/VIII – 3232;

Assunto: Ofício a dar conhecimento do relatório relativo à Auditoria, aprovada e abaixo indicada:

- N.º 19/2007-FS/SRATC (Proc.º n.º 06/117.02) – “Escola Básica Integrada de Arrifes”.

Proveniência: Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores

Data de Entrada: 07.10.23

Referência: 04.01.06/1/VIII – 3155;

Assunto: Ofício a dar conhecimento dos relatórios relativos às Auditorias, aprovadas e abaixo indicadas:

- N.º 21/2007-FS/SRATC (Proc.º n.º 06/117.01) – “Escola Básica Integrada Canto da Maia”.

- N.º 22/2007-FS/SRATC (Proc.º n.º 06/127.02) – “Remunerações dos Gestores Públicos da RAA – 2004-2006”.

Proveniência: Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores

Data de Entrada: 07.11.12

Referência: 04.01.06/1/VIII – 3353.

## **2 - Requerimento**

Assunto: O preço dos alimentos concentrados para a alimentação animal.

Autores: António Ventura, Clélio Meneses, Pedro Gomes, Jaime Jorge, Mark Marques, Carla Bretão, António Maria Gonçalves, Luís Henrique Silva, Sérgio Ferreira, Alberto Pereira e José Manuel Nunes (PSD)

Data de Entrada: 07.11.05

Referência: 54.03.00 - N.º 307/VIII;

Assunto: Conservatórios Regionais.

Autores: Maria José Duarte e Luís Henrique Silva (PSD)

Data de Entrada: 07.12.08

Referência: 54.03.00 - N.º 308/VIII;

Assunto: Médicos Internos do HSEAH sem Vagas de Acesso à Especialidade.

Autores: Carla Bretão Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 07.11.07

Referência: 54.03.03 - N.º 309/VIII;

Assunto: A Biodiversidade Açoriana Terrestre e Marinha

Autores: António Ventura, Clélio Meneses, Pedro Gomes, Jaime Jorge, Mark Marques, Carla Bretão, António Gonçalves, Luís Henrique da Silva, Sérgio Ferreira, Alberto Pereira e José Manuel Nunes (PSD)

Data de Entrada: 07.11.09

Referência: 54.03.00 - N.º 310/VIII;

Assunto: Desvalorização da Carne IGO produzida nas Flores

Autor: António Maria Gonçalves (PSD)

Data de Entrada: 07.11.13



Referência: 54.03.08 - N.º 311/VIII

Assunto: Seguros Agrícolas

Autores: António Ventura, Clélio Meneses, Pedro Gomes, Jaime Jorge, Mark Marques, Carla Bretão, António Maria Gonçalves, Luís Henrique Silva, Sérgio Ferreira, Alberto Pereira e José Manuel Nunes (PSD)

Data de Entrada: 07.11.14

Referência: 54.03.00 - N.º 312/VIII;

Assunto: Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores

Autores: Carla Bretão, Clélio Meneses e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 07.11.19

Referência: 54.03.00 - N.º 313/VIII;

Assunto: Morada da Escrita – Casa Armando Cortês

Autores: Maria José Duarte e Pedro Gomes (PSD)

Data de Entrada: 07.11.20

Referência: 54.03.02 - N.º 314/VIII.

### **3 – Resposta a Requerimentos:**

Assunto: Acordo da Base das Lajes

Autores: Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.11.15

Referência: 54.03.03 – N.º 284/VIII;

Assunto: Lagoas das Flores estão a morrer

Autor: António Maria Gonçalves (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.11.15

Referência: 54.03.08 – N.º 286/VIII;

Assunto: Custo do Registo de Prédios Rústicos

Autores: António Ventura, Clélio Meneses, Pedro Gomes, Jaime

Jorge, Mark Marques, Carla Bretão, António Maria Gonçalves, Luís Henrique Silva, Sérgio Ferreira, Alberto Pereira e José Manuel Nunes (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.11.15

Referência: 54.03.00 – N.º 290/VIII;

Assunto: Florentinos Privados da Consulta de Pneumologia

Autor: António Maria Gonçalves (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.11.15

Referência: 54.03.08 – N.º 294/VIII;

Assunto: Estrada 25 de Abril

Autor: António Maria Gonçalves (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.11.15

Referência: 54.03.03 – N.º 299/VIII;

Assunto: As Ribeiras e os Trilhos na Ilha das Flores

Autor: António Maria Gonçalves (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.11.15

Referência: 54.03.08 – N.º 297/VIII;

Assunto: Serviço de Inseminação Artificial com Interrupções nas Flores

Autor: António Maria Gonçalves (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.11.15

Referência: 54.03.03 – N.º 299/VIII;

Assunto: Anulação de Concurso Público – Bloco C – Hospital da Horta

Autores: Alberto Pereira e Jorge Costa Pereira (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 07.11.19

Referência: 54.03.07 – N.º 231/VIII.

4 – Diários

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.ºs 55, 56 e 57.

---

## REQUERIMENTO

O preço dos alimentos concentrados para a alimentação animal não pára de subir.

Com efeito, o preço dos cereais, no mercado mundial, voltou a atingir um novo recorde no mês de Setembro.

Para os Agricultores este é uma circunstância que tem prejudicado em muito o seu rendimento, uma vez que este incremento não é seguido por acréscimos no preço dos produtos dos subsectores da bovinicultura de leite e de carne, da avicultura, da suinicultura e da cunicultura.

Todavia, enquanto o preço do leite tem crescido o preço da carne tem descido.

Com efeito, no subsector da produção de carne de bovino, a situação é grave, atendendo à descida do preço da carne pago aos Produtores que se tem vindo a verificar durante este ano.

Comparativamente a 2006 o preço da carne pago aos Produtores sofreu uma diminuição, em alguns casos, que atingiu os 50 cêntimos.

Em paralelo, à subida dos concentrados subiram, recentemente, os preços do gasóleo, da mão-de-obra, dos fertilizantes, dos medicamentos veterinários e dos produtos de higiene.

Afirmam os Produtores que a redução de rendimentos, mesmo na emergente produção de carne qualificada (Carne dos Açores – IGP) é evidente, pelo crescimento dos factores de produção e a diminuição das receitas.

Nos mercados de gado que existem semanalmente, na Ilha de São Miguel e na Terceira, nota-se uma quebra do interesse dos produtores de carne na compra de vitelos.

Neste seguimento, aumentam os custos das explorações de leite, uma vez que não conseguem vender os seus vitelos.

Entendemos que a produção de carne continua a ser um subsector pecuário muito esquecido, designadamente pela inexistência de linhas de actuação que premeiem a investigação, a experimentação, a prospecção de mercados e o acompanhamento dos preços.

Para mais, e percebendo-se a dispersão dos produtores de carne no Arquipélago e a inexistência de uma fileira instalada como a do leite, interessa potenciar, a amiúde, espaços de dialogo entre os Produtores Açorianos, para além de um congresso anual sobre a carne de bovino.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

- Que medidas estão previstas para atenuar a subida do preço dos concentrados e a descida do preço da carne no subsector da bovinicultura de carne?
- Possui o Governo Regional estudos sobre a evolução do preço dos concentrados?
- Em concreto qual o valor percentual actual dos alimentos concentrados para a alimentação animal nos custos finais da produção de carne?

Angra do Heroísmo 5 de Novembro de 2007

**Os Deputados Regionais**, *António Ventura, Clélio Meneses, Pedro Gomes, Jaime Jorge, Mark Marques, Carla Bretão, António Maria Gonçalves, Luís Henrique Silva, Sérgio Ferreira, Alberto Pereira e José Manuel Nunes*

---

## REQUERIMENTO

### CONSERVATÓRIOS REGIONAIS: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Considerando que os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e da Horta têm prestado um valioso contributo aos Açores, no desenvolvimento da nossa identidade regional, constituindo um dos pilares da nossa cultura.

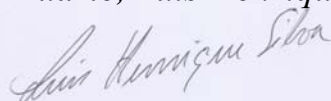
Considerando que os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e da Horta são escolas oficiais, apoiadas na sua totalidade pelo Governo Regional e regendo-se pelas mesmas regras do ensino genérico, oficial.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requerem-se as seguintes informações, a prestar pelo Governo Regional:

1. Qual o orçamento discriminado dos Conservatórios Regionais de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e da Horta relativamente aos anos de 2006 e 2007?
2. Qual a execução orçamental discriminada dos Conservatórios Regionais de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e da Horta, no ano de 2006 e 1.º semestre de 2007?
3. Quantos professores leccionam nos Conservatórios Regionais de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e da Horta?
4. Quantos alunos tem cada um daqueles Conservatórios?

Ponta Delgada, 6 de Novembro de 2007

**Os Deputados,** *Maria José Duarte, Luís Henrique Silva*



---

## REQUERIMENTO

### **Médicos Internos do HSEAH sem Vagas de acesso à especialidade**

O Serviço Regional de Saúde tem por obrigação servir os utentes, promovendo a melhoria progressiva da prestação de cuidados de saúde.

Porém, a falta de médicos especialistas no Hospital e Centro de Saúde de Angra do Heroísmo é algo que ao longo dos anos se tem agravado. O que pode ser constatado pelas elevadas listas de espera e pelo elevado número de utentes que não tem acesso a médico de família, sendo o Centro de Saúde de Angra um dos mais carenciados da Região a este nível.

Considerando que o novo Hospital estará pronto, segundo promessa do Governo Regional, daqui a quatro anos, necessitando para o efeito de recursos humanos especializados.

Considerando a existência de uma extensa lista de espera de consultas em diferentes especialidades.

Considerando a iminente ruptura do Serviço de Urgência do Hospital de Angra, que surge como único recurso à falta de médicos de família e das listas de espera existentes.

Considerando a vontade de inúmeros internos no ingresso a vagas de acesso à especialidade por este Hospital. Existindo, neste momento, pelo menos, nove internos a frequentar o Ano Comum.

Considerando que os Regulamentos das Especialidades prevêem que um serviço poderá ser considerado idóneo para estágio parcial, por decisão do Conselho Nacional Executivo, sob proposta fundamentada do correspondente Colégio.

Considerando que, à medida que o tempo vai passando, maior dificuldade existirá na fixação de médicos no Hospital de Angra do Heroísmo, uma vez que a não abertura de vagas levará a que cada vez menos internos fiquem vinculados a este hospital,

gerando-se, assim, um ciclo vicioso de défice de especialistas, que fará com que cada serviço não atinja os critérios mínimos necessários para que lhe seja reconhecida, pelo menos, a respectiva idoneidade para dar formação parcial.

Considerando que tal situação pode ser verificada pela abertura de apenas duas vagas no Hospital de Angra e uma no Centro de Saúde da Praia, no IM2006 (internato médico 2006).

Considerando, ainda e em especial, a não abertura de vagas no IM2007 (internato médico 2007).

Deste modo, dada a gravidade da situação, os Deputados subscritores solicitam ao Governo Regional, nos termos regimentais aplicáveis, os seguintes esclarecimentos:

1- Toda e qualquer abertura de vagas requer um reconhecimento de idoneidade, total ou parcial, do Serviço de Especialidade?

2- Quais os serviços de especialidades do HSEAH que possuem idoneidade para dar, pelo menos, formação parcial ao nível do internato médico?

3- Preenchem os Centros de Saúde de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória os requisitos exigíveis para essa formação?

4- Porque razão, ou razões, não houve, no HESAH e Centros de Saúde, abertura de vagas para o concurso IM2007-A (internato médico 2007)?

6- Quais as diligências que o Governo Regional fez ou está a fazer para resolver de imediato esta situação e que medidas pensa tomar no futuro para que situações destas não se voltem a repetir?

Angra do Heroísmo, 7 de Novembro de 2007.

**Os Deputados,** *Carla Bretão, Clélio Meneses, António Ventura*

---

### **Requerimento**

A biodiversidade Açoriana terrestre e marinha, quer de flora como de fauna, constitui uma importante riqueza Regional de âmbito ambiental e socioeconómico.

A diversidade biológica assume-se na Região como um elemento fundamental de especificidade e património ambiental conservado e protegido.

Aliás, a biodiversidade dos ecossistemas naturais do Arquipélago potencia, também, um meio excepcional de promoção dos Açores.

Tendo certo que a biodiversidade pode ser afectada por vários factores, entre os quais as actividades económicas ou as alterações climáticas em curso, interessa saber, a este momento, qual o ponto de situação sobre o conhecimento existente da biodiversidade Açoriana, em aspectos como os habitats, o inventário das populações e a estabilidade das populações, entre outros.

Interessa saber se estão a decorrer estudos de identificação de espécies nos Açores dentro e fora das zonas geográficas protegidas;

Interessa saber na actualidade quantas espécies esmo identificadas e qual a sua distribuição por ilha;

Interessa saber sobre os estudos de espécies endémicas e exóticas. Conhecimentos que se tornam indispensáveis para suportar políticas de conservação e sustentabilidade da biodiversidade nos Açores.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

1 - Qual o ponto de situação relativamente à biodiversidade terrestre e marinha quer de flora como fauna, no que concerne à sua identificação e geografia? Quantificação e qualificação.

2 - Na actualidade, que estudos estão a decorrer sobre a biodiversidade Açoriana e que projectos da Universidade dos Açores foram apoiados nesta matéria durante o ano de 2006? Descrição e montantes de apoio.

Angra do Heroísmo, 9 de Novembro de 2007

**Os Deputados Regionais, António Ventura, Clélio Meneses, Pedro Gomes**



## **Desvalorização da carne IGP produzida nas Flores**

O Governo Regional reunido em conselho nas Flores, a 20 de Junho de 2007, deliberou: “determinar que o IAMA proceda à elaboração do projecto para dotar o Matadouro Industrial da Ilha das Flores de uma sala de desmancha, bem como de uma estação de tratamento para sub-produtos”.

A falta de uma sala de desmancha nas Flores , tem vindo a penalizar um dos grandes potenciais económicos agrícolas que é a bovinicultura de carne qualificada, que permite substituir, gradualmente, o processo de exportação de bovinos vivos.

Uma ilha como as Flores, com as potencialidades conhecidas na produção de carne IGP, teria nessa infra-estrutura um importante meio de apoio à sua economia, cuja debilidade é por todos reconhecida.

Entretanto, e até que a construção da sala de desmancha aconteça, os Produtores têm de enviar os seus bovinos para outro matadouro da Região onde exista uma dessas valências, acarretando custos inerentes ao transporte e custos resultantes da diminuição de peso dos bovinos. Concretamente, está estipulado que toda a produção IGP seja canalizada para o Matadouro da Ilha do Pico, com todo o acréscimo da despesa com o transporte que o serviço público de transporte marítimo da forma como está organizado obriga, visto que os animais produzidos nas Flores têm que passar por S. Miguel antes de rumarem ao Pico.

São os produtores que no final, vão ter de vender um produto encarecido, com os efeitos que isso reflecte na oferta do produto ao consumidor.

Para mais, sabe-se que no subsector da produção de carne de bovino, a situação é grave, atendendo à descida do preço da carne pago aos Produtores e ao aumento do preço dos concentrados para a alimentação animal.

Tudo isto provoca desânimo ao produtor, e por essa razão, tendo em conta a tendência do dinamismo das ilhas com as características das Flores (Ilha da Coesão), se deva temer um decréscimo na produção ou até desistência dessa actividade.

No entender do grupo parlamentar do PSD, a Região deveria apoiar o transporte de bovinos para abate em matadouros onde existe sala de desmancha, de forma a

garantir que a carne IGP da Ilha das Flores não perca o seu poder competitivo no mercado.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Deputado subscritor solicita os seguintes esclarecimentos:

-- Identifica o Governo Regional a bovinicultura de carne na Ilha das Flores como um sector económico com potencialidades?

-- Continua o Governo Regional a não querer apoiar o transporte de bovinos para abate em matadouros onde existe sala de desmancha?

-- Como entende o Governo Regional dos Açores (mediante esforços a empreender junto da empresa de transportes marítimos a quem foi concessionado esse serviço público), de ao menos uma vez por mês o circuito da viagem normal ser alterado com uma viagem directa das Flores para o Pico?

Flores, 13 de Novembro de 2007

**O Deputado Regional**, *António Maria Gonçalves*

---

## REQUERIMENTO

A Agricultura é uma actividade económica que apresenta um dos maiores níveis de riscos naturais porque se desenvolve ao ar livre.

Os Açores são uma Região vulnerável a intempéries e a outras causas naturais que afectam de maneira decisiva a actividade agrícola e, conseqüentemente, criam instabilidades nos rendimentos dos Agricultores.

Neste sentido, também a variabilidade climática que se assiste pode implicar um aumento da exposição dos riscos à Agricultura.

É, deste modo, necessário acautelar os rendimentos dos Agricultores para os prejuízos causados pelas catástrofes naturais.

Interessa, igualmente, assegurar o rendimento do Agricultor para riscos específicos da exploração da actividade agrícola nos Açores e que não se prendem com as calamidades naturais, como seja a circulação de manadas em vias públicas.

Também, o crescimento da liberalização dos mercados, proveniente de uma globalização mais presente na vida dos Agricultores, deve ser considerada como um factor de risco.

Por tudo isso, urge criar-se instrumentos de gestão de riscos em Agricultura nos Açores devidamente adequados à protecção do rendimento do Agricultor.

Tal só se consegue com a existência de um sistema de seguros abrangente ao sector agrícola e que cubra todas as suas especificidades.

O Presidente do Governo Regional dos Açores anunciou em Setembro de 2004, em plena campanha eleitoral das eleições Regionais, que iria “rever a lei dos seguros agrícolas e propor um novo sistema à União Europeia”.

À data destas declarações do Presidente do Governo, não existia, como actualmente não existe, qualquer legislação sobre um sistema de seguros agrícolas.

Ao arrepio disto, estamos no último ano parlamentar desta legislatura e nada ocorreu, o que constitui um claro incumprimento por parte do Presidente do Governo.

Mais uma vez as palavras não tiveram reflexo na vida dos Agricultores, pois só serviram para a campanha eleitoral.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

-- Está prevista a existência de um sistema de seguros agrícolas, especificamente, para a actividade agrícola nos Açores não só restritivo às calamidades naturais?

-- Se sim para quando e qual a sua abrangência sectorial?

Angra do Heroísmo 14 de Novembro de 2007

**Os Deputados Regionais**, *António Ventura, Clélio Meneses, Pedro Gomes, Jaime Jorge, Mark Marques, Carla Bretão, António Maria Gonçalves, Luís Henrique Silva, Sérgio Ferreira, Alberto Pereira e José Manuel Nunes*

---

## REQUERIMENTO

SERVIÇO REGIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL E

## **BOMBEIROS DOS AÇORES**

O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, tem por base a assumpção de que a “protecção civil é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade”. Por isso, a proposição sempre presente de que a protecção civil é: “uma tarefa de todos para todos...”.

Claro está que, sendo esta uma tarefa de todos, cabe à população estar atenta aos avisos emitidos pela protecção civil no sentido de alertar as populações para determinadas condições meteorológicas anormais que possam ocorrer, por forma a precaverem as suas casas.

É de senso comum que os Bombeiros são o “braço armado” da protecção civil, a quem recorrem todos os cidadãos em perigo ou dificuldades decorrentes de situações anómalas nas suas habitações ou na própria localidade, para além do necessário transporte em caso de emergência médica e aplicação dos primeiros cuidados de socorro.

Considerando o comunicado, emitido no dia 9 de Novembro, alertando para a possibilidade de ocorrência de chuvas fortes e trovoadas no Grupo Central, a partir de meio da tarde.

Considerando que no dia do alerta supra referido, pelo menos um pedido de auxílio não recebeu a resposta adequada do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros em Angra do Heroísmo.

Considerando que ao proprietário foi dito expressamente que telefonasse para os bombeiros, pois a protecção civil não dispunha dos meios adequados.

Considerando que segundo afirmações do Presidente do SRPCBA, o mesmo está “melhor preparado e equipado” para enfrentar inúmeras situações. E é, sempre, superior preocupação do Secretário da tutela enumerar o número de viaturas e equipamentos existentes, os homens em formação e as obras em desenvolvimento, bem como o investimento de seis milhões de euros na nova Rede de Comunicações de Emergência que permitiu ligar o Serviço Regional de Protecção Civil com todos os Corpos de Bombeiros, Hospitais Centros de Saúde e Câmaras Municipais.

Considerando que todo o investimento nesta área é essencial pelo facto de vivermos numa Região Insular, com propensão a calamidades. Sendo de todo imprescindível que o investimento realizado dê frutos nas alturas em que é necessário.

Considerando a importância de uma política de proximidade que resolva efectivamente o problema das pessoas através dos investimentos efectuados, conseguindo dar respostas adequadas e atempadas a todos os auxílios solicitados.

Considerando a resposta dada a um pedido de auxílio dirigido pelo proprietário de uma habitação onde decorriam obras de remodelação e onde as chuvas fortes que se faziam sentir poderiam causar graves danos.

Considerando este um caso que poderá não ser único, podendo ser um exemplo da forma como funciona uma parte do serviço perante um pedido de auxílio isolado, á margem de uma grande catástrofe.

Não contribuindo esta situação para a persecução de uma verdadeira política de proximidade, uma vez que perante o contacto dirigido ao SRPCBA não foi dado o encaminhamento necessário e solicitado, os Deputados subscritores ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requerem ao Governo Regional o seguinte:

- 1- Quais as instruções dadas pelo Governo Regional ao SRPCBA com vista aos procedimentos a adoptar no caso de pedidos de auxílio que lhe sejam dirigidos?
- 2- Porque razão não é o próprio SRPCBA, atendendo aos meios que tem ao seu dispor, a encaminhar directa e imediatamente os pedidos de auxílio que lhe são feitos pela população em vez de dizer aos cidadãos que telefonem aos bombeiros?

Angra do Heroísmo, 12 de Novembro de 2007

**Os deputados,** *Carla Bretão, Clélio Meneses, António Ventura*

---

## REQUERIMENTO

## MORADA DA ESCRITA – CASA ARMANDO CÔRTEES-RODRIGUES

Considerando a importância da recuperação e reabilitação da casa onde viveu Armando Côrtes-Rodrigues poeta, dramaturgo e cronista micalense, como elo de ligação da história, da arte e da literatura às novas tecnologias.

Considerando a importância que este espaço deve consagrar na reflexão e divulgação da nossa literatura, constituindo uma nova visão perante a escrita.

Considerando que a Morada da Escrita – Casa Armando Côrtes-Rodrigues se encontra fechada ao público à Segunda, à Quinta-feira e ao Domingo. Nos dias em que se encontra aberta ao público - Terça, Quarta, Sexta-feira e Sábado - funciona somente das 14h às 17h.

Considerando que tal horário é pouco adequado a uma eficaz divulgação cultural e impede que o público em geral possa fruir melhor deste bem cultural.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, abaixo assinados, requerem ao Governo Regional o esclarecimento das seguintes questões:

1. Que explicação apresenta o Governo Regional para que a Morada da Escrita tenha um horário de abertura ao público tão reduzido?
2. Quais as medidas que Governo Regional pretende concretizar para colmatar esta grave lacuna?
3. Quais as iniciativas promovidas pela Morada da Escrita, desde a sua inauguração, no passado mês de Janeiro?
4. Quantos visitantes teve a Morada da Escrita, desde a sua inauguração?
5. Quantos alunos, em grupos organizados pelas escolas, visitaram a Morada da Escrita, desde a sua inauguração?

Ponta Delgada 20 de Novembro de 2007

**Os Deputados Regionais, *Maria José Duarte, Pedro Gomes***

## **ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO N° 284/VIII – "ACORDO DA BASE DAS LAJES"**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n° 284/VIII, subscrito pelo Senhores Deputados Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

Sem querer transformar o instituto do requerimento, essencial a um eficaz funcionamento do sistema parlamentar, num substituto de uma simples troca de correspondência, devemos, no entanto, ressaltar, antes mesmo de responder às questões colocadas, que o presente requerimento retoma quase na íntegra as considerações e as questões levantadas no Requerimento n.º 250/VIII, de 1 de Junho do ano em curso, sob a designação “Acordo Laboral da Base das Lajes”, respondido em devido tempo e do modo adequado.

Dito isto, e sobre a matéria de facto, cumpre-nos esclarecer novamente o seguinte:

I - Os argumentos evocados são, desde logo e naturalmente, os que advêm da correcta interpretação do Acordo Laboral em vigor, que se presume do conhecimento dos senhores deputados requerentes e que determina – no seu artigo 4.º, sob a epígrafe “Tabelas Salariais” – que os salários são actualizados anualmente “com base em inquérito salarial realizado na ilha Terceira”, nos termos previstos no Regulamento de Trabalho (artigo 13.º, “Inquérito Salarial”). Não está prevista em qualquer destes normativos a limitação da aplicação dos resultados dos inquéritos salariais por via de legislação orçamental interna dos Estados Unidos da América.

Devem acrescentar-se igualmente razões que se prendem com a história da implementação prática do disposto nos artigos acima referidos, bem como o carácter profundo e duradouro do relacionamento existente entre a Região e os Estados Unidos.

II - O contexto em que se processou o debate desta questão não se resume a uma ou outra reunião da Comissão Bilateral Permanente em concreto. Como sempre acontece em processos negociais de natureza diplomática – e como já tivemos oportunidade de

explicar aos senhores deputados em anterior requerimento - é natural que um mesmo processo negocial atravessasse fases diferentes, além de que os fundamentos que se evocam e a forma como se processam essas negociações nem sempre são, pela sua própria natureza, passíveis de divulgação pública integral, em prol de um desfecho favorável.

Esperamos que desta feita seja possível esclarecer as insistentes dúvidas dos autores dos requerimentos, sobre esta matéria em concreto.

III e IV - O Governo Regional já reconheceu publicamente, por diversas vezes, que o Acordo em vigor, particularmente na sua componente laboral, inclui algumas normas desadequadas, como acontece, por exemplo, com o processo de queixa e o recurso aos tribunais portugueses para o dirimir de conflitos de ordem laboral. Os artigos em causa foram - e neste ponto estamos integralmente de acordo com o que pensamos ser o espírito do requerimento em apreciação - mal negociados por quem tinha a responsabilidade de defender os interesses dos trabalhadores portugueses da Base, particularmente pelos representantes do Governo Regional do PSD que detinham poderes de representação da Região.

Tal não significa, porém, que se deva partir, por mero impulso ou por razões de conveniência político-partidária, para um processo de renegociação do Acordo, nas suas diversas componentes, sem ter em devida atenção o contexto político - a actual Administração americana está no final do seu último mandato -, o equilíbrio dos interesses em jogo - qualquer processo de renegociação implicará uma agenda própria dos nossos interlocutores e a procura da salvaguarda dos respectivos interesses, que não são, como é óbvio, coincidentes na sua generalidade com os da Região -, o panorama internacional e o correspondente estatuto geo-estratégico da Base das Lajes e uma análise custo/benefício feita em termos razoáveis e responsáveis, e não a pensar em hipotéticos benefícios eleitorais.

V. Presumindo-se que os autores do requerimento em questão se referem às actas das reuniões da Comissão Bilateral Permanente, cumpre-nos informar que as reuniões em causa não são públicas e que qualquer documento a elas alusivo deve ser solicitado ao Senhor Director-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefe da Delegação Portuguesa na CBP.



Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete,** *Hermenegildo Galante*

---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO N° 286/VIII – “LAGOAS DAS FLORES ESTÃO A MORRER?”**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n° 286/VIII, subscrito pelo Senhor Deputado António Maria Gonçalves, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1 - Nos termos do Artigo 5° da Directiva Quadro da Água, a DROTRH procedeu à caracterização da Região Hidrográfica Arquipélago dos Açores, apresentada à Comissão Europeia no âmbito do Relatório Síntese da Caracterização da Região Hidrográfica Arquipélago dos Açores - Portugal, em Agosto de 2006. No âmbito dessa caracterização, procedeu-se à identificação das massas de água relevantes da Região. Se a DROTRH tivesse optado pela classificação das lagoas pelo sistema A de classificação da DQA (descritores obrigatórios) apenas seriam seleccionadas as 3 maiores lagoas de São Miguel, o que se entendeu não ser representativo da Região. Assim, escolheu-se o sistema B de classificação, que permitiu a escolha dos descritores, permitindo assim a classificação de 26 lagoas da Região, das ilhas São Miguel, Pico, Flores e Corvo.

Têm vindo a ser desenvolvidos procedimentos para o cumprimento das metodologias normativas na Região, nomeadamente para o estabelecimento dos programas de monitorização. Neste seguimento, a DROTRH está a implementar a rede de monitorização das águas interiores da Região Autónoma dos Açores, de forma faseada, devido ao esforço financeiro e de recursos técnicos específicos que exige.

Relativamente às lagoas e alguns dos seus afluentes da ilha das Flores, a DROTRH já possui os dados analíticos da UAc e do INOVA, referentes às campanhas de amostragem de 2004/2005 e de 2006/2007. A DROTRH já solicitou à UAc e ao

INOVA a apresentação de novas propostas para dar continuidade aos programas de monitorização (campanhas 2007/2008).

A Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional 6/2005/A, de 17 de Maio, celebrou um protocolo com a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, em Junho de 2006, designado “Apoio à implementação dos programas de acção decorrentes da designação de zonas vulneráveis” com o qual se pretende executar a monitorização do estado de qualidade das massas de água inseridas em zonas vulneráveis.

2 - Os estudos desenvolvidos desde 2003, relativos à rede de monitorização das águas interiores, tem permitido caracterizar as massas de água superficiais e subterrâneas da Região. Mais recentemente, os estudos deram especial importância à validação da caracterização da Região Hidrográfica Arquipélago dos Açores, nomeadamente à validação da classificação tipológica das massas de água, e pesquisa de locais e condições de referência relativas ao estado de qualidade das massas de água.

Na tabela abaixo estão representadas as lagoas da ilha das Flores caracterizadas no âmbito da Directiva Quadro da Água e inseridas na rede de monitorização das águas interiores da Região.

**Classificação do estado trófico das lagoas da Ilha das Flores, inseridas na Rede de Monitorização das águas interiores da Região Autónoma dos Açores.**

Lagoa	Início da monitorização	Zona vulnerável	Estado Trófico
Funda	2004/2005	Zona vulnerável da Lagoa Funda	Eutrófica
Rasa	2004/2005	-	Mesotrófica
Lomba	2004/2005	-	Mesotrófica
Comprida	2004/2005	-	Oligotrófica
Negra	2006/2007	-	(1)
Branca	2006/2007	-	(1)

(1) Dados recebidos a 04/09/2007 na DROTRH, em análise.

3 - Desde que se iniciaram os referidos projectos, foi solicitado aos Serviços de Ambiente das Flores e Corvo, aos Serviços Florestais da Graciosa e à Câmara Municipal das Lajes, apoio e acompanhamento das equipas técnicas responsáveis pelas campanhas de amostragem na Ilha das Flores, o qual tem sido prestado de acordo com o trabalho que é necessário desenvolver.

À data de elaboração deste ofício, a DROTRH está também a preparar informação resultante das referidas campanhas 2004/2005 e 2006/2007 para enviar aos Serviços de Ambiente das Flores e do Corvo.

4 - De acordo com a Directiva Quadro da Água, após estarem estabelecidos os programas de monitorização, deverão ser elaborados os programas de medidas de que as massas de água deverão ser alvo para atingirem o bom estado de qualidade, em 2015. A DROTRH está a iniciar os trabalhos para a elaboração dos planos de gestão de ilha, os quais incluirão os respectivos programas de medidas.

5 - A cor verde da água de uma lagoa deve-se à presença de vários grupos fitoplanctónicos que contêm clorofila *a*. As alterações na transparência e na tonalidade das massas de água deve-se à conjugação de vários factores, entre eles a radiação solar, a quantidade de partículas em suspensão e a estrutura das comunidades fitoplanctónicas.

Durante o processo de eutrofização registam-se alterações nos vários níveis tróficos existentes numa lagoa, o que pode corresponder a alterações da transparência e tonalidade da água.

6 - A DROTRH efectua a monitorização quantitativa da massa de água da Lagoa Funda, através da leitura de uma escala hidrométrica, desde o ano hidrológico 2002/2003, com uma periodicidade aproximadamente quinzenal. Da análise dos dados recebidos, não se verificam registos anormais do nível da água da Lagoa Funda, mas sim as variações esperadas de acordo as variações do estado do tempo.

7 - A implementação dos programas de monitorização durante os anos 2007 e 2008, conjuntamente com a caracterização da Região Hidrográfica já elaborada, deverá fornecer a informação necessária para o estabelecimento dos programas de medidas

que, de acordo com o artigo 11º da Directiva Quadro da Água, deverão estar estabelecidos o mais tardar nove anos a contar da data de entrada em vigor da presente directiva.

Devido à natureza arquipelágica e reduzida dimensão da Região, assumiu-se a ilha como a unidade de gestão de recursos hídricos nos Açores, assegurando-se deste modo a salvaguarda das especificidades locais e a gestão integrada dos recursos hídricos de forma ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente equitativa.

Actualmente decorre um projecto para a implementação da Directiva Quadro da Água nos Açores, que consiste na elaboração de um guia metodológico para a elaboração de planos de gestão de recursos hídricos de ilha e aplicação ao caso de estudo de Santa Maria. Assumiu-se uma vertente reprodutiva, no sentido que dará lugar a um guia metodológico que consagre as directrizes a aplicar nos planos das restantes ilhas da Região e na Macaronésia.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete,** *Hermenegildo Galante*

—

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 290/VIII – “CUSTO DO REGISTO DE PRÉDIOS RÚSTICOS”**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 290/VIII, subscrito pelo Senhores Deputados, António Ventura, Clélio Meneses, Pedro Gomes, Jaime Jorge, Mark Marques, Carla Bretão, António Gonçalves, Luís Henrique Silva, Alberto Pereira e José Manuel Nunes, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

- 1- No âmbito do Código do Registo Predial, o registo constitui o direito de propriedade, sendo certo que a faculdade de o promover se coloca na esfera jurídica do cidadão.
- 2- O custo do registo predial, há muito fixado, não constitui, verdadeiramente, um obstáculo aos processos de emparcelamento ou redimensionamento de uma exploração agrícola.
- 3- As situações mais problemáticas dizem antes respeito a processos relacionados com a titulação do direito de propriedade, nomeadamente quando está em causa o trato sucessivo, por vezes difícil de reatar. Mas, mesmo nestes casos, estamos em presença de direito do cidadão que a administração não pode deixar de proteger.
- 4- O nexo pretendido entre as alegadas dificuldades registrais e o emparcelamento/redimensionamento das explorações agrícolas não é determinante. Aliás, os processos de emparcelamento e redimensionamento de uma exploração têm mais a ver com a proximidade/confinância geográfica do que com o registo predial.
- 5- A estrutura fundiária dos Açores revela que as explorações agrícolas possuem muitas parcelas de arrendamento verificando-se muitos casos de emparcelamento nestas situações.

Em bom rigor, o emparcelamento não exclui a posição simultânea da qualidade de proprietário, rendeiro, comproprietário, usufrutuário ou outra.

Por outro lado, a divisão parcelar física que marca a nossa paisagem rural, não representa em si um óbice ao emparcelamento, antes o poderá representar no âmbito do processo de mecanização agrícola. Mas também neste particular, muitos agricultores evitam retirar divisórias das parcelas que exploram (bardos, tapumes, paredes, etc) porque as mesmas permitem, muitas vezes, uma maior protecção das culturas e/ou dos animais e facilitam o maneio destes.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante***

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 294/VIII – “FLORENTINOS  
PRIVADOS DA  
CONSULTA DE PNEUMOLOGIA”**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 294/VIII, subscrito pelo Senhor Deputado António Maria Gonçalves, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

As deslocações de médicos especialistas são efectuadas ao abrigo da Portaria n.º 43/97, de 26 de Junho que prevê que as mesmas devem ocorrer de acordo com um programa anual de trabalho, também designado plano anual de deslocação que carece de homologação do Director Regional de Saúde.

De acordo com aquele plano, durante o presente ano deslocaram-se ao Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores (CSSCF) as seguintes especialidades:

- Medicina dentária, uma deslocação mensal com a duração de 10 dias.
- Ginecologia, uma deslocação de 5 a 9 de Fevereiro, uma de 11 a 15 de Junho e outra de 24 a 28 de Setembro, estando prevista mais uma deslocação até ao fim do ano.
- Gastroenterologia, uma deslocação de 12 a 14 de Fevereiro, uma de 23 a 25 de Maio e outras duas de 5 a 7 e de 24 a 27, ambas no mês de Setembro.
- Neurologia, uma deslocação de 9 a 12 de Maio e está prevista mais uma de 2 a 5 de Outubro.
- Otorrinolaringologia, uma deslocação de 16 a 19 de Abril e outra de 10 a 13 de Setembro.
- Endocrinologia, uma deslocação de 28 de Fevereiro a 2 de Março.
- Psiquiatria, uma deslocação de 10 a 12 de Setembro.
- Urologia, uma deslocação de 16 a 19 de Julho.
- Cardiologia, serão efectuadas 2 deslocações ainda este ano.

- Oftalmologia, serão efectuadas 2 deslocações ainda este ano, encontrando-se em fase de agendamento.

Quanto à especialidade de pneumologia, a mesma não se encontrava prevista no Plano Anual de deslocação de Médicos Especialistas para a Ilha das Flores, nem foi solicitada autorização a este departamento governamental para deslocação na data referida, pelo que se estranha o afirmado.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante***

---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 299/VIII – “ESTRADA 25 DE ABRIL”**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 299/VIII, subscrito pelo Senhores Deputados Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. A pavimentação da Estrada 25 de Abril não podia ser executada sem que antes fossem efectuadas as obras de saneamento básico, da responsabilidade da Câmara Municipal da Praia da Vitória.
2. A colaboração financeira do Governo Regional neste projecto de investimento foi objecto de um contrato ARAAL, celebrado com a Câmara Municipal de Praia da Vitória no ano em curso.
3. A gestão da obra é da responsabilidade da Câmara Municipal da Praia da Vitória por ser a dona da obra.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante***

---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 297/VIII – “AS RIBEIRAS E OS TRILHOS NA ILHA DAS FLORES”**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 297/VIII, subscrito pelo Senhor Deputado António Maria Gonçalves e José Manuel Bolieiro, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

O Governo Regional, no decorrer do presente ano, celebrou acordos de colaboração com as Juntas de Freguesia da ilha das Flores, no âmbito do projecto referente à conservação, manutenção e limpeza das linhas de água, no montante de 16.400,00€. As Juntas de Freguesia abrangidas são as seguintes:

- Fazenda – 5.000,00€;
- Lajes – 10.400,00€;
- Caveira – 1.000,00€.

Relativamente ao trilho da Fajã de Lopo Vaz, cumpre-nos informar V. Ex.<sup>a</sup> que a última limpeza do trilho foi efectuada pela Junta de Freguesia de Lajes das Flores, em Setembro, e que incluiu nomeadamente o corte de infestantes e a remoção de material proveniente de deslizamento de terras. Foi ainda possível apurar que a manutenção dos circuitos classificados PR1 (Ponta Delgada – Fajã Grande), PR2 (Lajedo – Fajãzinha – Fajã Grande) e PR3 (Miradouro das Lagoas – Fajã Grande) encontram-se a cargo do Senhor José Teodósio Fragueiro, mas que não lhe foi atribuído o percurso PR4 (Fajã de Lopo Vaz), pelo que desconhecemos a existência de contrato entre a Direcção Regional do Turismo e empresas de manutenção para este trilho classificado.

Os melhores cumprimentos

**O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante***



---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 295/VIII – “SERVIÇO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL COM INTERRUPÇÕES NAS FLORES”**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 295/VIII, subscrito pelo Senhor Deputado António Maria Gonçalves, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. O Governo Regional reconhece a importância que a inseminação artificial representa, não só na Ilha das Flores mas em toda a RAA, no melhoramento do efectivo bovino;
2. Tendo o Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e Corvo 2 funcionários habilitados para a realização dos serviços de inseminação artificial, tem sido hábito que, nas faltas e impedimentos de qualquer um deles, o outro o substitua nessas funções;
3. Por razões imputáveis a questões de saúde, aqueles 2 funcionários justificaram as suas ausências, em simultâneo e apenas, no período compreendido entre 16 e 31 de Agosto p.p., o que conduziu, na realidade, a um iato na prestação daquele serviço;
4. Consciente que a situação verificada, embora esporádica, pode provocar algum desequilíbrio na manutenção dos índices de fertilidade bovina desejados, o Governo Regional já tomou as necessárias medidas, no sentido de ser contratado um novo elemento para o exercício daquelas funções.

Os melhores cumprimentos.

**O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante***

---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 301/VIII – “ANULAÇÃO DE  
CONCURSO PÚBLICO – BLOCO C – HOSPITAL DA HORTA”**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 301/VIII, subscrito pelo Senhores Deputados Alberto Pereira e Jorge Costa Pereira, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. As razões subjacentes à decisão de anulação do concurso público n.º 1/2007 – Prestação de serviços para elaboração do projecto de execução do corpo C do Hospital da Horta – foram supervenientes à abertura do procedimento e dizem respeito a formalidades de publicitação, tendo em conta o valor estimado de prestação de serviços.

2. e 3. a) O acto público de abertura das propostas do novo procedimento, concurso público com publicação em Jornal Oficial das Comunidades Europeias, terá lugar no dia 10 de Dezembro, prevendo-se, de acordo com a entidade responsável pelo concurso, o Hospital da Horta, um prazo de 150 dias para a execução do projecto.

3. b) e c) A abertura do procedimento para a execução da obra terá lugar imediatamente após o projecto concluído, prevendo-se o início da obra para finais do próximo ano de 2008.

Os melhores cumprimentos

*O Chefe de Gabinete, Hermenegildo Galante*

—

**A redactora:** Maria da Conceição Fraga Branco